

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - MESTRADO

VILA ESPERANÇA: Luta por Moradia em Imperatriz-MA.

Glenda Almeida Matos Moreira

Linha de Pesquisa: Questões urbanas e rurais: etnia, cultura, identidade, alteridades
e territorialidades

Imperatriz

2022

GLENDALMEIDA MATOS MOREIRA

VILA ESPERANÇA: Luta por Moradia em Imperatriz-MA.

Linha de Pesquisa: Questões urbanas e rurais: etnia, cultura, identidade, alteridades e territorialidades

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Doutor Jesus Marmanillo Pereira.

Imperatriz

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

MOREIRA, GLENDA ALMEIDA MATOS.

VILA ESPERANÇA: Luta por Moradia em Imperatriz-MA /
GLENDA ALMEIDA MATOS MOREIRA. - 2022.
124 p.

Coorientador(a): WELLINGTON DA SILVA CONCEIÇÃO.

Orientador(a): JESUS MARMANILLO PEREIRA.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Sociologia/ccim, Universidade Federal do Maranhão,
IMPERATRIZ, 2022.

1. DIREITO À MORADIA. 2. IMPERATRIZ-MA. 3.
MOVIMENTOS SOCIAIS. 4. QUADROS DE INJUSTIÇA. I.
CONCEIÇÃO, WELLINGTON DA SILVA. II. PEREIRA, JESUS
MARMANILLO. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

VILA ESPERANÇA: Luta por Moradia em Imperatriz-MA.

Linha de Pesquisa: Questões urbanas e rurais: etnia, cultura, identidade, alteridades e territorialidades

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Doutor Jesus Marmanillo Pereira.

Aprovada em 31/10/2022

Prof. Dr. Jesus Marmanillo Pereira (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA/PPGS

Prof. Dr. Wellington da Silva Conceição (Coorientador / Membro interno)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA/PPGS

Prof. Dr. Felipe Berocan Veiga (Membro externo)
Universidade Federal Fluminense – UFF/PPGA

Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros (Membro externo)
Universidade Federal da Paraíba – UFPB/PPGS

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é escrito em primeira pessoa do plural intencionalmente: foi um “nós” que o empreendeu. Por isso, como o tecer desses mais de dois anos é entremeado de muitas linhas, talvez eu injustamente não me esqueça de algum apoio essencial, por isso me antecipo nas desculpas, para não dar ponto sem nó.

Dedico essa dissertação a Deus, que sempre me resgata.

Agradeço à minha família, sem a qual este mundo seria muito mais vão. Em especial, ao meu eterno companheiro de vida, Joaquim Ribeiro de Souza Júnior, e à minha enteada, Maria Clara Cysneiro Milhomem de Souza, que compartilharam minhas ausências e pacientemente aguardaram meu retorno.

Aos amigos dessa jornada: Antônio Andrade, Karoline Costa, Greacy Nascimento e Clayton Marinho. À sempre amiga Rafaela Monteiro.

Minha profunda gratidão ao meu orientador Jesus Marmanillo Pereira, que não apenas ensinou o pensamento e a escrita na Sociologia, mas empreendeu uma orientação, acima de tudo, humana. Ainda agradeço aos professores Marcelo Carneiro e Wellington da Silva Conceição, que também me guiaram nesse caminho sociológico. Ao professor Felipe Berocan Veiga (UFF), agradeço a gentileza em ter aceitado participar da banca de defesa desta dissertação.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UFMA) e ao Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Cidades e Imagens (LAEPCI) pela oportunidade de aprender.

*Quando estou na cidade tenho a impressão que estou
na sala de visita com seus lustres de cristais, seus
tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quanto
estou na favela tenho a impressão que sou um objeto
fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.*

Carolina Maria de Jesus

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo examinar, a partir da observação da luta por moradia Vila Esperança, em Imperatriz-MA, a construção dos “quadros de injustiça” (*frames of injustice*) em documentos escritos, declarações públicas e protestos produzidos pelos moradores e empreendedores do movimento social. Para tanto, será utilizada metodologia multissituada, tratando-se de pesquisa de campo e virtual em contato com líderes comunitários e pesquisa arquivística, em documentos históricos e jornalísticos. Como autores centrais para a compreensão do tema, serão utilizados os conceitos construídos por Erving Goffman, William Gamson, David Snow, Robert Benford e Sidney Tarrow, além da utilização dessas teorias nos escritos dos professores Marcelo Kunrath Silva, Matheus Mazzilli Pereira e Jesus Marmanillo Pereira. Assim, a intenção dessas observações é a possibilidade de compreender a construção do enquadramento interpretativo traçado a partir da luta por moradia na comunidade Vila Esperança.

Palavras-chave: Quadros de Injustiça. Direito à Moradia. Movimentos Sociais. Imperatriz-MA.

ABSTRACT

This research aims to examine, from the observation of the claim for housing Vila Esperança, in Imperatriz-MA, the construction of frames of injustice in documents, public statements and protests produced by residents and managers of the social movement. Therefore, a multi-sited methodology will be used, dealing with field and virtual research in contact with community leaders and archival research, in historical and journalistic documents. As central authors for understanding the theme, concepts built by Erving Goffman, William Gamson, David Snow, Robert Benford and Sidney Tarrow will be used, in addition to the use of these theories in the writings of professors Marcelo Kunrath Silva, Matheus Mazzilli Pereira and Jesus Marmanillo Pereira. Thus, the intention of these observations is the possibility of understanding the construction of the framing processes drawn from the claim for housing in the Vila Esperança community.

Keywords: Frames of Injustice. Right to housing. Social Movements. Imperatriz-MA.

LISTA DE SIGLAS

AMAVE	- Associação de Moradores do Assentamento Vila Esperança
ANADEP	- Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos
CEB	- Comunidade Eclesial de Base
CELMAR	- Celulose do Maranhão
CDES	- Centro de Direitos Econômicos e Sociais
COECV	- Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade
DEM	- Democratas
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LAEPCI	- Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Cidades e Imagens
MR8	- Movimento Revolucionário 8 de Outubro
PCdoB	- Partido Comunista do Brasil
PL	- Partido Liberal
PPL	- Partido Pátria Livre
PROS	- Partido Republicano da Ordem Social
PSC	- Partido Social Cristão
PSD	- Partido Social Democrático
PSL	- Partido Social Liberal
PVV	- Programa Vila Viva
SEDIHPOP	- Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular
TJMA	- Tribunal de Justiça do Maranhão
ZEIS	- Zona Especial de Interesse Social

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Mapa de expansão da área urbana de Imperatriz em 2015 em relação ao censo IBGE 2010
- Figura 2 - Vala de Esgoto (Verona-V. Esperança); Panificadora Bom Sabor
- Figura 3 - Distância entre o Centro (Prefeitura de Imperatriz) e a comunidade Vila Esperança.
- Figura 4 - Momentos da evolução histórica do lugar nos últimos 10 anos
- Figura 5 - Av. Esperança
- Figura 6 - Cláudia Mercantil
- Figura 7 - A existência online do Cláudia Mercantil e da Vila Esperança
- Figura 8 - Duplex Residencial Verona
- Figura 9 - Barracão da AMAVE
- Figura 10 - Protesto em frente ao Fórum de Imperatriz

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fontes documentais

Quadro 2 - Interlocutores

Quadro 3 - Linha do Tempo: Processo de Ocupação da Vila Esperança

LISTA DE ANEXOS

- ANEXO I - Condomínios Avenida Pedro Neiva de Santana (*Google Maps*)
- ANEXO II - *Timelapse*: modificação da paisagem de Imperatriz e regiões vizinhas entre 2010 e 2020 (*Google Earth*)
- ANEXO III - Propaganda com mapa figurativo do Residencial Verona (*Facebook*)
- ANEXO IV - Comentários na página do Residencial Verona sobre a “invasão” Vila Esperança (*Facebook*)
- ANEXO V - *Local Guides* na página do Residencial Verona: relação entre “invasão” Vila Esperança e Insegurança (*Google Maps*)
- ANEXO VI - Termo de Abertura do Livro de Atas da AMAVE
- ANEXO VII - Declaração de Compromisso
- ANEXO VIII - Ficha de Filiação e Carteira de Associado
- ANEXO IX - “Guerra Civil Imperatrizense”
- ANEXO X – “Queremos nossa moradia”
- ANEXO XI – “O pobre mais uma vez vai pagar a conta”

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Itinerários: considerações iniciais	24
CAPÍTULO I – ANDAR: PERCORRER A VILA ESPERANÇA	40
1.1 Vila Esperança: uma ocupação urbana	41
1.2 Comunidade ou invasão? Estigmatização territorial na mídia imperatrizense .	49
CAPÍTULO II – ORGANIZAR: A AMAVE E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONFRONTO	57
2.1 Atores e trajetórias na organização da Vila Esperança.....	61
2.2 Documentar e registrar: Associação dos Moradores do Assentamento Vila Esperança – AMAVE	69
CAPÍTULO III – LUTAR: QUADROS INTERPRETATIVOS DAS AÇÕES COLETIVAS	77
3.1 A questão da moradia na formação da AMAVE	77
3.2 Quadros de injustiça: delimitação dos problemas e a busca por soluções	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é resultado dos questionamentos e investigações a respeito do bairro Vila Esperança, área de ocupação e de disputa localizada na cidade de Imperatriz – Maranhão. A partir disso, mesmo nesta breve frase introdutória, podemos descobrir que inúmeras perguntas se avolumam em torno do “recorte” da dissertação: o que é a Vila Esperança? Vila, bairro, ocupação, comunidade ou invasão? Quais as motivações de disputas no bairro? Como o bairro se localiza e é compreendido na cidade de Imperatriz? Tais questionamentos ensejaram a observação das ações coletivas acontecidas no local e, principalmente, a reflexão sobre o processo de movimento das pessoas na luta pela moradia.

Desse modo, notamos que a palavra “esperança” se destaca como título do bairro, não sem motivação. Na realidade, seguindo as acepções de Sidney Tarrow a respeito das injustiças e da emotividade, em seu livro *O Poder em Movimento*, “nenhuma transformação significativa de reivindicações em ação pode ocorrer sem que se estimule ou se crie energia emocional” (2009, p.145). Portanto, a emoção ativada por meio da palavra esperança é vitalizadora do processo de engajamento. Ou seja, a partir da criação da Vila no dia 2 de agosto de 2015, demarcada pela Ata da Associação de Moradores do Assentamento Vila Esperança (AMAVE), a escolha da palavra “esperança” faz parte do eixo retórico utilizado para a mobilização (TARROW, 2009, p. 145 e 146).

Ao buscar respostas, encontramos uma vastidão de compreensões a respeito da palavra “esperança”: no quadro desenhado pelos dicionários, o termo se relaciona com a confiança de um futuro melhor (antagonizando com um presente de descontentamento e desespero)¹. Além disso, baseando-nos no emocionado texto de Ana Maria Freire (2008), o qual comenta a obra do teólogo dominicano Frei Carlos Josaphat (Fé, Esperança e Caridade, de 1999), a esperança é a segunda das três virtudes teológicas, sobre a qual se revela a “força de viver, a capacidade e o elo de aguentar todas as dificuldades, de enfrentar e superar todas as crises, animada e

¹ Esperança: substantivo feminino; 1. Confiança de que algo bom acontecerá; Crença de quem espera que seu desejo se torne realidade. 2. FIGURADO: Algo ou alguém que é alvo de uma expectativa; O que se relaciona com algo ilusório, hipotético. 3. RELIGIÃO Virtude que completa as três virtudes teológicas (fé, caridade e esperança). [...] Antônimos de Esperança: Esperança é o contrário de: desesperança. (ESPERANÇA, 2022).

sustentada pelo desejo de um bem melhor e maior, e tendendo sempre para obtê-lo.” (FREIRE, 2008, p. 76), sendo assim acepção confrontante à injustiças e opressões (FREIRE, 2008, p. 76-77). Seguindo essas compreensões, vemos que a esperança é símbolo da modificação de um quadro de descontentamento, para um quadro de confiança na satisfação futura.

Ainda na coligação das acepções de esperança nos movimentos sociais, a fé se demonstrou muitas vezes esse elemento motor: desde Canudos, em 1893, sob o comando do beato Antônio Conselheiro, que, com sua religiosidade e messianismo, fundou uma comunidade em uma fazenda abandonada (FERNANDES, 2013), até as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que na década de 80, atuantes em São Luís (capital do Maranhão), basearam-se em uma educação popular transformadora a partir da “oração, reflexão e ação” e alinharam fé, direito e política dentro dos movimentos sociais em que estavam presentes (PEREIRA, 2011). De tal modo, não foi possível ignorar o nome de batismo do local estudado durante mais de dois anos nessa pesquisa, bem como foi possível verificar – por intermédio de busca iniciática em jornais e outras mídias, inclusive em redes sociais, que há inúmeras repetições de “Vilas Esperanças” pelo Brasil, existindo ao menos em todas as 9 (nove) capitais do Nordeste algum local chamado Vila Esperança (São Luís, Recife, Maceió, Salvador) ou variações como Conjunto Jardim Esperança (Aracaju), Planalto da Boa Esperança (João Pessoa), Cidade Esperança (Natal), Conjunto Esperança (Fortaleza), Boa Esperança (Piauí). Todas as regiões citadas são apontadas nas mídias de duas maneiras: ou como regiões de “desfavelamento” (conjuntos habitacionais criados para realocar pessoas que viviam em locais ditos precarizados²) (SANTANA, 2016), ou como comunidades “carentes”, violentas e com ausência de equipamentos urbanos (como saneamento básico, por exemplo). Portanto, podemos dizer que de alguma maneira algumas comunidades alcançaram as expectativas de “vida digna”, como é o caso do Jardim Esperança, em Aracaju (SANTANA, 2016), enquanto outras lutam

² Sobre as realocações que ocorreram no Brasil desde os conjuntos habitacionais da década de 1940 até os recentes Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), Conceição (2018) dialoga com moradores do Condomínio Esperança e Moradia 6 e aponta, entre diversas outras questões, que a saída da favela para os chamados condomínios populares é um “rito de passagem” para as pessoas que ali vivem – nas palavras de uma de suas interlocutoras, Ana Maria: “Aqui é melhor em tudo. [...] A gente já passou tanta coisa ali que... Eu amo tudo isso aqui.”. O autor, no entanto, reforça o pensamento sociológico de que “a nova moradia e o conseqüente *thauma* permitiram a muitos desses neocondôminos uma reconstrução da vida e da imagem, mesmo que por parte do Estado o reassentamento dessas famílias não seja bem-sucedido” (CONCEIÇÃO, 2018, p.310), observando que os moradores continuam como “pré-cidadãos”.

para não serem “esquecidos pelo poder público da cidade” (VASCONCELOS, 2019), como é possível dizer que ocorre em Teresina, São Luís e Imperatriz.

A palavra “vila” também tem significados que precisam ser pontuados. Por exemplo, em breve elaboração, a palavra é utilizada como sinônimo de “favela” na Argentina, Uruguai, México e Peru, acepção advinda do romance de Bernardo Verbitsky “Villa Miseria también es América” (1955), que retratava a situação de moradia dos migrantes internos em Buenos Aires (RODRIGUES, 2020). Porém, também no Brasil, a palavra ganha significado similar como é possível observar no “Programa Vila Viva - PVV” de Belo Horizonte – voltado a “urbanizar” as favelas na capital mineira (PIMENTA, 2009), que compreende vila e favela como sinônimos de conjuntos irregulares (VILAS, 2021). Assim, também observando estudo realizado em Porto Alegre (FURTADO, 2014), crianças apontam diferenças nas estruturas de vilas, favelas e bairros, no qual a vila ocupa um lugar intermediário, “é quase um entre lugar”. Ou seja, parece-nos, em geral, que a palavra “vila” é a tentativa da saída do estigma (GOFFMAN 2008) sobre a palavra favela³. Esses significados são relacionais: a “boa forma urbana” (MELLO, 1983) *versus* as práticas cotidianas de cidade, são uma comparação a partir de uma concepção única de cidade formatada de modo racionalista e cartesiano em contraposição às cidades reais.

No entanto, sobre a palavra “favela”, é preciso apontar que, apesar da categoria ter-se notabilizado de forma preponderante no sudeste do país⁴, tal designação não é comum no estado do Maranhão. Em verdade, é possível apontar que mesmo desde a década de 1970 (PEREIRA, 2011), a palavra “invasão” é o termo correntemente utilizado para categorizar espaços em disputas, nos quais os moradores (ou “invasores”) são opositores de outros agentes (ligados à noção econômica da terra, empresários e proprietários) na busca por construir essas significações e alcançar a moradia (ou a propriedade).

³ Furtado (2014, p.64), ao realizar o estudo com crianças em Porto Alegre sobre as diferenças entre vila, favela e bairro, nota a tentativa de fuga do estigma: “eu moro na Invasão, mas não conta pra ninguém daqui da escola, tá? Eu sempre saio caminhando com as gurias e finjo que minha casa é aqui na vila. Daí eu espero elas entrarem em casa e depois eu dou toda a volta, que é pra ninguém saber e não me chamar de favelada.”

⁴ O termo tem sua origem a partir dos veteranos da campanha de Canudos (1896-1897) que foram autorizados a ocupar o morro da Providência no Rio de Janeiro, chamando-o “favela”, em referência ao “morro da favela” (local em que acamparam estrategicamente antes do ataque ao Arraial de Canudos). Euclides da Cunha, em seu best-seller “Os Sertões” (1902) usa o termo pela primeira vez, popularizando-o. Em 1909, a revista semanal carioca “Careta” já utilizava o termo como substantivo de ocupações em morros (RODRIGUES, 2014).

O bairro Vila Esperança tem uma trajetória de designações durante o percurso de sua existência: ao mesmo tempo em que é chamado de “área invadida”, e seus moradores de “invasores”, em liminar concedida pelo juiz José Ribamar Serra, então titular da 3ª Vara Cível de Imperatriz (19 de maio de 2015), é também apontada como “ocupação consolidada”, segundo relatório da Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade-COECV (07 de março de 2016). Tais designações e os autores desses significados serão objeto de maior atenção logo no primeiro capítulo desta dissertação, localizando as disputas em torno do bairro.

Porém, ainda com o caráter de introduzir a pesquisa que segue, temos a necessária tarefa de apresentar a cidade de Imperatriz. Com 170 anos de existência, de acordo com Pantoja e Pereira (2019), a cidade é demarcada por dois grandes ciclos de crescimento econômico: um que segue a construção da rodovia BR 0-10 (Belém-Brasília); outro que é conduzido pela implantação da empresa Celulose do Maranhão – CELMAR S/A e da Suzano Papel e Celulose. Sobre a construção da BR 0-10, asseveram:

A rodovia é responsável por ligar não só o Nordeste, mas a Amazônia Brasileira ao restante do Brasil, e colocá-la no circuito da economia global. Pode-se dizer que Imperatriz não adquiriu apenas notabilidade econômica com esse empreendimento federal, mas também que **os sentidos e narrativas sobre a cidade também se alimentaram das palavras kubitschekianas**, reproduzindo-se localmente por meio de uma série de declarações de políticos, empresários, associações e instituições diversas, inclusive aquelas dedicadas à produção de saberes. (PANTOJA; PEREIRA, 2014, p. 82)

O discurso de desenvolvimento da cidade é alicerçado “em um conjunto de classificações que existem em oposição ao ‘tradicional’, ‘extrativista’⁵ e ‘arcaico’” (PANTOJA; PEREIRA, 2014, p. 91). Nessa contraposição, durante o processo de implantação da Suzano em Imperatriz, é possível notar um afastamento das populações que sobreviviam na Estrada do Arroz⁶ com a venda de suas terras

⁵ “[...] há toda uma bibliografia que explica que, até 1960, data da inauguração da BR-010, a economia do estado era entendida como “tradicional”, pois estava centrada no extrativismo, principalmente do babaçu, e na agricultura de subsistência. Para a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) e intelectuais locais, a abertura da rodovia promoveu também o desenvolvimento de políticas de incentivos fiscais captadas via instituições como Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), inaugurando “novo ciclo de modernização” da economia local diversificando a base produtiva do Estado (FIEMA, 2009, p. 26).” (PANTOJA; PEREIRA, 2014, p. 82).

⁶ “Atualmente a Estrada do Arroz não possui produtividade de grande escala, constitui-se de pequenas lavouras onde famílias que plantam apenas para consumo próprio tentam sobreviver. [...] a inauguração da unidade

(PANTOJA; PEREIRA, 2014). Ou seja, em relevo, vemos que a lógica de desenvolvimento e crescimento não fora construída com a participação das apontadas comunidades tradicionais, sequer pensando nestas em uma perspectiva de adequação das pessoas nos modelos produtivos implementados, mas apenas realizando as modificações necessárias nos locais de moradia, plantio, criação e extrativismo daqueles povoamentos.

Podemos, portanto, inferir que a compreensão acerca do desenvolvimento mais recente de Imperatriz se insere na organização de uma cadeia produtiva voltada aos processos de industrialização que se inicia desde a realocação de antigas povoações, como ocorreu na Estrada do Arroz, passando pelo plantio extensivo de monoculturas de eucalipto para abastecer a produção de papel e celulose, atendendo o espaço da cidade às dinâmicas das empresas, com incentivos diretos dos governos municipais e estaduais⁷ (PANTOJA; PEREIRA, 2014; OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2018a; OLIVEIRA; PEREIRA; NACIMENTO, 2018b). Nessa trajetória, já apontada antes por Henri Léfèbvre (1991, p.17-18), “há uma ampliação maciça da cidade e uma urbanização (no sentido amplo do termo) com pouca industrialização”, o que inclui o desfazimento das estruturas tradicionais.

Para traçarmos um panorama, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, entre 2011 e 2015, houve um salto de 37.821 m³ para 391.532 m³ de área de produção de madeira em tora no município (IBGE, 2010a), enquanto o PIB experimentou um acréscimo de 84% em menos de 5 anos (IBGE, 2010b). Também podemos observar a modificação da paisagem local (ANEXO II), induzida pelas novas indústrias, além da crescente atividade agropecuária⁸. Dessa maneira, não apenas a economia local sofreu alterações com os novos

industrial da Suzano no final de 2013 pode ser compreendida como o fechamento de um ciclo de expropriação que mobilizou uma série de atores sociais e meios, e que inaugura uma nova fase na vida para trabalhadores rurais que ficaram desprovidos de terras. A situação atual pode ser sintetizada na fala de um morador local, que explica: “as comunidades não vão produzir porque é reserva. Onde não tem o eucalipto plantado ela (a empresa) diz que é reserva legal e não pode mexer.”. (PANTOJA; PEREIRA, 2014, p. 85-86).

⁷ “Assim, durante o período de instalação da fábrica, a cidade e a região circunvizinha foram reestruturadas para atender a uma nova ordem econômica. A linha ferroviária foi ampliada para melhorar o escoamento da produção a ser exportada; o acesso à fábrica por dentro da cidade - sendo essa a principal via de acesso, conhecida popularmente como “estrada do arroz” - foi pavimentado, e outro caminho, pela BR-010, foi criado para facilitar a entrada da matéria-prima (toras de eucalipto) vinda de municípios vizinhos.” (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2018a).

⁸ Em 2015, a contribuição da atividade agropecuária atingiu seu pico alcançando 41,310,21 (na unidade R\$ x 1000) (IBGE, 2010b).

empreendimentos instalados na cidade como também a cidade foi recondicionada a partir dos ângulos criados com os investimentos industriais e incentivos governamentais.

Nesse sentido, é possível observar a expansão da malha urbana na cidade após a implantação da Suzano (entre 2008 e 2015) no mapa que segue (OLIVEIRA; PEREIRA; NACIMENTO, 2018b):

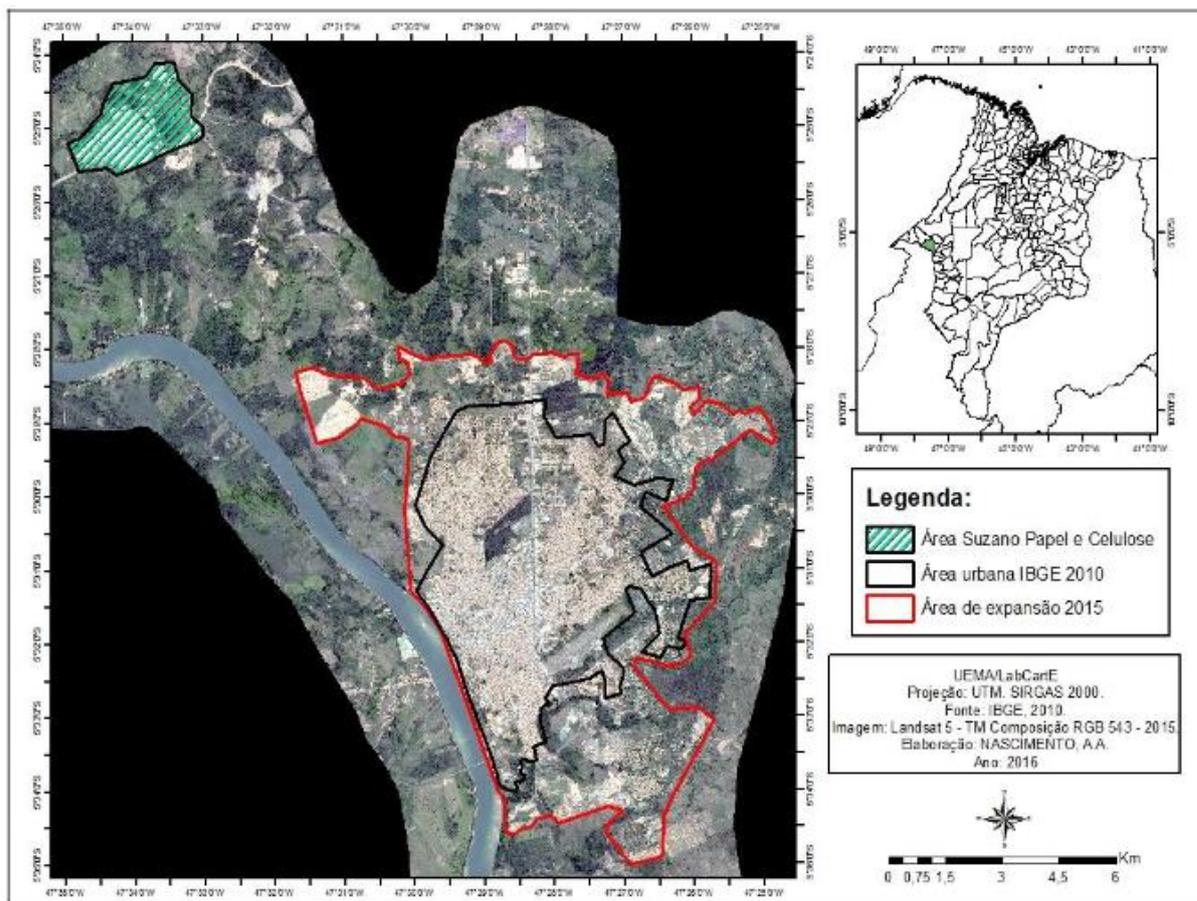


Figura 1 – Mapa de expansão da área urbana de Imperatriz em 2015 em relação ao censo IBGE 2010

Fonte: OLIVEIRA; PEREIRA; NACIMENTO, 2018b

Na figura supramencionada, podemos perceber que a malha urbana se expande nas margens e principalmente em direção aos municípios vizinhos à cidade. Denotamos especial atenção ao município de João Lisboa, ligado a Imperatriz pela Avenida Pedro Neiva de Santana, estrada de competência do governo estadual, inaugurada em 2012, justamente no conjunto de iniciativas paralelas à instalação da Suzano no Maranhão (GOVERNADORA, 2012). Desde sua reestruturação em 2012,

a Pedro Neiva (denominação cotidiana dos moradores da região) é uma das áreas mais crescentes quanto à construção de condomínios, muitos deles classificados como de “luxo” (BUENO, 2018a), lembrando-nos a compreensão de enclaves fortificados (CALDEIRA, 1997), espaços privativos, com a intenção de deixar a “esfera pública das ruas para os pobres, os "marginais" e os sem-teto”. A expansão desses projetos é visível no mapa da região ao redor da avenida (ANEXO I), contabilizando pelo menos 18 (dezoito) condomínios e residenciais privativos. Tais apontamentos servem à presente pesquisa, pois reúnem elementos a respeito do espaço em que a Vila Esperança se insere, entre Imperatriz e João Lisboa, às margens de uma grande avenida e ao lado de grandes empreendimentos da construção civil.

No intuito de reforçar as investigações sobre o espaço estudado, ao ler a matéria intitulada *Luxo: conheça alguns dos condomínios mais caros de Imperatriz* (BUENO, 2018a), notamos que três, dentre os quatro condomínios horizontais⁹ apontados, estão localizados na Avenida Pedro Neiva de Santana: New Ville Residence, Residencial Jandaia Tênis Clube e Condomínio Teriva. O último condomínio citado (Teriva) é vizinho da Vila Esperança, ficando a 900 metros¹⁰ de distância um do outro – ou 10 minutos a pé. Assim, não é possível olvidar o “lugar” na cidade que a Vila ocupa: em uma cidade ligada às lógicas desenvolvimentistas, dentro de um espaço de expansão do mercado imobiliário. Nesse esquema, uma “ocupação irregular” é uma invasão às concepções planejadas para o local, ensejando “o reforço policial, o arrombamento de portas/portões, a retirada de pessoas e coisas e o desfazimento de obstáculos”, de acordo com liminar expedida pelo Juiz José Serra, em maio de 2015 (COECV/SEDIHPOP, 2018). Desse modo, inicialmente, podemos depreender que a Vila é um entrave ao que se entende como o regular progresso da cidade.

Em capítulo próprio, a partir de recortes de jornais e outras mídias, debateremos sobre a compreensão e as diferentes visões sobre o lugar da Vila na cidade, além de buscar distinguir os vocábulos “invasão”, “bairro” e “ocupação” e as representações sociais em torno deles. Escolhemos apontar a Vila Esperança como bairro, a partir da acepção que se apresenta geralmente em programas institucionais

⁹ Horizontais, pois, ao contrário dos condomínios verticais – criados para a construção de prédios e apartamentos, esses são condomínios de casas.

¹⁰ O condomínio New Ville Residence fica a 2,5 km, enquanto o Residencial Jandaia Tênis Clube está a 2 km (Google Maps).

e de governo que optam pela inclusão e reestruturação das “invasões”, “vilas” e “favelas”, em lugar da sua remoção¹¹ (PEREIRA, 2011; FREIRE, 2008). Porém, desde já, apontamos que a existência da Vila causou repercussões jurídicas e midiáticas envolvendo os moradores ocupantes e a empresa intitulada proprietária, BrDU Urbanismo (com sede em Goiânia-GO), construtora do Residencial Verona, loteamento privativo localizado ao norte da Vila. Os lotes do referido residencial eram vendidos dentro de um aspecto figurativo de cidade (ANEXO III), entretanto, ao que parece a partir dos recortes nas páginas de propaganda do residencial (ANEXO IV), a “invasão” gerou indignação naqueles que já haviam comprado terrenos no local e afastou possíveis novos compradores. A promessa que se repete nas respostas dadas pelo canal de comunicação do Verona (ainda em 2015) é que “cabe à justiça cumprir o seu papel e retirá-los”, afirmando que “logo esse problema será sanado”.

Demarcada por esse contexto e possivelmente compreendida como um problema público¹², a Vila Esperança, localizada na grande região do Bom Jesus, construiu sua ocupação no ano de 2014 e desde então sofre com ameaças de despejo forçado pela supracitada decisão judicial em favor dos intitulados proprietários, de acordo com informações constantes dos relatórios da COECV. Em 2020, o número apontado de moradores era de 2.000 (duas mil) famílias¹³, aumentando as lentes da população, das mídias e do poder público a respeito da situação do local. Nesse sentido, a população interessada nos terrenos da área, além dos jornais e outras mídias, identificaram e definiram o “distúrbio” causado pela ocupação, ao mesmo tempo em que cobram providências ao poder público, notabilizado nas figuras da

¹¹ “As siglas de programas como Comunidades Urbanas de Recuperação (CURA), Programa de Erradicação de Favelas (PROMORAR) e o Programa de Despalafitação, expressavam uma relação de forças, ou um tipo de resposta aos especialistas e seus termos. Tais programas surgiram em contraposição à existência das palafitas, que eram edificações erguidas em áreas alagadas, próximas aos rios. Colocando em outros termos, os governos tomavam para si a responsabilidade quanto ao problema e ao mesmo tempo, para garantirem a legitimidade da proposta, deveriam executar ações que reforçassem os termos como “habitação” e outros relacionados às obras básicas como luz, pavimentação, praças, escolas, em detrimento de termos como “palafitas” (principalmente), “invasão”, etc.” (PEREIRA, 2011).

¹² Sobre o conceito de problema público ou “situação problemática” é aquela em que “os múltiplos processos de organização coletiva e de organização pessoal, mediados por instituições sociais, já não estão em sintonia” (CEFAI, 2017, p.189), a partir dos quais as pessoas “tentam definir o problema, determinar suas causas, detectar seus fatores e estabelecer as responsabilidades” (CEFAI, 2017, p.188).

¹³ MA: Mais de 2 mil famílias de Imperatriz são beneficiadas por ação da Defensoria. *ANADEP*, Brasília, 17 de out. de 2019. Disponível em: <<https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=42381>>. Acesso em: 20 de ago. de 2020.

prefeitura, do governo do estado e no judiciário, em uma cognição pendular entre *problem-defining* e *problem-solving* (CEFAI, 2017, p.189-190).

Ao considerar os relatórios da COECV (tais relatórios são internos e foram repassados à pesquisadora a partir de requerimento enviado por e-mail), em comparação à visita de reconhecimento realizada em 12 de fevereiro de 2020 (antes de março, mês marco do isolamento social característico do momento pandêmico), a comunidade tem suas fronteiras definidas com asfalto: na ponta sul, a Avenida Bayma Júnior¹⁴ corta todo o bairro do Bom Jesus até o Campus Avançado da Universidade Federal do Maranhão – UFMA; na ponta norte, a pavimentação é início do Residencial Verona, o condomínio de lotes residenciais, cuja página virtual pontua que aquela é a “localização dos seus sonhos” (ANEXO III). A Vila tem ligação com o Bom Jesus e o Verona por meio de sua Avenida Brasil¹⁵, ainda não pavimentada, delimitando as fronteiras espaciais e simbólicas da área.

Desse modo, tendo sido expostos de maneira introdutória os conflitos entre a criação do bairro e o planejamento de cidade e mercado para a região estudada, iniciamos a proposição de examinar a construção de enquadramentos interpretativos na luta por moradia desenvolvida no bairro da Vila Esperança, em Imperatriz-MA. Assim, partindo principalmente dos estudos anteriores de Silva, Cotanda e Pereira (2017), passamos a observar em retrospecto as ações de mobilização da comunidade, desde o início de sua ocupação em 2014 até o ano de 2021, levando em consideração o conceito de enquadramentos interpretativos (frames), cunhado por Erving Goffman, a partir da observação das interações entre indivíduos na vida cotidiana, além das posteriores análises (em diferentes linhas) de William Gamson, David Snow, Robert Benford e Sidney Tarrow a respeito das molduras interpretativas da ação coletiva (MIACs) no estudo dos movimentos sociais – ou seja, de modo sintetizado, observamos o contexto de criação e estruturação da comunidade Vila Esperança, analisando o processo de formação dos enquadramentos construídos nessa luta por moradia. Uma compreensão clássica (e notória) dos conceitos de frames cunhados por David Snow e Robert Benford é apresentada pela autora Angela Alonso:

¹⁴ Também intitulada Estrada do Centro de Treinamento Pará Bom Jesus ou Avenida da Universidade.

¹⁵ Tal avenida hoje é intitulada Nicolau Dino. Ao tratar dos atores envolvidos na construção da Vila, apontaremos as possíveis motivações para a troca dos nomes.

[..] redefiniram o conceito de frame de Erving Goffman como quadros interpretativos que simplificam e condensam o “mundo exterior”, destacando, codificando e selecionando objetos, situações, acontecimentos, experiências e sequências de ações. Recorrendo à produção de frames, os movimentos sociais reduziram a complexidade social a níveis manejáveis pelo indivíduo comum, sinalizando a injustiça de uma dada situação, vinculando-a a símbolos e apresentando-a como um problema que requer mobilização [...] (ALONSO, 2009).

Portanto, para seguir a cognição de Tarrow (2009), compreendemos a ação coletiva como o agir dos movimentos sociais de acordo com as oportunidades e restrições políticas, observando, assim, as forças e fragilidades dos desafiados e a solidariedade e capacidade de difusão dos desafiados, tendo em vista os recursos culturais, organizacionais e práticos dos movimentos sociais. Noutra ponta, ainda apresentando conceitos fundamentais para a pesquisa em tela, seguindo os professores Silva, Cotanda e Pereira (2017), ao analisar a obra de Goffman, compreendem os enquadramentos interpretativos como definições e orientações dos atores, dentro da perspectiva dos movimentos sociais. Além disso, apontamos que Tarrow observa como essencial a presença de enquadramentos interpretativos para que haja a difusão dos movimentos sociais, questões que poderão ser observadas a partir das ações coletivas de organização interna da Vila Esperança e também a partir das ações de protesto da “grande invasão do Bom Jesus”¹⁶.

Além disso, a pesquisa em tela buscou reiterar a perspectiva da interação face a face e observação-participante na comunidade Vila Esperança. Assim, reafirmamos nesse trabalho a compreensão da interação direta e pessoal com os interlocutores. No entanto, devido às condições limítrofes que marcam os anos de 2020 e 2021 (ao menos até o presente momento dessa escrita), em que a humanidade se confronta com uma grave pandemia ocasionada por vírus de alta letalidade, necessária é a reflexão a respeito da atuação física do pesquisador em Ciências Sociais. Por isso, a pesquisa permaneceu em modo virtual durante o ano de 2020, através de contato com líderes da ocupação, líderes religiosos das Igrejas do local e órgãos governamentais, sendo retomada gradualmente no ano de 2021, além das pesquisas por meio de novas tecnologias (como o *Google Street View* e *Google Earth*) e da pesquisa arquivística. Assim, com a aceleração da vacinação no estado do Maranhão e a diminuição nos números de ocupação de leitos na cidade de Imperatriz,

¹⁶ Designação pela qual muitas vezes a Vila é tachada pela imprensa local (IMPERATRIZ, 2018).

foram retomadas as visitas ao campo em 15 de julho de 2021 (tendo sido iniciadas em 12 de fevereiro de 2020), em companhia da informante Maria de Vasconcelos (*Macotas*)¹⁷, ex-secretária da Associação de Moradores do Assentamento Vila Esperança (AMAVE). Desse modo, apesar dos percalços impostos por contingências naturais, a pesquisa foi posteriormente continuada presencialmente.

Retomando, entendemos que os conceitos de quadros interpretativos são pontos centrais para a compreensão da luta por moradia na Vila Esperança, em Imperatriz-MA. Pretendemos alcançar de modo suficiente tais questões teóricas para demonstrar a construção de *frames* a partir da luta na comunidade.

Itinerários: considerações iniciais

Seguindo a intenção de situar-se, observar e descrever (SILVA, 2009), de antemão, posicionaremos o lugar da pesquisadora. Natural de São Luís, buscou desde sua formação inicial em Direito na UFMA novos olhares sobre as estruturas que estavam postas. Ou seja, de forma incipiente, claudicante e quase intuitiva, nas compreensões apontadas por Pierre Bourdieu em seu estudo *Os juristas: guardiões da hipocrisia coletiva*¹⁸, a partir das interpretações de SCKELL (2016), pretendeu alcançar o trans-histórico e o transocial no estudo do sistema normativo, fazendo parte do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular – NAJUP Negro Cosme¹⁹ durante quatro anos. No entanto, durante esse trajeto, exurgiram as dificuldades e limitações das ferramentas das ciências jurídicas para a pesquisa sobre sociedade, além do necessário afastamento da sociologia espontânea (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2010)²⁰. Ao mudar para Imperatriz, buscou o campus

¹⁷ Os nomes dos oito principais atores na organização da Vila Esperança foram modificados de acordo com os personagens conhecidos do Arraial de Belo Monte, local da guerra de Canudos, levando em consideração a luta pela terra e a participação majoritária de mulheres, além da alusão à migração nordestina (CARVALHO, 2006; CORDEIRO, 2020). No segundo capítulo da dissertação, trabalharemos suas trajetórias e papéis.

¹⁸ Tradução livre.

¹⁹ O NAJUP Negro Cosme é um projeto de Pesquisa e Extensão vinculado ao Departamento de Direito da Universidade Federal do Maranhão, desde 2000. Seguindo os princípios da extensão na modalidade de Assessoria Jurídica Universitária Popular, o Núcleo busca construir um elo entre a comunidade acadêmica e a sociedade, por intermédio de um conjunto de ações integradas que envolvam práticas político-pedagógicas em Direitos Humanos, educação e mobilização popular.

²⁰ “Todas as técnicas de ruptura, tais como a crítica lógica das noções, a comprovação estatística das falsas evidências, a contestação decisória e metódica das aparências, não de permanecer impotentes enquanto a sociologia espontânea não for atacada em seu próprio âmago, isto é, na filosofia do conhecimento do social e

mais próximo da universidade para dar continuidade aos estudos sobre a cidade. No caminho para a biblioteca, pela Avenida Bayma Júnior, capturou sua atenção a formação dos bairros ao redor e, em pesquisa a respeito dessas aglomerações, encontra o Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Cidades e Imagens (LAEPCI), que em 2018 analisou o conjunto habitacional Dom Affonso Felipe Gregory, vizinho à Vila Esperança. A partir desses acontecimentos, perguntas e investigações sobre o local nortearam o percurso da pesquisa.

Assim, para a tessitura do projeto, buscamos as fontes documentais existentes sobre o local – tais fontes serão listadas ao longo dessa dissertação. Como exemplo precursor, a notícia de que a Vila Esperança, ainda em 2019, segundo matéria veiculada pela Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADep), já contava com duas mil famílias em sua formação, era provocativa de algumas questões. Como se deu a formação da Vila Esperança? O que fez as pessoas confrontarem inúmeras adversidades e resistirem na luta por moradia?

Com essas perguntas em mente, buscamos contato via e-mail com a Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV) – comissão especial da SEDIHPOP (Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular), requerendo mais informações sobre a localidade. Quatro relatórios foram enviados, dentre eles um levantamento de famílias moradoras, realizado em 2016. Além disso, foram enviados também o telefone do Sr. *Antonio Mendes Maciel* (apontado como Presidente da AMAVE) e, por fim, o telefone da Sra. *Maria de Vasconcelos* (apontada como liderança na comunidade).

Assim, seguimos para o percurso desta pesquisa a partir do dia 12 de fevereiro de 2020, ou seja, logo após a aprovação do projeto no Programa de Pós-graduação em Sociologia – PPGS/UFMA. Entramos em contato, via aplicativo de mensagens *WhatsApp*, com *Macotas*, ex-secretária da Associação de Moradores do Assentamento Vila Esperança, buscando marcar uma conversa inicial, uma

da ação humana que lhe serve de suporte. **A sociologia só pode se constituir como ciência realmente separada do senso comum, com a condição de opor às pretensões sistemáticas da sociologia espontânea a resistência organizada de uma teoria do conhecimento do social cujos princípios contradizem, ponto por ponto, os pressupostos da filosofia primeira do social.** Por não existir tal teoria, o sociólogo pode recusar ostensivamente as prenoções, ao mesmo tempo que edifica a aparência de um discurso científico sobre os pressupostos assumidos inconscientemente a partir dos quais a sociologia espontânea engendraria essas prenoções.” (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2010, p. 25)

aproximação com a comunidade. Como é comum aos primeiros encontros, tasteávamos as palavras que eram ditas e como deveriam ser ditas, em uma espécie de escaneamento do outro. Porém, a situação em particular oferecia um obstáculo próprio: *Macotas* representava uma comunidade que permanecia em conflito com o Estado e com particulares ao lutar pela moradia, com atritos e disputas constantes, portanto, o que dizer e como dizer era uma precaução necessária. Doutro lado, a pesquisa também precisava desse laço de confiança para prosseguir, por isso, o cuidado ambivalente era o preliminar modo de interação. *Macotas*, em fevereiro de 2020, repetia as informações que constavam nos relatórios da COECV. Estávamos travando conhecimento pela primeira vez, e os nossos pontos de contato foram principalmente “o pessoal dos direitos humanos” da comissão que havia visitado a comunidade a partir de 2016.

A respeito das fontes documentais aqui utilizadas, houve coleta de 47 matérias jornalísticas (entre 18 de novembro de 2015 e 13 de maio de 2021) referentes à comunidade Vila Esperança, além da concessão de 4 relatórios requeridos à COECV – incluindo-se o levantamento realizado pela comissão em 2016. Há ainda as 6 Atas de Assembleia da AMAVE – Associação de Moradores do Assentamento Vila Esperança.

Quadro 1 – Fontes documentais

Matérias Jornalísticas	47
Relatórios COECV/SEDIHPOP	4
Atas da de Assembleia AMAVE	6
Vídeos	4
Total	61 fontes

É preciso delinear que, apesar da AMAVE ser constituída como associação legalmente registrada (de acordo com o CNPJ 25.975.627/001-99, constante das Atas de Assembleia), não há nenhum arquivo próprio alocado em espaço designado para esse fim, tendo sido disponibilizadas as atas a partir de nossa

interlocutora qualificada²¹. Em geral, nas fontes documentais (matérias jornalísticas e vídeos) quando há função de “porta-voz” da comunidade, é recorrente que o Sr. *Antonio* ou *Macotas* apareçam como figura central. Como exemplo, *Maria de Vasconcelos* foi entrevistada nos estúdios da TV Nativa (emissora local afiliada da Rede Record de Televisão), no dia 1º de novembro de 2018, após liminar que suspendia o despejo na Vila Esperança, encerrando sua fala com a convocação: “vamos continuar firmes e fortes que nós, unidos, vamos vencer essa luta!” (TV NATIVA, 2018a).

Enquanto extensa fonte de exame, as matérias jornalísticas tiveram três pontos de relevância na trajetória dessa dissertação: primeiro, como meio para travar conhecimento a respeito da comunidade nos momentos em que não foi possível o contato presencial – discorreremos em seguida, brevemente, o caminhar da pesquisa durante a pandemia causada pelo coronavírus; segundo, para a coleta de termos com os quais a comunidade é socialmente identificada, problematizando-os; em terceiro, para acessar os atores dentro do movimento social da AMAVE. Em complemento, os relatórios enviados pela COECV, além de traçarem historicamente a comunidade desde 2015 e 2016, também trazem um levantamento dos moradores residentes à época, refletindo composições sociais que auxiliam no processo de comparação com os dias atuais.

Aliás, as Atas das Assembleias da AMAVE, indicam sobre os atores uma organização “hierárquica” (no entanto, compreendida no dia a dia de formas muito dinâmicas²²) constando presidente, vice-presidente, duas secretárias, dois diretores financeiros, dois diretores fiscais e cinco fiscais. Além disso, a primeira ata funciona de modo muito similar a uma carta de princípios, evocando a Constituição da República Federativa do Brasil e com uma disposição determinada para a Associação: “brigará pacificamente dentro da legalidade pelos direitos de propriedade de cada um”. Posteriormente, em capítulo próprio, delinearemos o papel da Primeira Ata e da composição das reuniões no barracão, bem como, através da análise das Atas

²¹ *Maria de Vasconcelos*, nossa primeira interlocutora, é uma das principais figuras de articulação na comunidade. Através dela, conseguimos as Atas da Associação e fotografias da comunidade anteriores à pesquisa.

²² Apesar de *Tonhão* ser o presidente da AMAVE, muitas vezes *Macotas* assume posições bem mais proeminentes na resolução dos problemas dos moradores, tanto nas relações internas à comunidade quanto nas relações com as instituições.

seguintes disponibilizadas, serão observadas as divisões de tarefas na gestão da AMAVE, a anotação dos problemas apontados nas reuniões, além de observar a descrição dos aliados e opositores ao movimento.

Listados como fonte documental, os vídeos têm gêneros textuais distintos: dois deles são entrevistas, enquanto outros dois são reportagens. Três dos vídeos foram pesquisados no canal do *Youtube* da TV Nativa e apenas um faz parte de uma matéria do programa *Bom dia Mirante* publicada no portal *globo.com*. A primeira entrevista é realizada com o Juiz José Ribamar Serra, que determinou a reintegração de posse na área da Vila Esperança – decisão desfavorável aos moradores da comunidade. A segunda entrevista é com *Maria de Vasconcelos* que, em estúdio, como porta-voz, relata a situação da Vila ao receber uma suspensão do despejo em 2018 (1º de novembro), advinda do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Quanto às reportagens, ao tratarem da Vila, alocam-se em posições diversas: uma delas, realizada pelo programa *Bom dia Mirante*, é uma espécie de reconhecimento do local, sem interlocutores. A segunda é durante uma das reuniões no barracão da AMAVE, em 2018, logo após a decisão desfavorável do Juiz Serra, determinando o despejo da comunidade. Nessa última, o presidente da Associação, *Antonio Mendes Maciel*, é entrevistado e, com grande revolta, conclama a modificação da decisão.

Apesar de não termos tido contato presencial com o Sr. *Antonio* (posteriormente reconhecido nas falas dos moradores da Vila como “Tonhão”), buscamos compreender seu papel na AMAVE através das entrevistas concedidas aos veículos de comunicação (tanto em vídeo, quanto escritas), dos pronunciamentos anotados nas Atas das Assembleias da Associação e da sua constante presença nas falas dos moradores da Vila com os quais mantivemos interações.

Macotas: *São muitas famílias. Foram mais de dez dias nessa aflição, pessoas sem dormir. [...] hoje é em torno de 2.000 famílias [...] muito idoso, criança, pessoas com deficiência [...] é uma coisa muito difícil por que fica todo mundo apreensivo, por causa da quantidade de idoso que a gente tem lá, muito idoso mesmo, eles têm problema de pressão alta, essas coisas. Mas a gente vai continuar correndo atrás [...] Olha, é muito triste, são pessoas baixa renda mesmo [...] O pessoal só quer moradia. A gente foi tratado o processo todo como pessoas oportunistas e na realidade nós conseguimos*

levar pessoas, autoridades, para ver a realidade das famílias” Entrevista Macotas (TV NATIVA, 2018a).

Tonhão: *“Existe o direito de Moradia! Tem na constituinte, existe o direito de moradia! Então, as autoridades têm que o que ver o que pode fazer e o que não pode fazer. Por que tirar esse povo daqui só por que eles [construtoras] tem um documento de compra e venda, eu acharia que não está muito certo. O direito que elas têm aqui é o mesmo direito que nós tem. Nós tem quase quatro anos aqui dentro e elas tem uma transferência de compra e venda, não tem o documento dessa terra até hoje.” Sr. Antonio (TV NATIVA, 2018b).*

Macotas: *“A única coisa que nós temos que fazer nesse momento é resistir. Continuar na área, por que não temos pra onde ir.” Macotas (TV NATIVA, 2018b).*

A respeito das falas de *Macotas* e de *Antonio* em entrevistas, ambos, como líderes, empenham-se em assinalar e enfatizar a gravidade das injustiças sofridas pela comunidade. Tanto na fala de *Tonhão* em reportagem quanto na demarcação da Primeira Ata da AMAVE, é comum que os líderes associem a gravidade da injustiça (ausência de moradia) com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (quando conclamam o direito à moradia). Esse procedimento, de acordo com Sidney Tarrow (2009, p. 144), em interpretação da obra de David Snow e Robert Benford (Master Frames and Cycles of Protest, 1992), é a “conexão de quadro interpretativo”, a partir do qual “os movimentos conectam quadros culturais existentes a uma questão ou problema particular”. Em um segundo e terceiro procedimento, a “amplificação do quadro interpretativo” e “extensão do quadro interpretativo”, no caso das falas dos líderes da Vila Esperança, o que se pretende é ressaltar que, em conflito com o direito à propriedade (também determinado constitucionalmente), o direito à moradia de famílias que não têm residência deve prevalecer. Assim, principalmente na fala de *Tonhão*, é possível ver que “esclarecem e revigoram um quadro interpretativo, que se relaciona a uma questão específica, e expandem os limites do quadro primário de um movimento para incluir interesses ou ponto de vistas mais amplos” (TARROW, 2009, p. 144). Ou seja, é dizer que na Vila Esperança o povo precisa de moradia, direito determinado na lei maior do país e que, apesar da existência formalista do direito à propriedade (que no procedimento de alinhamento do quadro interpretativo é

rebaixado à categoria de menor relevância que o direito à moradia), as reivindicações do movimento têm mais justiça e importância.

No entanto, não há movimento sem conflito. Assinala Tarrow (2009, p.144) que o “processo de alinhamento do quadro interpretativo não é sempre fácil, claro ou indiscutível. [...] os líderes dos movimentos competem com outros movimentos, com os agentes da mídia e com o Estado pela supremacia cultural”. É possível observar, como um primeiro exemplo, a oposição ao movimento nas falas da entrevista do Juiz José Serra²⁴, representante, portanto, do poder judiciário e portador de uma visão legalista, a partir das quais a relevância e preponderância ao direito de propriedade é soerguida. O juiz também cita a Constituição, porém, inverte a relevância na disputa entre moradia e propriedade, alocando-se em oposição aos quadros interpretativos construídos pela AMAVE. Além disso, em capítulo próprio, buscamos demonstrar o papel da mídia nessa concorrência de interpretações.

Ainda sobre o caminhar da pesquisa e mantendo as indagações inaugurais em vista, conforme alerta Tarrow (2009, p. 99), apontar como principal motivação para a mobilização social a ausência de recursos materiais (exemplificando nesta pesquisa: a ausência de moradia) é uma análise simplista. Aliás, o autor descreve enfaticamente que “até mesmo um exame superficial da história moderna mostra que o surgimento de confrontos não pode ser derivado da privação sofrida pelas pessoas ou da desorganização de suas sociedades”. Essas condições de privação, afinal, existem antes e podem permanecer após os movimentos.

Portanto, seguindo Serge Paugam (2015, p. 21-23), buscamos desde a primeira aproximação o “afastar-se das prenoções”, intentando uma sociologia reflexiva, com a finalidade de “evitar as ciladas da sociologia espontânea”, passando do que é o “senso comum ao sentido sociológico”. Dessa maneira, *Macotas*, como nossa principal interlocutora, imediatamente, nessa comunicação primeira em

²⁴ “O que há (e isso é uma regra) é as pessoas invadirem para comercializar os lotes. Você pode ver: em todas essas invasões que eu lhe citei, a maioria dos que iniciaram em 2015 não estão mais lá, por que começa a negociação, um vende pra outro, que vende pra outro. Então, há um interesse muito grande da comercialização dos lotes. [...] Então, eles invadem só no sentido de especular. [...] qualquer pessoa que tenha um bom senso: não invada a área de quem quer que seja. Por que todas essas áreas têm dono, tem proprietário, e nós temos uma lei no Brasil que é a lei maior que chama de Constituição e lá existe o direito de propriedade, então, as pessoas devem respeitar a propriedade particular e a propriedade alheia. Por que na hora que há uma invasão o proprietário vem a justiça reclamar e aí surge, exatamente, o processo de reintegração e essa reintegração uma hora se consolida, pode demorar, mas uma hora se consolida.” (TV NATIVA, 2018c).

fevereiro de 2020, não traria todas (nem muitas) respostas às indagações – que, em si mesmas, eram iniciais e passaram por desconstruções e reconstruções ao longo da pesquisa.

Com efeito, o que se pretende aqui é problematizar o campo, pois a mera ocupação de áreas desocupadas por grupos de pessoas não leva imediatamente à formação de movimentos sociais, muito menos leva a uma “geração espontânea” de bairros. É necessário “tornar enigmático o que parece normal” (LEMIEUX, 2015, p. 35), desnaturalizar o senso comum da “linha reta” dos acontecimentos, demonstrando que não é simples questão de “causa e consequência” a construção das cidades através da ocupação de locais vazios. É preciso compreender a luta por moradia. Em rápida análise, se a realidade fosse tão trivial, todas as ocupações resultariam em bairros, o que não ocorreu, por exemplo, com as 92 famílias (368 pessoas) que foram despejadas no estado do Maranhão durante a pandemia (no Brasil, até agosto de 2021, foram 19.875 famílias), de acordo com relatório da Campanha Despejo Zero, iniciativa do Centro de Direitos Econômicos e Sociais – CDES, em parceria com diversas entidades defensoras de Direitos Humanos. Portanto, o papel dos movimentos sociais (enquanto atores que disputam os quadros interpretativos) na construção das cidades deve ser objeto de investigação, promovendo “um gesto crítico em relação a uma realidade dada” (LEMIEUX, 2015, p. 40).

Logo, compreendendo a problemática a ser desenvolvida, procuramos expor a pesquisa ao “teste empiricidade necessária” (LEMIEUX, 2015, p. 40), encetando a visita já supracitada em fevereiro de 2020. Desse primeiro encontro restou, felizmente, reconhecimentos mútuos, ainda que rasos, e a promessa de breve reencontro. Porém, a atípica circunstância de pandemia²⁵ provocada pelo novo coronavírus, surgido em 2019, gerou no início de 2020²⁶ a necessidade de isolamento social que se estendeu por meses, sofrendo mitigações em fins do segundo

²⁵ “[...] **uma pandemia não se caracteriza pela gravidade da doença que ela causa. ‘O principal fator é o geográfico, quando todas as pessoas no mundo correm risco’**, diz Ritchmann. Pandemias são mais prováveis com novos vírus. Como não temos defesas naturais contra eles ou medicamentos e vacinas para nos proteger, eles conseguem infectar muitas pessoas e se espalhar facilmente e de forma sustentada.”. BBC NEWS BRASIL, 2020b, grifo nosso.

²⁶ “Com base na determinação do governador Flávio Dino, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc), informou que as aulas nas escolas da rede pública estadual estão suspensas por um período de 15 dias. Além disso, o decreto se estende a todos os estabelecimentos de Educação no Maranhão, instituições públicas e privadas.”. O IMPARCIAL, 2020

semestre²⁷ de 2020, apesar da permanência de recomendação de distanciamento social pela OMS e a reiteração de “segunda onda” do coronavírus na Europa²⁸, com aumento nos casos de contágio e óbitos. Assim, o desenvolvimento desta pesquisa seguindo o comprometimento interacional, no qual o contato face a face é basilar, permaneceu afetado durante todo o ano de 2020.

No entanto, a pesquisa não estagnou doravante essa calamidade sanitária. Em vez de dar continuidade à interação presencial, acompanhamos o entendimento de Luis R. Cardoso de Oliveira (2010, pp. 27-28), a partir do qual se dispõe que há três compromissos ou responsabilidades éticas imprescindíveis durante a pesquisa em ciências sociais: o compromisso com a produção de conhecimento que siga os parâmetros de validade do campo acadêmico; o compromisso com os interlocutores da pesquisa e com a comunidade em que o pesquisador observa e participa e, por fim, o compromisso com a sociedade. O patamar fundamental é sempre refletir que a pesquisa é feita *com seres humanos*, nunca *em seres humanos*.

De acordo com esses critérios, reforçamos a impossibilidade de que a pesquisa presencial fosse realizada durante a emergência de saúde e imposição de isolamento social causada pelo coronavírus – que, *en passant*, permanece trazendo prejuízos humanos e sociais ainda em fins de 2021, mas, também de acordo com os critérios listados, retornamos à pesquisa em documentos e fontes virtuais, além do contato com os interlocutores por via de aplicativos de mensagens (*WhatsApp*), mantendo também o compromisso acadêmico com o projeto proposto.

Contudo, assim que houve o arrefecimento do isolamento social, por volta do sétimo mês de 2021, com a queda de 40% nos óbitos causados pelo vírus (CASA CIVIL, 2021), retomamos às idas ao campo, no dia 15 de julho de 2021, em companhia

²⁷ “De acordo com o gráfico, o Maranhão chegou a ter, em média, isolamento social de mais de 50% durante o período de 'lockdown' na Grande São Luís, atingindo o pico de 53,6% no dia 17 de maio. Desde então, **o índice oscilou e depois começou a cair após a reabertura de parte do comércio não essencial no dia 1º de junho. Em agosto e setembro, o índice caiu mais ainda, mantendo sempre a média abaixo dos 40% durante a semana.** Nesse período ocorreram novas medidas de relaxamento do isolamento social, como a liberação de aulas presenciais nas escolas privadas, liberação de pequenos eventos e shows ao vivo com até dois integrantes por banda.”. G1MA, 2020, grifo nosso.

²⁸ “Depois de ver o número de casos e mortos do novo coronavírus cair nos últimos meses, países europeus afrouxaram parte das duras regras de distanciamento social adotadas no início da pandemia. Reabriram restaurantes, bares, escolas e parques. Mas **uma segunda onda de contágio atingiu a região — em alguns países de maneira até mais grave que a primeira** — e isso causou um novo endurecimento das regras e até mesmo novos anúncios de lockdown, o tipo mais severo de bloqueio.”. BBC NEWS BRASIL, 2020a, grifo nosso.

de *Macotas*, tomando as devidas precauções recorrentes nessas novas sociabilidades pandêmicas (PEREIRA, 2020), como uso de máscaras, distanciamento social, ausência de aglomerações, etc. Não é possível mensurar a pesquisa aqui delineada sem ter em vista tais aspectos contextuais que rascunhamos explicar. A pesquisa faz parte dessa realidade e é a partir dessas particularidades que podemos tentar ver, “diferente de olhar pura e simplesmente, implica em uma organização do que foi olhado” (SILVA, 2009). E é apenas a partir desse olhar que podemos enigmatizar aquilo que parece “normal ou “natural”, como sempiterno ofício do pesquisador (PAUGAM, 2015), sendo comprometimento e prática contínua na pesquisa.

Desse comprometimento também exsurtem reflexões a respeito das diferenças das realidades pandêmicas. O contato presencial foi retomado, como já dito, em julho de 2021, pois em fevereiro de 2020 já havia sido possível constatar que a comunidade dispunha precariamente dos dispositivos de saneamento básico, incluindo deficiente acesso a água. Inicialmente, os moradores buscavam no Residencial Verona, condomínio de lotes residenciais vizinho à Vila Esperança, baldes de água para usos em geral. Posteriormente, de modo precário, com o maior crescimento da Vila a partir de 2016, ligações artesanais – através de canos enterrados desde a Vila Jackson Lago ou do Verona, foram construídas para levar água encanada à muitas casas. Em 2020, todas as residências ainda tinham frágeis ligações de energia elétrica – “gatos” de luz³⁰, pois, segundo relatos dos moradores, havia decisão judicial que impedia o fornecimento pelo Grupo Equatorial Energia Maranhão à comunidade. Tais condições não apenas reforçavam o Decreto Estadual de isolamento social – imposto a partir de 17 de março de 2020³¹, mas também impunham outros desafios à pesquisa de campo, tais como a dificuldade em promover uma entrevista através de recursos tecnológicos como a videoconferência e mesmo de um desenvolvimento de netnografia a partir de distribuição de formulários de pesquisa.

³⁰ Tal termo (“gatos” de luz) é uma categoria nativa. Os moradores da Vila Esperança quando tratam das ligações artesanais, construídas por *Vilanova*, utilizam as palavras e expressões “gato”, “gato de luz” e “gato de energia”.

³¹ FLÁVIO Dino determina suspensão de aulas nas instituições públicas e privadas. O Imparcial, São Luís, 16 mar. 2020. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/cidades/2020/03/flavio-dino-suspende-aulas-da-rede-publica-estadual/>>. Acesso em: 18 out. 2020.

Sobre as ligações artesanais, aqui há uma figura central de amálgama no bairro: o Vilanova. Esse morador é o principal responsável pela presença de água e energia nas residências da comunidade, ao menos até maio de 2021, momento em que o posteamento e fornecimento de energia por intermédio da Concessionária Equatorial iniciou, após solicitação da Prefeitura de Imperatriz. Ainda hoje, nas conversas com moradores, ele é apontado como alguém com quem se pode contar para resolver as insuficiências de água que persistem, como na fala de *Pajeú*, em conversa no dia 8 de novembro de 2021:

Pajeú: *[Sobre o] Vilanova: eu vi “cabra” querendo correr atrás do Vilanova, que queria porque queria um lote, queria mais um outro “apegado”. Era! E Vilanova “Não rapaz, não pode”. [...] Eu te garanto, assim, o “cabra” que disser assim “Eu fiz isso, fiz isso e fiz isso” e eu não vi ele fazer, eu digo assim: “Rapaz, quem eu vi fazer foi o Vilanova”. Por que Vilanova foi quem inventou botando gambiarra de energia, de água aí nessas birimboca, foi Vilanova o primeiro.*

“Apegado” é categoria nativa, significa lote vizinho ao lote determinado para o morador. Também é categoria nativa “birimboca”, quer dizer caminhos sinuosos, veredas. Em 15 de dezembro de 2021, fomos, junto com *Macotas*, procurá-lo em sua casa para uma conversa. Infelizmente, encontramos ele já de saída (ele também parecia lamentar), correndo para organizar uma viagem de ônibus noturno ao Pará. Apesar da atividade de Vilanova ser essencial para a existência e continuidade das pessoas na Vila Esperança (tendo em vista que, sem água encanada e sem energia, o cotidiano da vida urbana é obstaculizado), trata-se de atividade observada pelo Estado como ilegal, apesar de ser legítima diante da disputa pelo direito à moradia.

Nos encontros após 15 de junho de 2021, a inconsistência do fornecimento de água e a debilidade do saneamento básico ficou ainda mais perceptível. Andando pelas ruas (avenida principal ou vicinais), víamos alguns trajetos com os canos desenterrados, com furos, alagando parte das ruas. Nas casas, era comum a reclamação a respeito da ausência de fornecimento³². Além disso, há uma grande vala

³² “[...]a casa da Dona Maria era de alvenaria, bem estruturada e com uma varanda de telhado e madeira. No quintal visível, cercado por paus de árvores criação de galinhas, plantio de cheiro verde e couve. Ela reclama que a falta de água “judia” as plantas, que é muito difícil cultivar assim. Quando chegamos, de fato, havia outra

pela qual o esgotamento do residencial Verona desce para a Vila Esperança. A ligação elétrica artesanal também era o único meio para o fornecimento de energia, o que foi essencial para a manutenção das pessoas no local, incluindo-se a possibilidade de existência e manutenção de comércios na Vila, tendo em vista a necessidade do uso de eletrodomésticos.



Figura 2 – Vala de Esgoto (Verona-V. Esperança); Panificadora Bom Sabor

Fonte: A autora, 2021

As condições mencionadas acima também impuseram outros compromissos. Em conversa telefônica com *Macotas* para saber da situação da Vila durante os primeiros meses de imposição de isolamento social, foi-nos relatado um ambiente de insuficiência aumentada: faltavam máscaras e alimentos. Nossa interlocutora estava em busca de auxílio em várias fontes, principalmente junto ao vereador para quem trabalha desde fevereiro de 2020 (Carlos Hermes, PCdoB) e perguntou se também não haveria como articularmos cestas básicas para a comunidade. Nesse sentido, também em memória ao professor Oliveira (2009, p.37, nota de rodapé 1), compreende-se não ser possível afastar-se dessa proximidade, ou

mulher que logo saiu levando um carro de mão com muitas garrafas pet cheias de água, extremamente enfurecida. Havia por volta de 20 filhotes de cachorro da raça pinscher, acredito que a dona da casa era criadora e comerciante desses cachorros. O tom da conversa não foi nada amistoso, ao contrário, queixas e raiva pela situação da água foram demarcadas fortemente. Essa parte da comunidade é mais alta no relevo e fica ao centro da Av. Esperança; apesar dos moradores terem instalado canos (de modo precário e amador) para trazer a água desde o fim da comunidade até ali, não há força suficiente na vazão, por isso há muita falta. *Macotas* pediu calma e repetiu que estava em contato com a CAEMA para tentar resolver.” Caderno de Campo, 15 de julho de 2021.

seja, “em nenhuma pesquisa de campo bem-sucedida [...] estabelece relações apenas de pesquisa com seus interlocutores. É difícil evitar relações pessoais ou mesmo de amizade que às vezes envolvem uma multiplicidade de papéis”.

Para além, o compromisso ético entre o pesquisador com os sujeitos da pesquisa e a comunidade é necessariamente uma relação de interlocução (SILVA, 2009). Por isso, se houve naquele momento uma “chamada” à responsabilização em um momento de instabilidades, acreditamos que a nossa intervenção tenha sido necessária³³. Inclusive, o primeiro contato com *Joana Evangelista*, representante da Igreja Assembleia de Deus - Ministério Deus é Conosco, aconteceu em decorrência desse contexto. Em 11 de junho de 2020, por orientação de *Macotas*, seguimos até a Vila para entregar as cestas solicitadas. O momento era ainda de muito receio, pois em junho o Brasil ultrapassara o recorde de 60 mil mortes por COVID-19 (EXAME, 2020), além do contínuo aumento de casos, portanto, além de todos os cuidados prescritos pelas autoridades sanitárias, nossa aproximação presencial com *Joana Evangelista* foi passageira.

No entanto, começamos naquela oportunidade uma conexão com uma de nossas principais interlocutoras. *Joana Evangelista* é conhecida na Vila por seu trabalho como evangelizadora, o que a coloca no centro de múltiplos papéis. O seu esposo, Pastor José é o líder do Ministério, contudo, *Joana Evangelista*, por conta da sua aproximação principalmente com as crianças da comunidade, consegue espriar sua influência a muitas famílias. Por isso – e por mútua simpatia que fomos costurando -, nos meses de novembro e dezembro de 2021, ela se tornou uma interlocutora tão recorrente quanto *Macotas*. Também por meio de *Joana*, em 5 de dezembro de 2021, encontramos com o morador *Mota de Tal*³⁴, residente desde o início da ocupação em 2015.

³³ “O respeito às máscaras e a distância utilizada durante os trajetos nas ruas são os elementos que marcam uma nova forma “civilizatória” de ocupar o espaço público. A distância e o medo marcam uma parte dessa narrativa sobre a pandemia, no entanto ocorrem também os processos de formações sociais em prol da solidariedade e outras formas de organização.” (PEREIRA, 2020, P.80).

³⁴ *Mota de Tal*, estava presente na primeira derrubada em 2015 e permaneceu envolvido nos acontecimentos políticos da Vila, ora ao lado de *Antonio Mendes Maciel* (Presidente da AMAVE, o *Tonhão*), ora em sua oposição. Atualmente, *Mota* não mantém mais ligação com a AMAVE ou *Tonhão* e se aproximou à Juracy Andrade, presidente da Associação do Bairro do Bom Jesus, candidato a vereador em 2021. Além disso, *Mota* faz parte também da Igreja Assembleia de Deus e apoia o pré-candidato à governador Lahesio Rodrigues (PSL) e a pré-candidata à deputada federal Mariana Carvalho (PSC, ex-candidata a prefeita de Imperatriz, atual Coordenadora Nacional do Programa Alimenta Brasil), ambos apoiadores do presidente Bolsonaro.

Mota, pedindo anonimato, logo se mostrou alguém direto naquilo que tinha organizado para falar. Alguns pontos coincidiam com pistas trazidas ao longo do período de pesquisa documental (entre fevereiro de 2020 e junho de 2021), por exemplo, em sua fala, aponta que a terra ali havia sido prometida pelo ex-prefeito de Imperatriz a uma lista de cadastrados articulada por sua assessora à época (*Velha Benta*³⁵). Na fala de *Mota*: “Ele se candidatou a deputado federal e disse ‘ganhando ou perdendo’ ia dar a terra pra gente. Aí cabou que perdendo a gente entrou assim mesmo que ele mandou a gente entrar. E logo mais, um ano e meio, se não me falha a memória, veio a ordem de despejo. Certo? Aí no qual ele disse que não era mais dono da terra, que a terra tinha sido passado pra Capital e a Firenze... Essas duas empresas, uma é a Capital que é a Vila Jackson Lago e a Firenze que é a Vila Esperança, aonde ocorreu esse processo todo. [...] tinha mais pra 3 mil pessoas.” Tal informação se assemelha ao que constatamos logo no primeiro capítulo desta dissertação: inúmeras áreas do grande Bom Jesus foram cedidas para uso na gestão do apelidado “Ildão”.

Sob um manto de sigilo, *Mota* falou o que pretendia. Porém, o quadro desse caminhar entre e com interlocutores é formado por várias outras linhas, com diversas outras possibilidades de diálogo. Entre 12 de fevereiro de 2020 e 17 de dezembro de 2021 (retirando-se o período de maior isolamento social em que apenas uma vez comparecemos à comunidade – 11 de junho de 2020 a 15 de julho de 2021), estivemos em conversa direta com 21 moradores da Vila Esperança, durante 16 encontros, gerando a coleta de 124 fotografias e 342 minutos de gravações.

Quadro 2 – Interlocutores

Período	12.02.2020 – Intervalo – 15.06.2021 à 17.12.2021
Interlocutores (Moradores)	21

³⁵ *Velha Benta* (nome fictício) é, de acordo com muitos moradores, a principal articuladora da AMAVE. Apesar de nunca ter constado nas listas das Atas das Assembleias, os relatos a apontam como aquela que conduzia os conhecimentos para a organização do movimento por moradia. *Mota*, em sua conversa, aponta com algum rancor e mágoa, *Tonhão* como um “analfabeto”, indicando *Velha Benta* como a “cabeça” de tudo. Tentamos várias vias para contatá-la, sem sucesso. Porém, no dia 15 de dezembro de 2021, último dia de expediente na Câmara Municipal de Imperatriz, estávamos em campo com *Macotas* e ela aparece: extremamente simpática, revelando grande habilidade ao lidar com situações-surpresa, prometeu que conversaríamos logo, à tarde, sobre a Vila e nos passou seu telefone. Até hoje, aguardamos esse encontro.

Encontros	16
Gravações	14 (342 min)

A respeito da aproximação com os moradores da Vila Esperança, os 21 interlocutores alcançados nos 16 encontros foram de grande importância para compreender o contexto do cotidiano do bairro. A partir desses, conseguimos captar o dia a dia na comunidade, as dificuldades e os problemas enfrentados no Vila, mas também a necessidade de moradia daqueles que ali estão residindo. A pesquisa documental dava pistas a respeito dessa realidade, mas apenas o contato face a face, mesmo com os obstáculos pandêmicos, pôde trazer as questões particulares da realidade.

Porém, como o intuito nessa dissertação é a pesquisa sobre o movimento social por moradia (AMAVE), selecionamos, para relevar o foco primordial, cinco dos atores envolvidos com a operacionalização da Associação, por grau de convívio: *Maria de Vasconcelos*, *Joana Evangelista*, *Mota de Tal*, *Velha Benta* e *Antonio Mendes Maciel*. As fontes documentais já traziam esses nomes e, a partir dessa análise, o contato presencial foi projetado. Nossas duas principais interlocutoras (*Macotas* e *Joana Evangelista*), indicaram as redes, os conflitos e as disputas que existem dentro e fora do movimento, além de permitirem que o contato e o diálogo com a comunidade não fossem completamente esvaziados e despersonalizados durante os períodos de maior restrição na pandemia. *Maria de Vasconcelos*, além de permitir o acesso aos documentos da Associação, esteve presente conosco em 11 dos 16 encontros, facilitando a aproximação com os moradores da Vila Esperança. Além disso, é *Macotas* que tem maior proximidade com a Defensora Pública Camila Bonfim, aliada que advoga em defesa da comunidade no processo de reintegração de posse – questão que influencia na formação dos quadros interpretativos produzidos pela AMAVE. Quanto a *Joana Evangelista* – segunda interlocutora mais recorrente, presente em 5 dos nossos 16 encontros, por seu intermédio foi-nos permitido ter acesso às disputas internas que ocorrem no movimento, principalmente ao nos apresentar à *Mota de Tal*, que manifesta narrativa diversa e em oposição aos líderes da AMAVE, apesar de também participar e legitimar a luta por moradia na Vila. Para além, a partir desses atores e de suas trajetórias, em momento posterior,

delinearemos um paralelo com a formação e alinhamento dos quadros interpretativos produzidos pela Associação dos Moradores do Assentamento Vila Esperança.

CAPÍTULO I – ANDAR: PERCORRER A VILA ESPERANÇA

Quando se faz uma busca geral de informações em veículos de comunicação e outras mídias sobre o bairro da Vila Esperança, localizado na cidade de Imperatriz-MA é comum notar temas ligados à posse da terra e à conquista de serviços públicos de um lado e notícias e relatos de violência urbana de outro. Buscando escapar dessas primeiras visões espetaculares, para compreender tais fatos em um contexto social, expressado tanto em termos de aspectos físicos no espaço quanto na (re)produção de estigmas e representações, buscamos compreender o bairro enquanto fenômeno social cultural invisibilizado e como campo de poderes evidenciado na imprensa.

Para tanto, partimos das contribuições de Pereira (2011) a respeito da categoria nativa “invasão”, o estudo de Medeiros e Pereira (2016) sobre atores sociopolíticos e processos de socialização, além de buscarmos demonstrar um tipo de campo (BOURDIEU, 2011) em torno dos atores e dos termos classificatórios. Por outro lado, objetivamos complementar essa abordagem por um viés que compreenda o referido bairro, não como uma unidade autocontida em relação ao Centro ou aos bairros ricos que o circundam, mas como complexidade sociocultural, de tensões e especificidades.

Nesse sentido, a pesquisa de campo foi orientada para demonstrar a Vila Esperança enquanto lugar cotidiano, observando sua organização e sua localização na cidade, relação com a vizinhança e enquanto representação social que emerge de um campo de disputa que necessita ser explorado. Portanto, durante as visitas de campo foram desenvolvidos diálogos com moradores e observações diretas. Após o início da pandemia tal trabalho foi continuado por meio de suportes tecnológicos como o *Google Maps* e *Google Street View*. O acervo fotográfico de 2014, 2020 e 2021, oriundo do Laboratório de Pesquisa sobre Cidades e Imagens (LAEPCI), os relatórios da Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV) e os recortes jornalísticos e declarações públicas de agentes situados no referido campo foram também essenciais à pesquisa. A partir dos dados e referenciais supracitados, nessa primeira parte do texto, será apresentada uma breve contextualização do bairro, e dos principais atores e narrativas produzidos em torno dele.

1.1 Vila Esperança: uma ocupação urbana

A comunidade está localizada à 8,7 km do centro da cidade, levando em consideração como ponto de partida a Praça de Fátima e o início da “Av. Esperança” – nomeação da rua principal da comunidade analisada³⁷. Tanto no mapa, e mais detalhadamente circulando pela região, é possível observar que se trata de uma área com menor concentração de habitações e edificações comerciais e maior existência de propriedades rurais no entorno: fazendas e chácaras ocupam grande parcela das áreas urbanas dos municípios vizinhos de João Lisboa e Davinópolis. De modo mais detalhado, podemos considerar uma área de transição ou limite de densidades que caracterizam a periferia urbana e os locais das propriedades rurais.

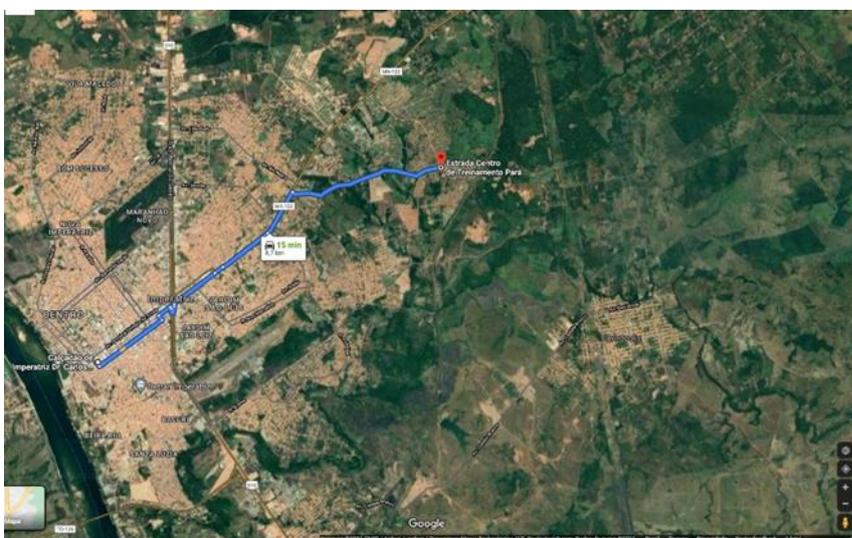


Figura 3 - Distância entre o Centro (Prefeitura de Imperatriz) e a comunidade Vila Esperança.

Fonte: *Google Maps*

Para se ter noção do processo de ocupação, seguindo a Av. Bayma Júnior (Estrada do Centro de Treinamento Pará Bom Jesus no *Google Maps*) por mais 4 km adiante é possível chegar ao Campus da Universidade Federal do Maranhão, construído em área de propriedade municipal durante o mandato do ex-prefeito Ildon

³⁷ Segundo as atas de reunião da Associação de Moradores do Assentamento Vila Esperança e também de conversa com *Maria de Vasconcelos* (realizada em 18 de agosto de 2021), tal avenida também já recebeu o nome de Avenida Brasil. Hoje é chamada de Avenida Nicolau Dino, em homenagem ao avô do atual governador do estado do Maranhão, Flávio Dino.

Marques, cedida para uso de bem público por 20 anos, por meio da Lei Ordinária Municipal Nº 1.211/2007³⁸. Acerca dessas informações, o que nos chama atenção é que localmente tal área é classificada como fazenda do prefeito, o que pode trazer à tona vários significados que posteriormente cimentam as relações de produção de enquadramentos interpretativos.



Figura 4 - Momentos da evolução histórica do lugar nos últimos 10 anos

Fonte: *Google Earth*, 2021 e Pereira 2017/2021

Olhando mais de perto, e, ao longo dos dez últimos anos, é possível verificar mudanças substanciais na paisagem do trecho adjacente ao acesso da Av. Vila Esperança. Na Imagem 2 trazemos uma montagem composta por uma captura

³⁸ http://www.camaraimperatriz.ma.gov.br/upload/leis/Lei_n%C2%BA_1211-07.pdf. Acesso em: 12 de abr. de 2021.

raríssima do *Google Earth* e de fotografias realizadas em campo, nos anos de 2017 e 2021.

Na primeira imagem (2011), observamos elementos de paisagem rural, sendo possível verificar uma estrada de piçarra (Av. Bayma Junior), vegetação nas margens da estrada e presença de gado no lado direito. Já em 2017, no segundo registro, notamos a presença do asfalto na mesma avenida, linhas de energias e habitações, deixando claro o encontro da Av. Bayma Junior (asfaltada) com a Av. Vila Esperança (de piçarra). O registro de 2021 foi realizado do lado mais baixo da área observada e é possível verificar de perto pequenas edificações comerciais no primeiro plano da imagem, e a parte mais alta (mencionada anteriormente) de acesso a Av. Vila Esperança, no segundo plano da imagem.

Considerando o estudo de Loizos (2002), nota-se que o conjunto de registros apresentados na imagem 2 podem ser compreendidos como testemunhos de mudanças na paisagem nos âmbitos da densidade populacional, modo de vida e urbanização de Imperatriz-MA. Nesse sentido, a compreensão do bairro Vila Esperança significa, antes de tudo, buscar assimilar o processo social de construção e classificação do lugar, pois, como demonstrado brevemente, nem sempre a paisagem foi a mesma observada atualmente, ou seja, seu entendimento passa também pela análise da ação humana no espaço e seus significados sociais, no âmbito das relações e classificações estabelecidas em relação à comunidade analisada.

Na busca de imagens que demonstrassem o processo de construção do lugar, há um verdadeiro vazio de informações. As imagens do *Google Street View* (recurso do qual extraímos o *frame* para composição apresentada anteriormente) remetem ao ano de 2011 na Av. Bayma Junior, não sendo possível, pois, elencar uma mudança histórica mais detalhada da paisagem nem adentrar a principal avenida do bairro. Contudo, observamos que entre 2017 e 2021 ocorreram mudanças significativas na Av. Esperança: primeiramente, com o ordenamento do logradouro que passou, respectivamente, de sinuosa e extremamente rústica, para ordenada por tratores e aprimorada com piçarra.



Figura 5 - Av. Esperança

Fonte: Pereira, 2017/2021

O surgimento de comércios é um fator a ser destacado, sendo possivelmente relacionado à distância do lugar até o centro comercial mais próximo, que em 2017 eram nos bairros da Vila Lobão, Vila Nova ou na cidade vizinha de João Lisboa, localizados a uma distância média de 5 km. Em registros de 6 de março de 2017, ao longo da avenida principal, alguns locais já sinalizavam a venda de refeições prontas, lanchonetes, por exemplo, a “Bom Sabor” e pequenas placas que anunciavam venda de produtos como cuscuz, bolo, café, leite e cerveja.

Há mudanças notadas também após o ano de 2019, por exemplo, a existência de comércios como o do “*Manuel Quadrado Mercearia*”, localizado no início da avenida e caracterizado pela pintura de um homem domando uma cobra na parede, enquanto uma mulher está montada no réptil. No outro extremo da avenida há oficinas automotivas e uma série de estabelecimentos como o “Açougue Boa Esperança”,

“Salão Sport”, “Construções JT”, entre outros que apontam a construção de uma dinâmica econômica e social no interior do próprio bairro. Esse trabalho de transformação da paisagem também foi observado, como se nota nessa casa de frente rosa com as cadeiras brancas na entrada, observada na Imagem 4.



Figura 6 - Cláudia Mercantil

Fonte: Pereira, 2017/2021

Por meio da relação entre observação online e etnográfica local (FRÚGOLI JR, CHIZZOLINI, 2017), verificamos, em 2021, que a edificação da imagem 4 estava marcada no *Google Maps* (Imagem 5) como o “Cláudia Mercantil: secos e molhados”. Essa plataforma nos possibilitou visualizar mudanças na edificação (Imagem 5) por meio de uma fotografia postada em 2018, na qual é possível ver a frente toda rebocada e pintada, uma caixa de isopor, as cadeiras brancas e o anúncio de comercialização de frango, linguiça, verduras e panelada, que é um prato típico, bastante popular³⁹. Essa marcação foi visualizada 2.159 vezes e sinaliza bem um contraste entre a conexão comunicativa promovida pela moradora e a ausência de serviços públicos no bairro. As duas cadeiras viradas para a rua, na frente do

³⁹ “Em Imperatriz, cidade no Sul do Maranhão, a panelada assume destaque ainda maior, pois, dentre os costumes estabelecidos pelos cidadãos, inscreve-se o costume de ir às bancas de panelada em diversos momentos para consumi-la, seja durante a madrugada, após as festas, ou mesmo antes e após o trabalho. Essa comida é uma preparação cozida que se constitui de tripas, bucho e nervos de gado bovino, servida geralmente acompanhada de arroz, limão, farinha e pimenta.” (AZEVEDO; SOUSA, 2021, p. 312).

mercantil, sinalizam um tipo de sociabilidade, tempo e laços que já não existem no moderno comércio de médias cidades, como Imperatriz-MA.

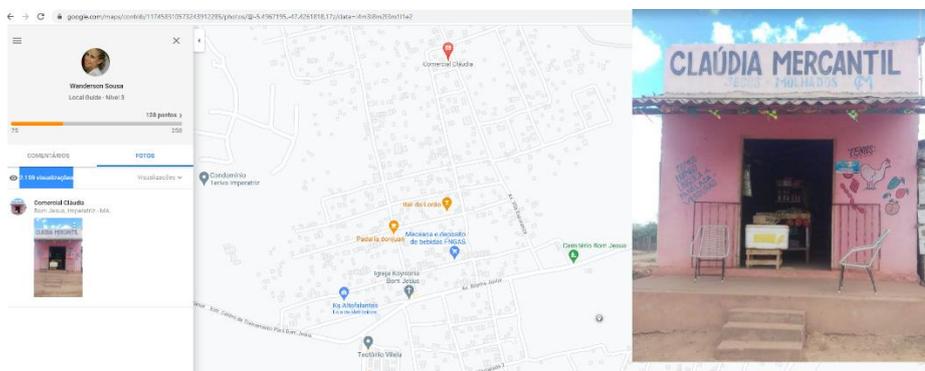


Figura 7 - A existência on-line do Cláudia Mercantil e da Vila Esperança

Fonte: *Google Earth*⁴⁰

A marcação da Cláudia Mercantil no *Google Maps* possibilitou-nos ainda visualizar outros estabelecimentos como o “Bar do Lorão”, a “Padaria Dom Juan”, a Mercearia e depósito de bebidas FNGAS”. Além desses locais, há outros espaços de sociabilidades construídos e observados nas visitas à Vila Esperança, como as Igrejas Assembleia de Deus “Fonte do Trono” e “Congregação Fonte de Luz”, Igreja Koynonia, além de espaço reservado para construção posterior de igreja católica.

Segundo o “Relatório de Triagem - Proc. 5477-06.2015.8.10.0040”, formulado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP, fornecido pela Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade – COECV:

A ocupação é consolidada, a comunidade está há um ano no local. Segundo os moradores, há aproximadamente, mil pessoas morando no local. As construções são de matérias, madeira, alvenaria e barro. Há comércios e a comunidade preparou a ocupação para futura urbanização, reservando locais para equipamentos sociais. Há consideráveis níveis de convívio, os moradores também usam a terra para produzir alimentos para subsistência (SEDIHPOP, 2016)

⁴⁰ https://www.google.com/maps/contrib/117458310573243912285/photos/@-5.4926613,-47.4263427,3a,75y,90t/data=!3m7!1e2!3m5!1sAF1QipNQIJ1Zrrg1LXcmAz99CTzVym7IzU2_aDWVqTZ7!2e10!6shttps:%2F%2Fh5.googleusercontent.com%2Fp%2FAF1QipNQIJ1Zrrg1LXcmAz99CTzVym7IzU2_aDWVqTZ7%3Dw365-h487-k-no!7i959!8i1280!4m3!8m2!3m1!1e2 acessado em 12 de maio de 2021.

No início de 2020, em um encontro com a secretária da Associação de Moradores da Vila Esperança, *Macotas*⁴¹, a nossa conversa ficou concentrada a respeito da formação da comunidade. A liderança relatou que o estudo realizado pela COECV em 2016 anotava 300 famílias que moravam no local, ou seja, em torno de 1.200 pessoas, mas que já no ano de 2020 o número de moradores ultrapassava 2 mil pessoas. Também foi informado que a área da “Vila Jackson Lago”, ocupação um pouco mais antiga, fica do lado esquerdo da Av. Vila Esperança, enquanto a “Vila Esperança” se localiza do lado direito. Os relatos de *Macotas* são bastante assemelhados aos dados constantes no “Relatório - Proc. 5477-06.2015.8.10.0040”, construído pela COECV em 2017:

Considerando a quantidade de famílias identificadas na ocupação (cerca de 1000 – mil – pessoas), somadas às da ação nº 7863-09.2015 (cerca de 2000 – duas mil) relativamente à esta área contígua, mostra-se imprescindível a adoção de medidas que resguardem os direitos fundamentais das pessoas que sofrerão com o cumprimento da ordem judicial de reintegração de posse. (COECV, 2017).

Sobre a vizinhança da Vila Jackson Lago e Vila Esperança, à esquerda, o Condomínio Teriva Imperatriz distribui de modo equidistante suas divisões em lotes, bem como ocorre já no Residencial Verona, também vizinho das “Vilas” na parte norte da Av. Vila Esperança, justamente quando essa finda e quando o asfalto começa.

É visível a diferença de manejo espacial nas comunidades e no residencial. Ao Norte, no Verona, observamos amplos terrenos vazios, com separação de largas quadras, todas pavimentadas. Abaixo, na Vila Jackson Lago e Vila Esperança, moradias que se organizam de acordo com os relevos naturais, em diferentes tamanhos.

Importante ressaltar, mais uma vez, que todas as estradas da Vila Esperança são de terra batida e o que marca a fronteira de início do Residencial Verona é justamente o asfalto, tendo em vista que muitos lotes do condomínio ainda não foram construídos, outros não foram comprados. Nos lotes em que já há casas, a maioria conta com pelo menos dois pavimentos, energia solar, muros altos, cercas elétricas, arames farpados eletrificados e câmeras. Aliás, além das câmeras das casas, há

⁴¹ *Maria de Vasconcelos* é liderança na comunidade e seu contato foi conseguido através dos dados solicitados à COECV. A conversa aconteceu na mercearia “Manuel Quadrado”, em frente ao Cemitério do Bom Jesus (entrada da Av. Vila Esperança) ponto de referência para a localização da comunidade.

câmeras nas ruas, com placas de aviso “você está sendo filmado”. Abaixo, em fotos recentes, de fevereiro de 2021, podemos observar essa descrição:



Figura 8 - Duplex Residencial Verona

Fonte: Pereira, 2017/2021

Em contraposição a essa realidade do Verona, de acordo com documento enviado pela SEDIHPOP (“Levantamento Ocupação Boa Esperança – ITZ”), é possível observar que do número de 187 casas mapeadas (em 2016), a maior parte das residências ainda era de taipa (45) e madeira (91), revelando a realidade de famílias que viviam com uma renda entre zero e, no máximo, R\$ 2.980,00. Um contraste que partia do “invisível” para o visível, de dentro para fora.

Porém, apesar das diferenças materiais e simbólicas que compunham aquelas paisagens, interessante foi observar que, no contato em fevereiro de 2020, *Macotas* interagiu de modo amistoso com uma das moradoras do Residencial Verona que morava mais proximamente da Vila Esperança. *Macotas* explicou que havia ali uma doação de água por moradores do Residencial aos moradores da Vila Esperança, tendo em vista que, de modo geral, não há distribuição de água na localidade, constatamos apenas dois escassos poços artesanais abertos clandestinamente. As interações, portanto, não são apenas de conflito e oposição, mas diversas e variadas, como em outras interações sociais.

1.2 Comunidade ou invasão? Estigmatização territorial na mídia imperatrizense

Compreendemos que um aspecto teórico-metodológico relacionado aos estudos dos estigmas (GOFFMAN, 2008) é a sua manifestação por meio das interações face a face estabelecidas entre os atores sociais. Na impossibilidade da realização de observações diretas durante o período pandêmico iniciado em março de 2020, e, conseqüentemente, de efetivação do acompanhamento cotidiano das principais lideranças do bairro, o caminho metodológico proposto foi tentar notar diferenças de caracterização dos lugares nas paisagens e a maneira como eram classificados por diferentes atores sociais em documentações compostas por reportagens jornalísticas, relatórios oficiais e discursos públicos de outras lideranças locais.

A respeito da estigmatização territorial (WACQUANT, 2017) em que a Vila Esperança está inscrita, observamos a relevância da pesquisa em matérias jornalísticas e informativas, a partir da catalogação de 20 (vinte) veículos de comunicação locais e estaduais, nos quais foram destacadas 47 (quarenta e sete) matérias que tratavam especificamente da ocupação urbana descrita majoritariamente nas manchetes como “invasão” (palavra repetida em 13 títulos) e “área invadida” (4 manchetes). Tais matérias foram colhidas em observação ao contexto local, partindo de editorial lançado pelo Jornal “O Progresso” traçando uma rede de relações e interações entre os veículos de comunicação que reproduziam representações similares e dissonantes ao referido texto opinativo. A categoria nativa “invasão”, há de se ressaltar, não é mero acaso ou apenas uma categorização midiática sem significação social, a sua construção diante da luta por moradia no Maranhão remonta a outros contextos, como teceremos a seguir.

Jesus Marmanillo Pereira (2011), em sua dissertação a respeito da luta por moradia na cidade de São Luís (capital do estado do Maranhão), a fim de apresentar a categoria nativa “invasão”, descreve que:

[...] percebeu-se que o termo “moradia” foi verbalizado em situações específicas [...] sinalizando um tipo de visão de mundo de determinados agentes vinculados ao exercício da área jurídica e que concebiam a moradia enquanto direito. **Contrariamente, o termo “invasão” é muito mais suscitado entre empresários ou pessoas que desejavam atribuir um sentido econômico para a terra[...].** (p. 15-16, grifo nosso)

Portanto, apontamos essa categoria nativa como relevante e reiteradamente utilizada pelos veículos de comunicação maranhenses (tendo em vista que o trabalho de Marmanillo remonta às décadas de 70 e 80, já sendo possível identificar o uso do termo de modo substancial), compreendemos que a denominação de “invasão” sobre determinado local “simboliza um processo de disputa de versões sobre os fatos conflituosos” (PEREIRA, 2011).

É preciso compreender que essas caracterizações são significativas, ou seja, são representações sociais do sistema de ideias vigente (em determinado local e tempo), ligadas à vida social, ao cotidiano. De acordo com Minayo (1995, p. 94) citando Weber, “cada sociedade para se manter necessita ter concepções de mundo abrangentes e unitárias e que, em geral são elaboradas pelos grupos dominantes”, como exemplo, atualmente a visão de mundo protestante preponderante é a de que adquirir riquezas é a finalidade do homem para alcançar a glória de Deus, concepção absolutamente contraditória com as visões a respeito da glória divina que eram construídas culturalmente pela Igreja em períodos históricos anteriores (Weber *apud* Minayo, 1995, p.93), o que demonstra que tais conceitos são construídos culturalmente, de acordo com cada época e lugar.

Compreendemos, assim, que a representação social, por se tratar de elemento construído culturalmente, não está circunscrita apenas à imprensa e não é confeccionada somente na mídia, porém, os meios de comunicação são influenciados pelo conjunto de ideias vigentes, além de contribuírem para a formação das representações sociais, em um ciclo mútuo e contínuo. Dessa forma, passamos a seguir à análise de trecho de matéria jornalística veiculada pelo site do jornal *O Estado* (2015) intitulada “Rildo Amaral⁴² denuncia ‘indústria da Invasão’ em Imperatriz” (18/11/2015):

O vereador Rildo Amaral (SDD) movimentou hoje a Câmara Municipal de Imperatriz durante pronunciamento sobre a “indústria da **invasão**”. Ele denunciou que a **invasão** de terreno tem se proliferado nos últimos meses em diversos **bairros**, contribuindo para o **aumento dos problemas sociais em Imperatriz**. “Tenho raiva de **invasão**; fato que condeno qualquer mau-caráter dessa cidade que queira atribuir minha imagem a **invasão**”. (grifo nosso)

⁴² Frisamos que Rildo Amaral (Solidariedade), vereador por dez anos em Imperatriz, hoje ocupa a vaga de deputado estadual.

Como caracteriza Pereira (2011), a utilização do termo “indústria da invasão” está vinculada a ideia da discriminação de “agentes que utilizavam o problema da moradia como questão eleitoreira” (p. 43). No trecho, podemos observar que um representante da Câmara de Vereadores de Imperatriz - eleito com a finalidade de expressar os anseios sociais e proteger os direitos e garantias da população, incluso nestes o direito à moradia - demonstra imenso repúdio ao que chama de “invasão de terreno”. Interessa notar que o vereador de oposição – Hamilton Miranda (PMDB), elogiou o posicionamento do colega de Câmara. Com tais afirmações, podemos observar que a representação social não se fixa, nem é construída apenas pela mídia e imprensa, mas que se caracteriza nas declarações públicas de uma série de atores sociais.

Diante das 47 (quarenta e sete) matérias colhidas para esta pesquisa, captura a atenção o editorial⁴³ intitulado “Bomba Social” que foi publicado na edição do *Jornal O Progresso* (19/08/2017). Nesse texto, o jornal aponta a Câmara de Vereadores de Imperatriz como marcada por uma “grande maioria se manifestando a favor dos invasores”. Ao mesmo tempo em que inseria a ideia de que existissem, naquele local, aproveitadores políticos que se beneficiavam daquela situação, o jornal sugeria aos Governos Municipal e Estadual que não fizessem a desapropriação e regularização da área, pois estimulariam as ações de invasão. No âmbito da luta de classificações, o editorial posiciona-se com a seguinte justificativa: “Referimo-nos à invasão, que os “espertalhões” preferem amenizar chamando de ocupação, de uma área do bairro Bom Jesus, que já foi batizada de Vila Jackson Lago⁴⁴ (BOMBA, 2017).

Problematizando essa fonte de informação, vale salientar que o *Jornal O Progresso* existe desde a década de 1970. Ele foi fundado pelo empresário gráfico José Matos Vieira, considerado proprietário do jornal, e Raimundo Jurivê Pereira Macedo que foi o primeiro editor do *Jornal o Progresso*. Da biografia desse último, vale ressaltar que foi chefe da construtora Norte, subsidiária da Rodobras, na abertura da Belém-Brasília e foi procurador-geral do município durante a gestão de Ildon Marques (1995-2000). Atualmente, verificamos que o expediente⁴⁵ do periódico é

⁴³ Texto que delimita e expressa a opinião de um periódico sobre determinado assunto.

⁴⁴ Vale salientar que a Vila Jackson Lago é vizinha a Vila Esperança.

⁴⁵ <https://oprogressonet.com/conteudo/4/expediente>. Acesso em: 3 de abr. de 2021.

composto por Sergio Godinho, que é vice-presidente da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz (ACII)⁴⁶ e por Coriolano Filho que, além de editor-chefe, colabora com o jornal *O Estado do Maranhão*, tal como Raimundo Jurivê Pereira Macedo, nos tempos passados.

Nessa primeira e rápida observação sobre os quadros profissionais do periódico, verificamos que politicamente há uma relação com a região do Bom Jesus, lugar onde se localiza a Vila Esperança e, também, os terrenos do ex-prefeito Ildon Marques, que foram cedidos para a Universidade Federal do Maranhão em 2007. Assim, percebemos que o posicionamento do periódico em relação aos vereadores que defendiam as ocupações no “Bom Jesus” não pode ser desvinculado de uma construção histórica e social do próprio jornal, cujo expediente foi composto de profissionais com experiência em construtoras e nas associações de empresários e administração municipal, sinalizando a existência de um campo (BOURDIEU, 2011) cujas posições caracterizam tanto interesses privados quanto públicos. Para endossar o viés econômico “do periódico” sobre as terras urbanas, verificamos no site da Receita Federal do Brasil que um dos proprietários do *Jornal O Progresso* – Sérgio Antonio Nahuz Godinho, também fez parte do quadro de sócios da empresa “Contacto Empreendimentos Imobiliários S/C LTDA” por 43 anos.⁴⁷

Provavelmente, essas informações não podem ser desvinculadas da repetição da palavra “invasão” por 44 vezes em um conjunto de 16 matérias (a respeito da Vila Esperança e Vila Jackson Lago) obtidas nos jornais: *O Progresso* (16 vezes, em 9 matérias); *Imirante* (18 vezes, em 6 matérias) e *O Estado* (10 vezes, em 1 matéria). O dado demonstra que nesses três meios de comunicação que circulam na cidade de Imperatriz, o termo “invasão” possui certa densidade. Portanto, as representações sociais de “invasor” e “morador”, de “invasão” e “bairro” veiculadas nos meios de comunicação se constroem a partir dos interesses envolvidos na realidade social. Notamos, inclusive, que o referido periódico sugeria a existência de “espertalhões” beneficiados com a situação, e vereadores que estimulavam as “invasões”. No ano

⁴⁶ <https://www.aciima.com.br/acii-e-50o-bis-ratificam-parceria-visando-desenvolvimento-de-imperatriz/>. Acesso em: 1 de mai. de 2021.

⁴⁷ <https://transparencia.cc/dados/cnpj/05701180000152-MA-contacto-empresendimentos-imobiliarios-s-c-ltda/>. Acesso em: 22 de abr. de 2021.

seguinte, a situação restou mais acirrada ao ponto de a criminalização contra as populações ocorrer de forma mais direta, como é possível verificar no trecho:

Os prejuízos na **Invasão do Bom Jesus**, continuam. Além da **invasão, que por si só já um crime**, está havendo, também, **furto de energia elétrica** e água (os famosos gatos). Nessa segunda-feira (6), por exemplo, essas **gambiarras provocaram falta de energia em boa parte do loteamento Verona**. (NASCIMENTO, 2018, grifo nosso).

Angra Nascimento é jornalista da cidade de Imperatriz e trabalha no blog *Angra Notícias* e no site *Imirante*. Verificamos que ela escreveu 6 matérias sobre a Vila Esperança que contabilizam um total de 24 repetições da palavra “invasão”. A jornalista também foi condenada a retirar de seu portal de notícias a falsa comunicação de que o Sr. Juracy Nascimento de Andrade (Presidente da Associação da Vila Jackson Lago) comercializava lotes na “invasão ilegal” da Vila Esperança.⁴⁸

Enquanto isso, verificamos no jornal *Correio MA* (01/11/2018) a notícia “Vila Esperança 'respira aliviada' após TJMA suspender reintegração⁴⁹”, demonstrando posição totalmente oposta em relação ao estigma desenvolvido pelos outros meios analisados até então. Da reportagem, do *Correio MA*, destacamos o seguinte trecho:

Cerca de **2.000 famílias** comemoram a notícia de que o Tribunal de Justiça do Maranhão suspendeu a reintegração de posse da Vila Esperança, bairro que começou a ser formado em abril de 2015 com a ocupação de uma área na região do bairro Bom Jesus. **Elas deveriam deixar o local até o próximo dia 13, ou sair nesta data sob aparato policial, que estava sendo montado com homens do 14º BPM, 3º BPM e Esquadrão de Polícia Montada (Epmont), para dar suporte ao cumprimento do mandado de reintegração de posse à empresa reclamante do terreno.**

"Não vai ser mais preciso, graças a Deus. Não temos para onde ir, se sairmos daqui vamos ter que voltar a pagar aluguel. Eu, por exemplo, não tenho condições. Esperamos que não tenha outra mudança", disse o autônomo Alex Pereira.

A secretária da Associação de Moradores da Vila Esperança, **Odaci Ribeiro, explicou que a decisão pela suspensão por enquanto é**

⁴⁸ Tal informação consta no Processo n. 0811373-89.2018.8.10.0040, da Primeira Vara Cível de Imperatriz – MA, coletado na página Jusbrasil. (<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/679800698/andamento-do-processo-n-0811373-8920188100040-processo-judicial-eletronico-26-02-2019-do-tjma>). Acesso em: 12 de abr. de 2021.

⁴⁹ <https://www.correio.ma.com.br/noticia/1632/vila-esperanca-respira-aliviada-apos-tjma-suspender-reintegracao>. Acesso em: 12 de abr. de 2021.

temporária, "mas a gente pode pelo menos respirar um pouco mais aliviada enquanto se tem uma decisão definitiva". Ela explicou que o novo mandado de reintegração de posse da área era relacionado ao primeiro processo com o qual a parte reclamante ingressou na Justiça, e que este já havia sido suspenso (CORREIO, 2018, grifo nosso).

Tanto pelos estudos de Pereira e Medeiros (2016), quanto pelos de Pereira (2011) verificamos que o termo “família” fora geralmente associado ao direito social da terra e bastante utilizado por padres e comunidades eclesiais de base durante os conflitos pelo solo urbano em São Luís, durante a década de 1980, enquanto “invasão” era o termo mais utilizado por proprietários de terra e empresas. A utilização do termo pelo periódico não está dissociada do fato de se tratar de um jornal que possui relação com professores universitários, administradores públicos e partidos - locais - relacionados com bandeiras fortemente sociais (PT e PC do B).

Tal como verificado nas pesquisas de Pereira e Medeiros (2016), durante a década de 1980, consideramos que a reportagem enfatiza também uma relação entre populações fragilizadas (famílias desamparadas) *versus* o esquadrão da polícia montada e empresários. O trecho fornece visibilidade para moradores sem opção de moradia e *Maria de Vasconcelos*, que pode ser considerada um intermediário culturalmente favorecido (LENOIR, 1996) que sempre busca soluções para o problema social enfrentado por aquela população.

Os termos de conotação mais social também ganham destaque nos textos produzidos pelos órgãos de comunicação de instituições públicas, como se pode verificar no seguinte quadro:

INSTITUIÇÕES	MATÉRIAS	TERMOS	FREQUÊNCIA
SECOM – Prefeitura de Imperatriz	8	Invasão	1
		Bairro ⁵⁰	12
		Ocupação	4

⁵⁰ Primeira matéria em que há reiterada referência à condição de bairro da Vila Jackson Lago: “Cidade Nova, Vila União e Jackson Lago recebem programa de melhorias de ruas e avenidas” (23.10.2020).

Primeira matéria em que há reiterada referência à condição de bairro da Vila Esperança: “Prefeitura trata do posteamto dos Bairros Vila Esperança e Jackson Lago” (01.12.2020).

		Comunidade 51	5
		Área ocupada	2
SECOM – Defensoria Pública do Maranhão	2	Comunidade	5
SECOM – PMMA	1	Invasão	1

Quadro 1- Instituições públicas e suas classificações sobre a Vila Esperança Fonte: Autores. 2021

Com exceção da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, as outras duas instituições, diretamente envolvidas no caso da Vila Esperança, utilizam o termo “invasão”. Contudo, é importante destacar que no âmbito da comunicação municipal, outros termos como “bairro”, “ocupação”, “comunidade” e “área ocupada” também são utilizados. No catálogo construído para esta pesquisa, a partir de 47 matérias de sites, jornais impressos e vídeos relacionados à Vila Esperança e Vila Jackson Lago, na cidade de Imperatriz-MA, verificamos que a palavra “invasão” foi repetida 84 vezes e “área invadida” 12 vezes, em contraposição às formas “ocupação” (10 vezes), “bairro” (19 vezes) “comunidade” (21 vezes). Note-se o trecho abaixo coletado do site da Prefeitura Municipal de Imperatriz (CARVALHO, 2021):

Os **moradores das vilas Jackson Lago e Esperança** começam a ser beneficiados com a **implantação do serviço de posteamento**, executado pela empresa concessionária de energia elétrica e acompanhado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Sinfra. Objetivo é preparar todo **bairro para receber iluminação pública de qualidade**, visando garantir mais segurança à população no grande Bom Jesus [...] prefeito Assis Ramos que luta para **regularizar os posseiros para que todos tenham, efetivamente, sua documentação em mãos como legítimos proprietários da área.**” (grifo nosso)

A situação jurídica da propriedade e de reintegração de posse da Vila Esperança e Vila Jackson Lago não se modificou entre 2016 e 2021, ano no qual, de acordo com documento “2018-10-10 - Resumo de Caso - 5477-06.2015.8.10.0040”,

⁵¹ Todas as matérias da SECOM – Prefeitura de Imperatriz a respeito da Vila Esperança (ou da Vila Jackson Lago) iniciam a partir do dia 30.07.2019. Interessante observar que posteriormente a essa data o Jornal “O Progresso” traça novo tom às suas matérias.

expedido pela COECV “foi proferida decisão determinando que a CEMAR não implementasse rede elétrica na área, pois o objeto ainda estava em litígio, e para que fossem retiradas as ligações irregulares, feitas através de gambiarra por se constituírem em crime” (COECV, 2018). Tanto em 2016, em que o Estado repudiava a ligação elétrica do “objeto em litígio”, quanto em 2021, em que o Estado passou a preparar o “bairro para receber iluminação pública de qualidade”, a situação no judiciário permanecia a mesma: litígio pela posse e propriedade do local.

Percebamos que se a realidade social muda, também mudam as representações. O Jornal “O Progresso”, a partir de 12/03/2021, em matéria intitulada “Prefeitura inicia processo de demarcação de áreas institucionais nas vilas Jackson Lago e Esperança”, replica em texto o posicionamento da prefeitura de Imperatriz, que desde 07/12/2019⁵² vem demonstrando aproximação com a Vila Esperança e a Vila Jackson Lago. De modo similar, a jornalista Angra Nascimento, em seu portal de notícias, em 13/05/2021, escreve em manchete: “Vilas Jackson Lago e Esperança começam a receber mais de 200 postes de energia elétrica”, posicionamento diametralmente oposto da matéria de 08/08/2018 (“Continuam prejuízos na Invasão do Bom Jesus, em Imperatriz”), também veiculada em seu blog pessoal. Portanto, as representações e estigmas não se estratificam e seguem os cursos das interações entre os atores sociais interligados em redes de relações.

⁵² Secretaria Municipal de Regularização Fundiária busca solucionar ocupação no Bom Jesus. Disponível em: <<https://www.imperatriz.ma.gov.br/noticias/regularizacao-fundiaria/secretaria-municipal-de-regularizacao-fundiaria-busca-solucionar-ocupacao-no-bom-jesus.html>>. Acesso em 05 dez. 2020.

CAPÍTULO II – ORGANIZAR: A AMAVE E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONFRONTO

Antes de tratar da luta por moradia na Vila Esperança, é preciso delimitar o conceito de enquadramento interpretativo e sua aplicação para o estudo de movimentos sociais. Em consulta à obra “Os Quadros da Experiência Social” de Erving Goffman, o autor recomenda a definição e limitação dos conceitos-base a fim de introduzir o leitor nas discussões de centro, ou, em suas palavras, a fim de estabelecer “explicações, desculpas e justificativas concebidas para reenquadrar aquilo que virá em seguida, [...] servindo para deixá-lo, assim o espera, um pouco mais bem defendido do que poderia estar em caso contrário” (GOFFMAN, 2012, p.39-40). Portanto, a finalidade desse título é determinar os contornos em que a pesquisa será emoldurada.

A primeira linha a ser fixada está exatamente nos estudos de Goffman. O autor define o que são os quadros da experiência social a partir de uma perspectiva de interação social em que o indivíduo, diante de uma situação cotidiana, observa a realidade e age, ordinariamente, de acordo com esquemas (enquadramentos). Esses esquemas, por consequência do viés interacionista, não são construídos em solilóquio, ao contrário, são elementos da cultura de um grupo (GOFFMAN, 2012). Portanto, o indivíduo, ao se deparar com as situações e contextos sociais, com frequência agirá segundo enquadramentos já estabelecidos. Goffman ainda alerta:

Presumivelmente deve-se quase sempre buscar uma “definição da situação”, mas normalmente os que estão envolvidos na situação não *criam* esta definição, embora frequentemente se possa dizer que a sociedade a que pertencem o faz; ordinariamente, tudo o que eles fazem é avaliar corretamente o que a situação deveria ser para eles e então agir de acordo. (2012, p.23, grifo do autor).

Sublinhamos que a “criação” dos enquadramentos é construção social e não daqueles que estão envolvidos em alguma situação do cotidiano. O indivíduo, na compreensão goffmaniana, interpreta as situações a partir desses enquadramentos já estabelecidos e a partir deles delimita sua ação. Para além, apesar de Goffman não tratar especificamente da sociologia dos movimentos sociais, a sua sociologia interpretativa, reiteramos, é integrada à compreensão da ação social, de inspiração

simmeliana (GOFFMAN, 1985), partindo do núcleo da interação. Por isso, o cenário de grupo faz parte de sua abordagem (apesar não ser sua análise prioritária):

Tomados em conjunto, os esquemas primários de um determinado grupo social constituem um elemento central de sua cultura, especialmente na medida em que surgem compreensões relativas aos principais tipos de *schemata*, às relações destes tipos entre si e à soma total de forças e agentes que esses modelos interpretativos reconhecem estarem soltos no mundo. É preciso tentar formar uma imagem do esquema de esquemas de um grupo – seu sistema de crenças, sua “cosmologia” [...]. (GOFFMAN, 2012, p. 51).

Com suporte nessa ideia de que é preciso um “esquema de esquemas”, uma “cosmologia” das interpretações de um grupo, é que se firma a possibilidade do uso dos enquadramentos interpretativos. Entretanto, não se pode olvidar da improbabilidade do utilização do conceito goffmaniano para o estudo de movimentos sociais, tendo em vista que o autor não se dedicou ao estudo de fenômenos essencialmente políticos e que seu enfoque é primordialmente microinteracionista (marcado pelas interações face a face), como assinalou Silva, Cotanda e Pereira, (2017, p.149) ou seja, não se trata aqui de uma aplicação direta dos conceitos de Goffman ao estudo da ação coletiva, para isso, pesquisadores de movimentos sociais interpretam a obra interacionista seguindo abordagens próprias ao campo.

É nesse sentido que Sidney Tarrow (2009, p. 143) questiona “como os movimentos sociais constroem significados para a ação”. Fundamentando-se nos escritos de David Snow, Tarrow delimita a aplicação dos enquadramentos interpretativos:

Os movimentos sociais se envolvem profundamente no trabalho de “nomear” descontentamentos, conectando-os a outros descontentamentos e construir quadros de significado mais amplos que farão sentido para as predisposições culturais de uma população e enviarão uma mensagem uniforme para os detentores de poder e outros (TARROW, 2009, p.144).

Essa nomeação de descontentamentos aparece grifada entre aspas pois não se trata de processo simples de taxatividade, é construção social e cultural que está tecida por diversos fatores e é origem e alvo de conflitos. Tarrow (2009) também aponta esses aspectos de disputa pelo enquadramento interpretativo de determinada situação no campo dos movimentos sociais, tais como o alinhamento, a conexão, a

extensão e amplificação do quadro interpretativo, reforçando a complexidade da aplicação do conceito. É sempre um processo de confronto cultural no qual os movimentos sociais buscam, através dos “quadros de significado”, aportar suas interpretações na sociedade.

Sobre o conflito existente na construção e aplicação dos enquadramentos interpretativos por movimentos sociais, Mayer N. Zald (1999, p. 378) assinala que o acesso ao estoque cultural não é igualitário para os movimentos sociais:

Por tanto, buscan los repertorios y marcos interpretativos que, estando a su disposición, sean compatibles con las capacidades, orientaciones y estilos de los grupos que se componen. [...] Se da una competición, tanto a nivel interno como a nivel externo, para definir la situación y lo que es preciso hacer. Desde el punto de vista externo de los activistas y líderes de los movimientos se enfrentan a las autoridades [...]. (ZALD, 1999, p. 378-381).

Ou seja, a análise dos enquadramentos interpretativos nos movimentos sociais também se desenvolve em torno da observação das disputas de significação. Nesse sentido, ao analisar o desenvolvimento da aplicação de MIACs (molduras interpretativas da ação coletiva) para o estudo dos movimentos sociais, Silva, Cotanda e Pereira (2017, p. 153), compreendem que as abordagens a respeito dos enquadramentos, notadamente as correntes teóricas encetadas por William Gamson, David Snow e Robert Benford, sofreram mútua influência, observando atualmente tanto o viés conceitual centrado na negociação de sentido entre os movimentos sociais e outros atores (Gamson 1992; 1999) quanto o estudo direcionado aos empreendedores de movimentos sociais e suas ações estratégicas (Snow e Benford, 2000). Portanto, uma proposta de análise de enquadramentos em movimentos sociais deve levar em consideração a ambivalência do conceito construído por Goffman (2012), pois os quadros da experiência social, ao mesmo tempo em que se emolduram culturalmente, sofrem tonalizações⁵³ quando aplicados pelos indivíduos em suas interações; de modo paralelo, os empreendedores de movimentos sociais, ao passo que traçam estrategicamente as ações coletivas, também negociam o sentido dos enquadramentos interpretativos a partir de suas convicções, ou seja, de um sentido

⁵³ “novas convenções a partir das quais uma atividade (primária) é transformada em outra [...] a possibilidade de sobreposição e de transformação das molduras interpretativas por meio da agência dos sujeitos.” (Silva, Cotanda e Pereira, 2017, p. 149)

valorado moralmente e não apenas como planejamento militante (SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017, p.152). Seguindo esse raciocínio, Maria da Glória Gohn (1997), enfatiza esse *turning point* na teoria de MIACs e assinala as três funções do enquadramento interpretativo, de acordo com Snow e Benford:

Portanto, Snow e Benford desviaram o foco da atenção dos frames de uma perspectiva exclusivamente cognitiva para uma perspectiva político-cultural, de entendimento do processo de mobilização social. Eles identificaram três funções nos frames de ações coletivas: a demarcação - quando se chama a atenção para as injustiças sofridas por um grupo social; a atribuição - quando se explicam as causas e se propõe soluções às injustiças sofridas; e a articulação - quando se conectam as diversas experiências formando uma visão externa coerente. (1997, p. 89).

Sobre demarcação de injustiças, reforçamos o entendimento a partir de Tarrow (2009, p. 145) que a inserção de indignação e descontentamento tem, em grande parte, orientação cognitiva estratégica que deve ser promovida pelos empreendedores de movimentos sociais, porém, sem esquecer o papel da emotividade para a vitalização das ações coletivas. A respeito das mesmas funções delimitadas por Snow e Benford para os enquadramentos interpretativos, Dias e Pereira (2020, p.74) identificam as tarefas de diagnóstico, prognóstico e motivacional. A diagnose executa a função da demarcação: identificação do problema (injustiça), bem como o prognóstico se adequa à atribuição, na proposição de soluções e, em seguida, o aspecto motivacional conforma a articulação para a mobilização, de modo que o movimento possa agir em coerência com as funções anteriormente tratadas. A partir desses aspectos, que não se conformam como fases, pois podem ser acionados em concomitância, observamos a aplicação dos enquadramentos interpretativos pelos movimentos sociais.

A breve delimitação dos conceitos acima referenciados opera como fundamento à reflexão sobre a aplicação de enquadramentos interpretativos na luta por moradia empreendida na Vila Esperança. No próximo título, a apreciação dos enquadramentos interpretativos constrói-se a partir das atas da Associação de Moradores da Vila Esperança, além da observação das ações de protesto na luta por moradia promovida pela comunidade.

2.1 Atores e trajetórias na organização da Vila Esperança

Compreendendo a perspectiva de observação do cotidiano que norteia este trabalho e a necessidade de estarmos atentos aos atores e seus contextos, procuraremos seguir o alerta de William Foote Whyte quanto às descrições sobre Cornerville que apenas etiquetavam o local como desorganizado, sujo e perigoso – “Há algo de errado nesse quadro: nele não há seres humanos.” (2005, p. 19-20). Portanto, “o político é pessoal” e, acompanhando o sentido apontado por Tarrow, ao observar os movimentos a partir das pessoas, podemos ver como essa perspectiva politizante “dava poder, tanto no sentido psicológico, de dar uma crescente disposição a assumir riscos, como no político, de dar acesso a novas habilidades e a perspectivas ampliadas” (2009, p. 208-209). Assim, iniciaremos as descrições com as interlocutoras mais próximas à pesquisadora, construindo uma linha do tempo dos relatos paralela às trajetórias dos sujeitos.

Também nessa delimitação dos atores, está contido o sentido de oportunidades e restrições políticas, da congregação de aliados influentes em oposição aos desafiados que reprimem a ação coletiva, ou seja, na criação de identidades compartilhadas definem o “‘nós’ e ‘eles’ na estrutura de conflito de um movimento” (TARRROW, 2009, p. 41). Dessa forma, “os movimentos fazem um apaixonado ‘trabalho de enquadramento interpretativo’: configurando tais descontentamentos como reivindicações mais amplas e vibrantes” (SNOW; BENFORD, 1988 *apud* TARRROW, 2009, p.41). Portanto, identificar as situações dos sujeitos militantes é etapa para o entendimento da mobilização.

Carregando os sentidos desses estudos, nas percepções sobre a organização da Vila – em conversas com os interlocutores e pesquisas posteriores ao campo, é notório que os atores participem ou estejam vinculados a diversas entidades: partidos políticos com variadas correntes ideológicas (Progressistas, Partido Social Cristão – PSC, Democratas – DEM, Partido Comunista do Brasil – PCdoB, Partido Socialista Brasileiro – PSB), Igrejas e organizações do sistema justiça, como a Defensoria Pública, entre outras instituições. Desse modo, apresentamos neste subcapítulo os interlocutores com os quais houve maior aproximação, além daqueles que foram importantes na formação do bairro.

De acordo com PEREIRA (2011, p. 157), uma característica comum aos agentes dos movimentos por moradia em São Luís – entre as décadas de 70 e 80 -, era a pregressa e contínua participação em “espaços privilegiados de discussão”. Nos agentes da Vila Esperança aqui anotados também é perceptível a movimentação anterior em outros espaços de formação, principalmente em partidos e outras associações de bairro na luta por moradia. Como indicamos acima, destacaremos os agentes mais próximos e, em segundo plano, indicaremos as trajetórias dos agentes com os quais a pesquisadora não conseguiu acesso, mas que são constantes nas falas da maior parte dos interlocutores.

Logo de início, importa frisar que a Vila é um bairro com ampla participação de mulheres. Muitas vivências substanciam esse entendimento, em especial a participação de *Macotas* na comunidade e a recorrente referência à *Velha Benta* como a “cabeça” da ocupação (mesmo sem estar fisicamente presente ao tempo em que se realizou nossa pesquisa). Frisamos, no entanto, que essa relevância não é numérica, pois, de acordo com levantamento realizado pela COECV em 2016, o percentual de homens era 50,1% e de mulheres 48,8%⁵⁴. Também não é possível demonstrar as atuações apenas por meio da divisão e organização do trabalho nas atas da AMAVE, tendo em vista que nestas as mulheres são minoria. Para perceber a importância feminina nesse contexto, levamos em consideração o critério que “privilegia o tipo de investigação que inclui a presença do pesquisador na cena e sua relação de intersubjetividade com os grupos sociais, do ponto de vista ético” (MINAYO; GUERRIERO, 2014)⁵⁵. Por isso, ao experienciar o campo, notamos a forte influência de mulheres na ocupação da Vila, na organização da AMAVE e engajadas constantemente nas ações (reuniões, protestos e entrevistas para veículos de comunicação).

A partir dessas avaliações, começaremos com *Maria de Vasconcelos*, interlocutora mais recorrente e próxima da pesquisadora. *Macotas* é uma jovem mulher, nascida em Imperatriz, possuindo ensino superior incompleto e foi indicada

⁵⁴ Ainda há 1,02% de pessoas marcadas como “sem resposta” no campo “sexo” da tabela de levantamento. Importante também destacar que esse levantamento não representa a totalidade da comunidade durante aquele período, mas apenas uma síntese da composição do local.

⁵⁵ Minayo e Guerriero (2014) também apontam que “se não colocar números, não é ciência”, analisando criticamente a pesquisa meramente quantitativa, que não leva em conta a “reflexividade”, ou seja, resumidamente, como o campo altera o pesquisador e como o pesquisador altera o campo.

pela COECV, no início desta pesquisa (2020), como liderança que poderia apresentar maiores informações sobre o começo e a formação da comunidade. Foi ela quem nos forneceu o primeiro relato sobre o movimento para ocupar a área e também as Atas da AMAVE, fichas de cadastro pessoal da associação, o modelo da Declaração de Compromisso, que era prestada por cada morador associado, e o modelo da carteira dos associados a AMAVE. Como é comum na maior parte das conversas sobre as trajetórias dos sujeitos envolvidos na associação, ao perguntarmos como as pessoas se juntaram em torno da luta pela moradia naquele local, sempre a resposta tende a uma espécie de “geração espontânea”. No entanto, olhando mais de perto, é possível observar outros espaços em que os sujeitos se engajaram, adquirindo habilidades para a formação de movimentos (PEREIRA, 2011, p. 159).

Nesse sentido, é possível notar que *Maria de Vasconcelos*, já em 2015, era filiada ao PPL (Partido Pátria Livre), mesmo dois anos antes de se iniciar no movimento de ocupação da Vila Esperança. Ou seja, seu engajamento político é anterior à AMAVE, fazendo parte de espaços políticos institucionalizados. Tal partido foi fundado em 2009, por egressos do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), apoiando Marina Silva em sua candidatura de 2014 (SPRITZER). Em 2019 o PPL fora incorporado ao PCdoB (TSE, 2019), partido do então governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino de Castro e Costa.

Assim, *Macotas* filiou-se ao PPL em 2015, participou das ocupações e formação da AMAVE desde 2017 e hoje atua como assessora de gabinete parlamentar na Câmara Municipal de Imperatriz. Ou seja, são pelo menos sete anos de engajamento político ativo, segundo as informações que tivemos durante a pesquisa. Talvez por ter essa tessitura em espaços institucionalizados, *Macotas* desde o primeiro contato em fevereiro de 2020 fazia referências ao “pessoal dos direitos humanos” que haviam feito o levantamento no bairro e muitas vezes à Defensoria Pública do Estado do Maranhão, nas figuras dos defensores André Luís Jacomin e Camila da Fonseca Bonfim, além de buscar demonstrar contato com outros agentes, como os responsáveis pela ligação regular de energia no bairro, da concessionária de energia elétrica Equatorial. Desse modo, é possível perceber que, assim como apontava Tarrow sobre a participação em movimentos: “não era apenas politizante; ela dava poder, tanto no sentido psicológico, de dar uma crescente

disposição a assumir riscos, como no político, de dar acesso a novas habilidades e a perspectivas ampliadas” (2009, p.209).

É *Macotas* que nos apresenta outra interlocutora, *Joana Evangelista*, irmã da Igreja Assembleia de Deus, participante de um dos ministérios que existem na Vila (são quatro, “Deus é Conosco”, “Ministério Visão Missionária – Congregação Monte Sinai”, “Fonte do Trono”, “Fonte de Vitória”), no qual seu marido é pastor. *Joana* exerce um papel de congregação nas ruas em cujo bairro sua Igreja atua, inclusive apoiando os mesmos candidatos que *Macotas* até as eleições de 2020. Em dezembro de 2021, essas relações estavam estremecidas, sendo os encontros realizados com ambas em separado.

Joana Evangelista: *Fica ruim um bairro assim e o povo do governador meu Deus do céu, não vem ninguém, até a Macotas eu disse pra ela “Mermã, tu fez foi sumir” não vem com esse negócio aí depois não, que eu fico é com raiva, porque olha, como eu fiquei aqui dentro, era pra eles ter me ajudado porque assim, não, a irmã Joana teve problema porque ficou do nosso lado então vamos ajudar ela, mas não fiquei aqui ao Deus dará e os inimigos que eu arrumei aqui dentro é forte porque eles tem apoio do povo lá e eu só posso pedir pra Deus [...]*

Mas, antes desse ponto, a trajetória de engajamento de *Joana* se inicia inclusive em outro município: Carolina, cidade de nascimento da irmã, localizada a 200 quilômetros de Imperatriz⁵⁶, polo de turismo da região. Ainda nesse local, *Joana* realizou trabalhos sociais, sempre inseridos no engajamento com a Igreja, com o viés de caridade e reflexão bíblica. Essas atividades foram continuadas na Vila:

Joana Evangelista: *Aqui, irmã, aqui foi o lugar que eu mais achei dificuldade porque assim o meu foco é que as pessoas se libertem daquilo que pode levar elas a lugares que, mas é muitas coisas que acontecem aqui, entendeu? Então nós, nós viemos pra cá pra cuidar da **espiritualidade** das pessoas, **ajudar, se nós puder ajudar, no alimento, no vestir e no calçar**, mas a espiritualidade a gente tem que ajudar.*

⁵⁶ A cidade de Carolina foi fundada em 1859, sete anos após a fundação de Imperatriz (1852).

Atividades semelhantes refletem-se em outros ministérios da Igreja Assembleia de Deus dentro do bairro, sendo uma espécie de capital social e simbólico o envolvimento nas ações das igrejas dentro do bairro, estando tais agentes relacionados a uma espécie de prestígio, ou, seguindo as palavras de Bourdieu:

O capital [...] representa um poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto dos instrumentos de produção), logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e, deste modo, sobre um conjunto de rendimentos e de ganhos. As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de facto, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo). (2011, p. 136-137).

Dessa maneira, conseguimos conectar as candidaturas anteriores de *Joana Evangelista*, em 2012 e em 2016, para o exercício da função de vereadora na cidade de Carolina, filiada ao Partido Social Democrático (PSD), sem, contudo, alcançar votação suficiente para posse no cargo. Suas ocupações na Igreja conectaram seu engajamento à política, mas, de acordo com seus relatos, a chegada à ocupação ocorreu pela necessidade de mudança para Imperatriz,⁵⁷ para os cuidados com a saúde da sua mãe. Os altos valores de aluguel no centro da cidade impediram *Joana* de se acomodar a contento, por isso, devido à sugestão de um casal de amigos da Igreja que lhe apresentou *Tonhão*, buscou na Vila Esperança local de moradia. De modo similar, nas CEBs, destaca Pereira:

Trata-se de um estímulo para que o agente iniciasse sua inserção em trabalhos que auxiliassem as populações afetadas. Sobre esses trabalhos, o mesmo afirmou que ocorriam em forma de reuniões com as famílias afetadas e que quase sempre essas reuniões possuíam uma reflexão bíblica. Durante o seminário, ele atuou no setor de catequese da diocese de São Luís, de onde relembra o apoio dado pelo arcebispo Dom Motta. Essas referências pessoais são importantes no entendimento de como esse agente pode tirar proveito das redes estabelecidas. (2011, p. 167).

⁵⁷ A cidade de Imperatriz é também um polo de serviços públicos e particulares na área da saúde, atendendo a vários municípios circunvizinhos (inclusive de outros estados – Pará e Tocantins), incluindo-se nesse rol a cidade de Carolina. (ARAÚJO, 2016).

Assim, tais redes conectaram a irmã a outro agente com quem tivemos contato direto, *Mota de Tal*, engajado na igreja Assembleia, na política eletiva e nos movimentos de ocupação que ocorreram tanto na Vila Esperança quanto na Vila Jackson Lago. Na conversa que tivemos com *Mota*, realizada por meio da apresentação por *Joana*, um tema constante foi um grande descontentamento por não haver uma única associação entre as duas Vilas. Tal descontentamento vai ganhando sentido quando *Mota* demonstra na conversa quais são suas relações mais próximas e aquelas mais distantes, ou, em suas palavras “pelo menos eu, nem um deles me representa ali, desde o começo.”.

Ocorre que *Mota de Tal* também passou por outros espaços de ação política. Nascido em Pedreiras, candidatou-se a vereador em 2016 pelo Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e em 2020 pelo Partido Social Cristão (PSC), não obtendo votação suficiente para o exercício do cargo. Em 2021, quando conversamos, falou-nos que o *Tonhão* é que com “ansiedade” montou a AMAVE, demonstrando em suas palavras indignação e um certo ressentimento por essa formação.

Mota de Tal: *Eu vou dizer para você bem aqui como eu falei no começo, se o nosso pré-candidato ganhar, o negócio vai mudar! Vai ser uma associação só, não precisa ter duas! [...] porque aqui desde o começo é um bairro, é uma vila só, era só Jackson Lago, as duas, aí por questão disso, aí resolveram romper.*

A referência ao pré-candidato ao Governo do Estado apoiado pelas alas evangélicas, Lahesio Bonfim, sinaliza a esperança de que a sua influência na Vila seja robustecida. No início da ocupação, *Mota* era bastante próximo de *João Abade* – que se apresentava à época como presidente da Associação de Moradores do Bairro Bom Jesus e líder da Vila Jackson Lago. Porém, *Abade* era figura recorrente em outros “espaços privilegiados de discussão” (PEREIRA, 2011): tem ensino superior em curso da grande área das ciências humanas, é servidor público concursado, presidente do sindicato da sua categoria e em 2019 fazia parte da diretoria do Conselho Municipal De Regularização Fundiária Moradia e Habitação de Imperatriz. Além disso, *Abade* foi candidato a vereador em 2020 pelo Partido Liberal (PL), não tendo sido eleito.

Os espaços acima mencionados promovem a formação do sujeito “militante” (PEREIRA, 2011), e é essa reflexão que nos oferece uma pista de como técnicas comumente utilizadas em movimentos de luta pela terra⁵⁸ aparecem nos relatos dos interlocutores sobre o início e formação da Vila – por exemplo, quando *Mota* fala em mutirão para construção das casas, ou quando *Macotas* menciona que eles acumularam pneus para construir uma barricada caso a polícia cumprisse a segunda derrubada, ou mesmo quando falam da preparação de bombas caseiras para um possível momento de confronto.

Voltando ao *Abade*, os conhecimentos e habilidades que adquiriu nos outros espaços propulsionaram sua liderança na Vila Jackson Lago. Mas, ao contrário do que menciona *Mota*, em nenhuma outra conversa ou documento observamos a Jackson Lago como mesmo bairro que a Vila Esperança. Mesmo os veículos midiáticos, como já apontamos, demonstram em suas matérias uma divisa entre a formação dos espaços. Seguindo os relatos dos moradores, observamos que a figura de *Tonhão* é sempre mencionada como liderança na construção do bairro e da AMAVE. *Antonio Mendes Maciel* também aparece em entrevistas para os veículos de comunicação – assim como *Macotas*, e em reuniões com instituições (a exemplo da prefeitura) como líder da Vila. Porém, sobre sua trajetória, poucas informações surgiram ao longo da pesquisa, mesmo tendo sido ele o responsável pelo registro formal da associação e efetivo presidente desde 2015. Quando perguntávamos sobre como *Tonhão* detinha esses conhecimentos – comprar livro de atas, formar uma assembleia, propor a votação de diretoria, fazer registro na junta comercial, etc., os moradores falavam com cautela e deferência sobre uma figura: *Velha Benta*.

Sobre essa agente, todos que mencionavam seu nome imediatamente pediam sigilo a respeito do relato, com claro receio de comprometer uma relação de confiança ou de causar danos à *Benta*. Sempre se indicava que ela sofria muitos processos em seu nome, no Maranhão e em outros estados, além de trabalhar como assessora de figuras políticas ocupando cargos na atualidade. A partir dela, outros

⁵⁸ Inclusive, no primeiro processo (0005233-77.2015.8.10.0040) movido pela BRDU contra os “invasores” da área, como um grande “urgente” na capa da petição inicial de 28 de abril de 2015, menciona-se, como parte contrária, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Na verdade, os advogados do grupo BRDU acreditavam que se tratava do MST pois, quando abordados por policiais os ocupantes acampados se identificaram como “sem terras e sem tetos”. Porém, em nenhum outro momento do campo, seja pesquisando em documentos ou em contato com os interlocutores, houve qualquer menção ao MST.

nomes mencionados de relance pelos moradores, como *Timóteo* – que estava no início da ocupação realizando o cadastro de famílias que precisavam dos lotes, são encontrados como presidentes de outras associações com fins similares e também em assessoria política. *Velha Benta* funciona como promotora de movimentos, de acordo com os relatos dialogados na pesquisa, lembrando as lições de Tarrow (2009, p. 212-213), ao tratar de comprometimento pessoal e político, além de profissionalização do ativismo.

É também desse modo que *Benta* aparece como uma das articuladoras principais do cadastramento para a ocupação. Segundo o relato de todos os interlocutores com quem conversamos, *Benta* era assessora de um político tradicional da região: Ildon Marques de Souza. No ano de 2014, em campanha para deputado, a promessa é que a área da Fazenda Santa Rosa seria doada para assentamento de famílias, não importando se o candidato ganhasse ou perdesse. No entanto, apesar de ter perdido o pleito, em pesquisa nos autos dos processos referentes à Vila Esperança, observamos que todas as glebas da área já haviam sido vendidas para a BRDU Firenze LTDA ou para empresas parceiras nos empreendimentos imobiliários (como Águas Brasil SPE Imperatriz 03 e Águas Brasil SPE Imperatriz 04), desde o dia 14 de novembro de 2014 (logo após as eleições de outubro). A vendedora da Fazenda Santa Rosa foi a empresa Marke Participações e Empreendimentos LTDA, cujos sócios são Antonio Paulo Marques de Souza e Lilianny Marques de Sousa Novacek (filhos Ildon Marques). Alguns meses após essas negociações, as ocupações na área começaram a ocorrer.

Importa repisar que não há registros documentais de nenhuma dessas articulações, no entanto, como a presente pesquisa tem como um dos vieses de seu método o contato pessoal com os moradores e articuladores da ocupação, levamos em consideração as pistas encontradas nas falas dos interlocutores. Assim, nesse rastro, traçamos os processos que fundaram a Vila Esperança como o espaço de um movimento na luta por moradia. Para tanto, precisamos agora dispor a construção da Associação de Moradores do Assentamento Vila Esperança (AMAVE) ou, como por vezes é apontada, retirando-se a ideia de “assentamento”, AMVE.

2.2 Documentar e registrar: Associação dos Moradores do Assentamento Vila Esperança – AMAVE

Após tratarmos sobre o lugar e o espaço da Vila Esperança em Imperatriz e apresentarmos as trajetórias dos interlocutores e moradores do bairro, a observação das atas e documentos produzidos pela Associação, em especial da Primeira Ata da Assembleia de organização da AMAVE pode ampliar e auxiliar o nosso olhar na compreensão da organização da Vila no quadro de disputas pelo local. Desse modo, inicialmente, precisamos nos voltar para compreender a associação entre as pessoas.

Nesse sentido, George Simmel, em seu livro “Sociología: estudios sobre las formas de socialización”, aponta caminhos na observação das associações humanas, que podem ter como centro a ação recíproca para determinados fins, ou se basear nas relações de conhecimento e confiança mútuas entre os indivíduos:

Así esa forma previa (o posterior) del saber acerca de un hombre que está constituida por la confianza en él depositada, y que es, evidentemente, una de las fuerzas sintéticas más importantes que actúan en la sociedad, adquiere una evolución particular. **La confianza es una hipótesis sobre la conducta futura de otro, hipótesis que ofrece seguridad suficiente para fundar en ella una actividad práctica.** [...] La objetivación de la cultura ha diferenciado resueltamente los grados de saber e ignorancia necesarios para que se produzca la confianza. El comerciante moderno que trata un negocio con otro, el sabio que emprende con otro una investigación, el jefe de un partido político que suscribe con otro un acuerdo sobre asuntos electorales o sobre la actitud frente a un proyecto de ley, **todos**, prescindiendo de excepciones y deficiencias, **saben de la parte con quien se entienden exactamente lo que hace falta para la relación que se establece.**

Las tradiciones e instituciones, el poder de la opinión pública y el rigor de la situación de cada cual, que determinan inexorablemente la conducta del individuo, se han hecho tan firmes y seguros, que basta conocer ciertas exterioridades referentes al otro para poseer la confianza necesaria a la acción común. (SIMMEL, 2014, p.346-348, grifo nosso).

Assim, também na Vila, como já mencionamos antes, apesar de os moradores e articuladores apontarem que chegaram ao local e à organização do bairro quase que por acaso, observamos que as características pessoais, as relações sociais e a experiência em outros campos de associação e movimentação política, fazem com que os indivíduos tracem a confiança necessária para a formação do lugar

e principalmente da Associação. É possível observar essas relações nas falas dos interlocutores como ocorre na conversa com *Macotas*:

Glenda: *Entendi, mas deixa eu perguntar para ti, essa captação, por exemplo das pessoas é feita como? Vai conversando com os familiares...*

Macotas: *É... alguém que tá precisando de ganhar e começou aquele movimento e foi enchendo, na realidade eu entrei como líder ali, sabe quando a gente entra numa coisa sem querer? E aí aconteceu que no caso seu Antonio que estava à frente e aí quando começou a surgir muito problema eu morava ali na Pedro Neiva e ele falou “Macotas, porque que tu não vai para ali para tu me ajudar”. E aí eu disse não, não sei, e aí eu convenci o meu marido, ele já tinha ido também que a gente morava de aluguel, ele já tinha ido tirar um pedaço lá para ele e aí a gente decidiu ir.*

Glenda: *O teu marido?*

Macotas: *Sim, foi, decidimos ir para lá. E aí meu cunhado já tinha feito um barraco, uma casinha.*

Glenda: *E aí o teu cunhado já morava lá também, tava morando lá?*

Macotas: *[...] ele chegou falando [...] tem uma ocupação aqui no Bom Jesus, vamos e aí ele chamou o meu cunhado, seu Antonio chamou meu cunhado, que chamou meu marido, que chamou uma parenta, que chamou uma vizinha e aí foi crescendo o movimento.*

O diálogo acima ressalta as relações familiares e sociais anteriores ao movimento de organização da Vila. Apesar de *Macotas* descrever como “sem querer” sua participação na AMAVE, na verdade, o seu cunhado já participava da ocupação e mesmo o chamado de *Tonhão*, para a que ela “ajudasse”, não foi mera coincidência: como apontamos no subcapítulo anterior, *Macotas* já estava anteriormente envolvida em atividades partidárias, portanto, tinha experiência e contatos com movimentações políticas.

Verificamos relatos similares nas falas de *Joana Evangelista*, quando aponta que suas relações na Igreja a levaram à ocupação, bem como ocorre a *Mota de Tal*, que faz parte da mesma Igreja, em outro ministério, mas também mantém

conexões com *João Abade*, líder do Bom Jesus, de sindicatos e envolvido com movimentações político-partidárias. Ou seja, as associações não são fruto do acaso, ao contrário, revelam diversas redes que interligam os indivíduos (família, amizade, Igreja, sindicatos, partidos, etc.).

Em vista disso, refletindo sobre o papel integrador das associações, utilizamos o sentido de associações voluntárias concebidos por Lícia do Prado Valladares (1977), a partir dos estudos de K. Little (1965), quando reflete sobre as associações formadas na Rocinha, no Rio de Janeiro. Entretanto, pondera a autora:

Nem todas estas organizações constituem, entretanto, o que chamamos de associações voluntárias. Só o são aquelas que, além de agruparem pessoas em torno de um interesse comum, apresentam pelo menos duas características básicas: serem **geridas pelos moradores locais** e **não terem fins lucrativos**. (VALLADARES, 1977, p. 1391, grifo nosso).

Portanto, em paralelo, observaremos os pontos equivalentes nas associações de moradores que fornecem aos habitantes do local “sentido de identidade”, “processo de adaptação à vida urbana”, dão “status aos membros da associação”, possibilitam o “exercício de certos cargos”, “prática político-administrativa”, “defesa de interesses do grupo”, entre outros papéis de conexão entre os atores. (VALLADARES, 1977, p.1391). Desse modo, iremos descrever a formação e estruturação da AMAVE, no contexto inicial do bairro, de acordo com os relatos dos moradores e documentos acumulados durante a pesquisa

Com essas disposições, é importante compreender que a Associação nasce após diversas reuniões que já ocorriam rotineiramente. Nos relatos de Mota de Tal:

Glenda: *Como foi, por exemplo, para vocês construírem essas casas? Cada um se virou ou as pessoas se ajudavam?*

Mota de Tal: *Cada um se virou, um outros eram feito **mutirão**... quem tinha recurso melhorzinho fazia só, quem não tinha a gente... era feito mutirão.*

Glenda: *E como se decidia quem não tinha recursos?*

Mota de Tal: *Em reunião, a gente tinha sempre **todo domingo reunião**... **Todo domingo tinha reunião era pra falar sobre a terra.** [...]*

Glenda: *Essas reuniões, quem puxava? Quem chamava?*

Mota de Tal: As lideranças.

Nessas reuniões e movimentações a respeito das ameaças de despejo forçado, ocorridas desde abril de 2015, os moradores coletaram dinheiro, reuniram material e mão de obra e construíram uma cobertura com madeira e telhas do tipo “brasilit”. Essa cobertura protege do sol e permite que as reuniões ocorram por mais tempo. Abaixo, na imagem, em uma das reuniões a respeito do despejo forçado, ao centro, encontramos o representante da Defensoria Pública do Maranhão, ladeado por *Maria de Vasconcelos* e *Antonio Mendes Maciel*.



Figura 9 – Barracão da AMAVE
Fonte: AMAVE, 2015

Portanto, mesmo sem Associação, os moradores já se reuniam em um descampado, na quinta rua à direita da Av. Vila Esperança. Ou seja, a organização da AMAVE não passa a existir para reunir as pessoas em torno da questão da moradia. Ao que parece, a intenção é de registro, de documentação, de institucionalização da luta por moradia, além da fixação de uma representação do bairro, ou seja, uma diretoria que não servia apenas para organizar dentro, mas para apresentar fora.

Na reunião de construção da AMAVE, segundo ata em posse de *Maria de Vasconcelos*, por volta de 200 (duzentos) moradores participaram do momento que ocorreu durante a noite do dia 03.08.2015 (três de agosto de dois mil e quinze). Ao observar o documento que simboliza a criação da Associação, alguns elementos se destacam, como a estruturação do documento em linguagem atinente às formalidades exigidas para registro de pessoas jurídicas:

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, por volta das 19h 30min, aconteceu na sede provisória uma reunião extraordinária afim de tratar de assuntos relacionado a criação da associação dos assentados da Vila Esperança, na pauta foi dada a voz do Sr. "Antonio Mendes Maciel", no ensejo o mesmo colocou o seu nome como pretendo candidato à Presidente da entidade, dando o nome a sua chapa de "Esperança Nascente", com nomes do diretório em folha separada que será anexada a este documento de punho; o mesmo relatou que protocolou ação de agravo de instrumento em desfavor da ação de reintegração de posse nº 7548/2015 exaurida pela parte BRDU SPE FIRENZE LTDA, ora agravada, agravo de instrumento nº 026231/2015 (0004566-17.2015.8.10.0001) Imperatriz-MA, conforme cópia de consulta apresentada pelo mesmo, também terceu que tomou a dianteira do processo para pleitear a posse legal de cada assentado cadastrado, que a ação do recurso foi ajuizada pela defensoria pública do estado em seu favor. representando os assentados da área denominada neste momento como Vila Esperança. diante disso colocou o seu nome a disposição para assim seja aceito pela maioria absoluta dos cadastrados no assentamento da área. que julgou procedente o agravo de instrumento; na oportunidade foi dada a palavra ao Sr. "Morador 1", o presente falou que era preciso a criação da entidade e que neste momento todos pensasse no social ou seja, em cada família carente que precisa da área para construir sua casa; que fossem combatidos aqueles que entrassem na área para obter vantagens à custas das pessoas honestas e que de imediato fosse mensurado cada área na dimensão legal de 8x25m, ou no máximo 250m² "per capita"; presente a Sra. "Moradora 1", esta frisou que as últimas reuniões que eram realizadas na área do assentamento foram frustradas por um grupo de pessoas que ameaçaram os palestrantes, inclusive a sua pessoa, que com a criação da entidade facilitará o bom andamento para atender os assentados no direito à propriedade pela posse do imóvel para cada família sem discriminação. Na ordem da sessão extraordinária, foi dada a palavra ao Bel.

“Joaquim Macambira”⁵⁹, convidado do Sr. “Antonio Mendes Maciel”, no qual fez a leitura dos incisos XVIII, XIX e XX do art. 5º da Constituição Federativa do Brasil, acerca da legalidade descritiva da associação no Brasil, dando sequência falou o convidado do relator deste documento que a entidade passará a ter personalidade jurídica a partir de seu registro legal e que as reuniões dentro da área assentada serão mais proveitosa devido a existência de uma associação que brigará pacificamente dentro da legalidade pelos direitos de propriedade de cada um, revendo que seja confeccionado logo em seguida o Estatuto da associação, também a ser votado em assembleia geral pelos assentados que irão ser alcançados pelo usucapião urbano devido; depois do mesmo colocou em votação a aceitação da primeira chapa que terá para duração de mandato para quatro anos, por unanimidade todos os presentes artificaram um “sim” com a aprovação e assinatura de todos neste documento, anexada a cópia de assinatura, todos os cadastrados para o aceite da chapa para o quadriênio, fica desde já, estipulado uma nova data de uma nova eleição a partir do registro da entidade que foi chapa única apresentada, sem hesitar todos aceitaram a mesa diretora, anexada a este documento. Para constar foi lavrada a presente ata que irá acompanhada com as assinaturas de todos os cadastrados anexada a esta folha, segue-se abaixo. Eu, “Joaquim Macambira”, Bel. Direito, redigi o presente firmo.

Da leitura da primeira ata, a presença de um ator externo, com possibilidades e habilidades para movimentar discursos no campo jurídico e administrativo, demonstra as conexões preexistentes das lideranças. Mesmo nas falas de *Mota de Tal* – que busca minorar a participação de *Tonhão*, inclusive apontando que *Benta* lhe ensinou todo o processo para criar uma associação, é possível observar que *Antonio* movimentava aliados para fomentar o desenvolvimento de interesses. Além disso, quando do início da pesquisa em 2020, o número de um advogado que atuou para Antonio foi repassado como possível informante. Assim, seguindo o que sinalizava Tarrow sobre aliados influentes, os “desafiantes são encorajados à ação coletiva quando têm aliados que podem atuar como amigos nos tribunais, como

⁵⁹ A abreviação Bel. é referente ao grau de bacharelado em direito do ator citado. Ainda preservando os nomes dos envolvidos na formação da Vila, utilizamos outro personagem atrelado a Canudos, para apontar figura de servidor público que apoiava diretamente *Tonhão* e que também aparece como parte nos processos contra o bairro.

garantias perante a repressão ou como negociadores aceitáveis em seu favor” (2009, p. 109), propondo uma articulação em rede para a construção dos movimentos.

A respeito da divisão do trabalho dentro do diretório da associação, as funções estão distribuídas nos seguintes cargos: Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Diretores Fiscais, Primeiro, Segundo, Terceiro, Quarto e Quinto Fiscais e um Motoboy. Às funções de Presidente e Vice ficavam designadas as comunicações com as instituições externas. Os Secretários (função que na verdade ficou reservada a mulheres durante as duas gestões constantes nas atas fornecidas por *Macotas*), deveriam redigir as atas e outros documentos (como o termo de “Declaração de Compromisso” – ANEXO VII), realizando os cadastros e coletando os problemas da comunidade. Durante a gestão em que *Macotas* foi Primeira Secretária, de acordo com as atas, houve um acréscimo de função: também era a secretaria que fazia a prestação de contas das mensalidades e dos gastos da associação. À função de Fiscal ficava determinado a salvaguarda dos lotes e o afastamento daqueles que não estavam efetivamente morando na Vila, ou seja, tinham uma função de policiamento do local. A função de motoboy é singular nessa organização, pois, como a Vila se encontrava em 2015 em local ainda ermo, em uma estrada de terra para chegar ao cemitério, afastada dos centros da cidade e sem transporte público, as necessidades urgentes das pessoas que ocuparam pioneiramente precisavam de resguardo, portanto, havia despesas com a gasolina para esse posto, como é possível notar na ata do dia 11 de março de 2018, em que as despesas com combustível somavam R\$ 90,00 (noventa reais).

Também se observa nessa ata de março de 2018 o gasto com prestação de serviços aos associados, como a compra de mantimentos e medicamentos para alguns “cadastrados”. De acordo com Jesus Marmanillo Pereira, essa tendência assistencial tem motivações observadas na realidade:

O fato das Associações adotarem, em algumas situações, **uma postura assistencialista**, com grande penetração política e voltada para interesses de determinados membros, seja uma vaga na escola pública ou uma consulta no médico, deve ser compreendido à luz das condições sociais que a constituíam. Por meio da caracterização geral das condições sociais das populações que viviam nas áreas onde ocorriam os conflitos em torno dos terrenos, percebeu-se que se tratavam de pessoas vindas de outras localidades, com baixa renda, que quando não desempregadas, exerciam atividades que exigiam grande esforço físico e viviam nessas áreas com grande carência de

serviços públicos básicos. Diante disso, pode-se inferir que conseguir algum recurso básico através de um “dono de associação” poderia significar o caminho mais adequado e possível. (2011, p. 67, grifo nosso).

Nesse sentido, já frisava Valladares que a associação de moradores, além da prestação de serviços aos seus associados “deveria também desenvolver atividades de natureza assistencial [...], mas na prática suas atividades são de cunho eminentemente político” (1977, p. 1395), indicando que as associações desempenhavam esses papéis guiadas por interesses político-partidários.

Também Pereira, ao discorrer sobre as associações na luta por moradia em São Luís nas décadas de 70 e 80, argumenta que estas são “espaços privilegiados de intervenção”, destacando que as associações poderiam ser percebidas como local para angariar votos por certos políticos, além de apresentarem outros vieses políticos:

A relação entre os políticos e associações pode ser interpretada como um tipo de ponto de convergência, associados às **alianças locais entre moradores e políticos**; à **disputa no ramo jornalístico** e também à **disputa política**. Em termo de mobilização política e de uma racionalização na obtenção de recursos, a citação sinaliza duas possibilidades: uma possível aliança entre políticos e “moradores” e também entre advogados e “moradores”. Se essas alianças traziam benefícios em termos de votos, também deve-se considerar o prestígio profissional dos advogados que se engajavam nessa “causa”. [...] Fosse pelos advogados, pelos “moradores” ou políticos, as associações de bairro caracterizaram, entre outras coisas, um **espaço privilegiado de intervenção, onde eram estabelecidas alianças, relações sociais e acionados repertórios de atuação política**. Representou um importante espaço de inserção profissional e discursiva, ou seja, eram locais que podiam ser associados aos discursos de **defesa dos “direitos humanos”**, da “sagrada família” e da democracia. (2011, p. 65-66, grifo nosso).

Desse modo, além dessa direção assistencial, a profusão de discursos do campo jurídico no decorrer da ata de fundação da AMAVE serve para simbolicamente fortalecer *Tonhão* como liderança, tendo em vista suas relações com atores externos à comunidade, em uma “lógica pautada na relação direta entre inserção na ‘luta por moradia’ e vantagens políticas e profissionais” (PEREIRA, 2011, p. 65). Ou seja, atas, entre outros documentos da associação têm função que extrapola a ideia de organizar o bairro e auxiliar os moradores. O que se pretende também é o registro das lideranças, da formação de chapa para eleição de diretoria, do “batismo” da Vila que foi nomeada de Esperança por *Antonio Mendes Maciel*, enfim, institucionalizar os acontecimentos da Vila.

CAPÍTULO III – LUTAR: QUADROS INTERPRETATIVOS DAS AÇÕES COLETIVAS

Para compreender a ação coletiva na Vila Esperança, analisando os quadros de injustiça moldados na luta por moradia, foi necessário antes compreender a cidade, os conceitos de enquadramentos interpretativos que fundamentam esta pesquisa, o método da interação com os moradores do bairro – compreendendo seu cotidiano e suas trajetórias traçadas até ali, para então empreendermos o movimento mais de perto.

Nesse último capítulo, abordaremos as identificações dos atores e aliados da ação coletiva em torno de um propósito, a questão da moradia, construído a partir de interesses e valores assemelhados. Em contraposição à formação desse “nós”, observaremos o “eles” apontado pela Vila, em uma rede de relações permeada pelas oportunidades e restrições políticas, que favorece a agência, e a possibilidade de modificação do quadro. Assim, com a delimitação do elemento da injustiça, colhemos as pistas sobre a compreensão das ações coletivas da Vila Esperança na luta pela moradia.

3.1 A questão da moradia na formação da AMAVE

Assim como para a formação e existência do movimento é preciso que os agentes tenham habilidades e códigos apreendidos em outros espaços, para tratar da questão da moradia, não podemos apenas nos ater à causa material de ausência de um lugar para viver como único elã engajador de um movimento social. É preciso refletir sobre outras causas, agentes e instituições, verificando as tensões existentes “por dentro” e “por fora”.

Ao tratar sobre a luta pela moradia no contexto de São Paulo, Maria da Glória Gohn compreende que essa questão acompanha a formação da cidade, sendo “uma sucessão de atos de resistência e busca de condições mínimas de sobrevivência” (1991, p.61). Nessa concepção, a autora define cinco tipos⁶⁰ de luta

⁶⁰ “Modos de Organização: 1. Lutas pelo acesso à terra e à habitação; 2. lutas pela posse da terra; 3. lutas no âmbito dos processos construtivos; 4. lutas dos inquilinos; 5. lutas de proprietários pobres: protesto contra a qualidade da moradia dos programas oficiais e legalização da propriedade da terra.” (GOHN, 1991, p.61-62)

por moradia observadas durante os anos 80, das quais duas podem ser paralelizadas na situação da Vila Esperança: luta pelo acesso à terra e à habitação e luta pela posse da terra (GOHN, 1991, p.61).

No capítulo anterior, observamos que a organização da AMAVE foi costurada com a presença de agentes internos e externos, mobilizando redes de apoio à formação do bairro. Dessa maneira, são inseridos e manejados conceitos de direitos, afim de autorizar e legalizar as reivindicações dos moradores da Vila. Exemplo disso é a citação numérica de artigos da Constituição do Brasil na primeira ata, além da repetição em outras atas dessa compreensão de “direitos” sobre a terra e principalmente sobre a moradia.

Nas atas de reunião da AMAVE, o “direito à moradia” é sempre lembrado como um norte, como é possível observar em 4 de fevereiro de 2018, na fala de *Tonhão* “invasão é pra quem realmente tem necessidade”, ou mesmo na “Declaração de Compromisso” (ANEXO VII), em que é repisada a necessidade de todos que estão na Vila não terem casa própria e nem lugar para morar. Além disso, na primeira ata, o denominado Bel, *Joaquim Macambira*, descreveu que a partir dali a “associação que brigará pacificamente dentro da legalidade pelos direitos de propriedade de cada um”, tratando também de uma das formas possíveis de adquirir propriedade em razão da posse, a usucapião urbana. Nesse sentido, sublinha Pereira:

Já a ideia de “**direito à moradia**” nasceu como ponto fundamental para um movimento de reivindicação por moradia. Ela surge a partir das inserções de advogados, de entidades vinculadas aos setores progressistas da Igreja Católica, que utilizavam uma linguagem composta de códigos jurídicos. Assim, pode-se afirmar que antes da atuação e presença desses especialistas não era possível pensar a ideia de moradia enquanto direito social a ser exigido. Nesse mesmo bojo, têm-se os termos “ocupação” e “palafitas” verificados em relatórios produzidos por assistentes sociais e difundidos por meio de entidades simpatizantes à “causa da moradia”. (2011, p. 41, grifo nosso)

Portanto, essa compreensão é entrelaçada com as ligações que Vila e a AMAVE traçam durante o seu processo de formação. Importa lembrar que, seguindo os relatos dos moradores, o início de toda a ocupação foi um ato organizado e planejado, com cadastramento realizado ainda em 2014, realizado pelos ocupantes, mas mantendo o apoio de diversos agentes externos. Lembramos aqui da ideia de “lutas pelo acesso à terra e à habitação”, de Gohn:

Esta forma de luta se traduz nos **atos que a imprensa e os governantes chamam de invasões e que seus participantes denominam de ocupações ou posseiros**. [...]. Seu representante típico é o Movimento Sem-terra. A característica básica que os diferencia das favelas da década de 70 é o fato de se tratar de **ocupações coletivas e planejadas**. Estas ações ocasionaram impactos políticos importantes e forçaram a abertura de **canais de negociação com o Estado**. Em alguns casos as invasões deram **origem a um novo tipo de luta popular por moradia, cujo exemplo são as Cooperativas e Movimentos de Mutirões de Ajuda Mútua** [...]. (1977, p.62, grifo nosso).

O movimento de ocupação da Fazenda Santa Rosa foi inicialmente confundido como uma ação do MST pelos advogados da BRDU, como já apontamos e está registrado no processo judicial. *Mota de Tal*, ao tratar dos mutirões para a construção dos barracos daqueles que não tinham condições financeiras, aponta que o que importava era precisar de moradia, de casa (“aí sempre tinha um que aparecia que tinha madeira, que queria fazer e queria mudar, aí o grupo já ajudava e fazia e a pessoa já morava”). Também é possível notar que a AMAVE utiliza a palavra “assentados” para denominar os ocupantes da Vila Esperança, em uma possível indicação aos conceitos de assentamento formalizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (e, portanto, pelo Estado) em que se destinam lotes para trabalhadores rurais e suas famílias residirem e trabalharem⁶¹, assinalando pontes com os movimentos rurais e com as estratégias de luta de tais.

Para melhor visualizar a questão da moradia, há também nas falas dos interlocutores da Vila sempre uma indignação com o valor dos aluguéis, com a ausência de casas disponíveis, necessitando morar em casas de parentes, inclusive, existindo pessoas que saíram da situação de rua para ocupar lotes no local. Além disso, apesar das dificuldades apresentadas na Vila, um terreno no local mostrava-se a melhor saída para essas condições.

⁶¹ “O assentamento de reforma agrária é um conjunto de unidades agrícolas, instaladas pelo Incra em um imóvel rural. Cada uma dessas unidades, chamada de parcelas ou lotes, é destinada a uma família de agricultor ou trabalhador rural sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural. A família beneficiada deve residir e explorar o lote, com o desenvolvimento de atividades produtivas diversas.” (INCRA, 2020). A respeito dos assentados, Leonilde Servolo de Medeiros em artigo sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros, os diferencia de “sem-terra”, bem como dos chamados “agricultores familiares”. (MEDEIROS, 2001)

Morador 2: *A minha vinda pra cá, eu tava passando e um rapaz me falou que aqui tava surgindo essa situação aqui e na época eu não tinha mesmo pra onde ir morar, cada e aí eu pensei “Não, pois eu vou fazer uma casinha pra mim morar aqui” e tô aqui desde o começo.*

Moradora 2: *Sim, porque morava de aluguel, e foi benção aparecer esse terreninho, era difícil, mas estava no que é da gente, não tava pagando aluguel.*

Moradora 3: *Em 2017, em 2016 eu comprei e aí fiz e não consegui terminar, mas em 2017 foi que eu cobri e vim.*

Glenda: *Entendi. E antes morava onde?*

Moradora 3: *Eu morava na casa de uma irmã.*

Sendo assim, a insegurança causada pelas situações de moradia anteriores parece ter como consequência uma solidariedade em torno do interesse comum. Mesmo nas reuniões da associação, vemos essa compreensão de união ser componente que liga as pessoas numa mesma direção, comprometendo-se com a demanda em grupo, como nas palavras de *Macotas* na ata de 9 de setembro de 2017, “reafirmando o compromisso da comunidade de lutarmos até o fim por essa comunidade, todos juntos”.

Nesse sentido, Tarrow, sobre os fundamentos que promovem as movimentações em favor de uma causa, delimita o seguinte:

Tentou-se explicar de várias maneiras os motivos que levam as pessoas a se filiar a movimentos, indo desde o desejo juvenil de zombar da autoridade até os instintos ferozes da multidão. Alguns movimentos se caracterizam pelo espírito de jogo e carnaval, enquanto que outros revelam o furor inflexível da multidão. Entretanto, um **motivo mais básico – senão mai prosaico – para as pessoas se unirem para participar de movimentos é a organização de reivindicações comuns aos opositores, autoridades ou elites.** Nem todos os conflitos deste tipo surgem de interesses de classe, mas de **interesses e valores comuns ou justapostos que são a base de suas ações comuns.** (2009, p.22, grifo nosso)

Assim, essa solidariedade pautada em uma demanda de grupo, faz com que os participantes do movimento possam se reconhecer como membros comuns

em favor de um mesmo propósito. É também o que Tarrow aponta como “mobilização de consenso”, sustentando redes de apoio mútuo em prol de um interesse da comunidade. As chamadas lideranças têm papel fundamental na projeção dessa “vontade coletiva”, estimulando as pessoas para participação mais ativa e presente (2009, p.22-23). Com essa pretensão, por exemplo, *Tonhão*, em ata do dia 04 de fevereiro de 2018, pede a palavra para “alertar as pessoas que tem que contribuir com a associação para que as coisas possam funcionar”, em uma espécie de advertência à participação dos moradores.

Ainda sobre as definições de Gohn (1977), a “luta pela posse da terra” mobiliza o morador após o momento de ocupação. Ou seja, não basta estar na terra, a insegurança permanece a partir das ameaças, por exemplo, de despejo forçado advindas dos entes públicos (judiciário e executivo – através do uso da força com a polícia militar). Essa situação também aparece na fala dos moradores, como é possível notar no diálogo com o Manuel Quadrado:

Manuel Quadrado: *Aí mudei pra cá, mudei, isso aqui era só a casa e esse sol, aí eu fui ajeitei, fiz essa área, os meninos me disseram: no dia 13 vão derrubar.*

Glenda: *Dia 13 já em 2017?*

Manuel Quadrado: *Isso, em 2017, vão derrubar, aí eu digo, mas rapaz eu vou levantar aquela área ali, aí eu fui lá, comprei as madeiras, chamei os meninos, e eles dizendo: disseram que vão derrubar no dia 13, porque tu não espera esses três dias? Deus mandou eu vim, tem que confiar nele, bora fazer, e fizemos aquela área, aí não foi nada não, quando foi um dia, aí disse: agora no dia 22, vão derrubar a área toda, aí eu chamei o rapaz que tinha feito ali, e disse: faz o orçamento, aí quando foi na derradeira vez, que o juiz falou mesmo, eu disse que ia plantar batata no meio do asfalto, se eles derrubassem, aí eu disse: vou fazer, e eu não tenho nada a ver com o que ele disse não, quem mandou eu vim pra cá foi Deus, aí eu fui e fiz essa daí, e zelando toda vida esse mato aí.*

Ou seja, para ficar, os moradores investem de forma incisiva sua força de trabalho, o dinheiro que mobiliza e a fé de que a terra permanecerá em sua posse. Isso ocorre pois, de acordo com Gohn, “sendo a terra um dos componentes de maior peso no custo da habitação, a luta pela posse da terra urbana é uma das mais

abrangentes na luta popular pela moradia. Ela tem um caráter histórico” (1977, p. 62). Portanto, não apenas ocupar o lote, mas permanecer em posse da terra é componente mobilizador de profunda potência.

3.2 Quadros de injustiça: delimitação dos problemas e a busca por soluções

Para mobilizar, entretanto, é necessário que além do consenso, haja antes o conflito. Utilizando-nos do conceito de William Gamson (1992) sobre quadros de injustiça, apoiamos nossa compreensão no seguinte:

[...] development of injustice frames in analyzing the process by which people organize for rebellious collective action. Framing was only one part of the story, but this interactive process of constructing meaning was clearly a critical ingredient in how our groups of participants handled the dilemmas of compliance that they confronted.⁶² (1992, p. XII)

Assim, Gamson aponta três componentes essenciais dos quadros interpretativos da ação coletiva: a injustiça, a agência e a identidade. O componente da injustiça não é apenas ligado a uma ideia do que é ser igual, justo ou equitativo na sociedade, mas é uma consciência carregada de emoções, do ônus do sofrimento causado por outros. Enquanto isso, o componente da agência está ligado à consciência de que é possível mudar a situação atual através da ação coletiva, em contraponto à ideia da imutabilidade das coisas; é principalmente a ideia de que o “nós” pode modificar as condições definidas como injustas. Nessa definição do “nós”, há o componente da identidade, ou seja, contra a ideia do “eles”, em uma contraposição de interesses e valores (GAMSON, 1992, p. 4-7). Sobre essa delimitação dos interesses mais próximos aos ocupantes, trabalhamos a questão da moradia no subcapítulo anterior. Portanto, agora, focaremos na consciência da injustiça e da agência, em contraste com os interesses e valores opostos aos moradores da Vila.

A respeito da consciência da injustiça enquanto uma indignação moral, ficamos atentos ao exemplo apontado por Gamson quando cita termos que

⁶² "...sobre o desenvolvimento de quadros de injustiça na análise do processo pelo qual as pessoas se organizam para uma ação coletiva revoltosa. O *frame* era apenas uma parte da história, mas esse processo interativo de construção de significado era claramente um ingrediente crítico em como nossos grupos de participantes lidaram com os dilemas do sistema que confrontaram." (tradução livre).

demonstram a injustiça como “doors being slammed in one’s face”⁶³ (1992, p.4). Na Vila Esperança, como exemplo de termos similares usados pelos atores, em diálogo com *Manuel Quadrado* e *Macotas*, eles retratam essa emoção como “viemos todo mundo triste depois de ver o que os homens disseram, só falaram querendo **humilhar** o povo, viu?”. A expressão humilhação é entendida por Goffman como um embaraço, uma vergonha de grau maior, tecida a um estigma, de acordo com Thomas Scheff (2017). Seguindo essa compreensão, as explicações dadas a essas humilhações reforçam o que já debatemos antes sobre as categorias de invasão/invasores:

Macotas: *Chamando nós só de invasor, né seu Joaquim?*

Manuel Quadrado: *“Vocês são uns invasores!”, como quem diz que somos uns criminosos, bandidos, e os bandidos eles não prendem, os bandidos vivem soltos totalmente, agora os pais de família não podem dar um passo.*

Macotas: *Principalmente se for um bandido grande, que tem muito dinheiro.*⁶⁴

Entretanto, para observar os quadros de injustiça nos diálogos, é importante que estejamos atentos também ao que frisava Gamson (1992) quanto ao uso de certas palavras, pois não é possível apenas com o mero uso retratar o quadro de indignação moral⁶⁵. Ou seja, é necessário que se observe todo o contexto que torne clara essa dimensão moral e, além disso, não é possível que outros falantes desafiem ou amenizem as expressões de revolta, pois com isso “explicitamente quebram o vínculo potencial entre a alegação de injustiça e a indignação.”. (GAMSON, 1992, p.37, tradução livre). Assim, é necessário que haja consenso na indignação.

De modo contrário, vemos em estudo de Lúcio Kowarick (2013), intitulado “Cortiços: a humilhação e a subalternidade”, em que o autor aponta situação diversa a um quadro de injustiça, pois os moradores sentem humilhação, mas acreditam nas desigualdades como imutáveis e com corretas motivações para existirem:

⁶³ “portas batendo na cara” (tradução livre).

⁶⁴ “As conversas examinadas aqui fornecem evidências abundantes de cinismo sobre política e governo[.]” (GAMSON, 1992, p.82, tradução livre).

⁶⁵ “Às vezes, a palavra ‘errado’ é usada no sentido de um erro, não no sentido de um erro moral – por exemplo, ‘Eles pensam que têm essa energia nuclear sob controle, mas estão errados.’” (GAMSON, 1992, p.37, tradução livre).

É preciso reafirmar que os processos que levam a uma condição de humilhação constituem a quebra de dignidade, ou seja, de autoestima e conformação de uma identidade com autonomia de pensar e agir, elementos básicos na constituição de uma personalidade que sabe o que quer, que tem desejos e procura realizá-los. [...] Sem isso, ocorre a perda, a **naturalização dos acontecimentos, no sentido de que “é assim porque assim sempre foi e assim sempre será”**. A maioria dos entrevistados encara a vida como uma sina a ser vivida, uma inexorabilidade a ser aceita: raramente as causas que levam à pobreza, o baixo nível de escolaridade, o trabalho precário e os salários aviltantes são considerados os motores dos acontecimentos. (KOWARICK,2013, p.70)

Desse modo, para melhor observar esses quadros, delineamos em uma linha temporal os passos desde o planejamento da ocupação da área da Fazenda Santa Rosa, até o atual momento de estabilidade (em que não há ameaças latentes de despejo forçado), de acordo com o relato de *Mota de Tal*:

Quadro 3 – Linha do Tempo: Processo de Ocupação da Vila Esperança



Como já antecipado, em 2014, com as eleições para deputado federal em pauta, houve uma promessa de doação da área da Fazenda Santa Rosa para a

construção de casas. É possível observar na foto acima⁶⁶, disposta no capítulo I desta pesquisa, que a área era inóspita, servindo à especulação, sem nenhuma atividade sendo realizada no local. Com isso, houve mobilização de lideranças, como *Velha Benta* e outros militantes, para reunir pessoas que precisavam de moradias em um cadastramento prévio à doação.

Podemos observar nesse “plano” o que Pereira, citando Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981), destaca como “evento mobilizador” – a promessa feita durante o período eleitoral gera expectativa em mais de duas mil famílias cadastradas. Quando é frustrada, a espera dessa doação gera uma “expressão da negação de uma aspiração de consumo coletivo de uma facilidade urbanística” (PEREIRA, 2011, p.40). Tais eventos que promovem momentos mais propícios à mobilização são descritos por Tarrow quando trata sobre “ciclos de confronto”:

A generalização do conflito num ciclo de confronto começa quando se abrem **oportunidades políticas** para “os **primeiros insurgentes**” **bem posicionados**, quando suas **reivindicações estão em ressonância com as de outros que sejam significativos**, quando dão origem a coalizões objetivas ou explícitas entre atores diferentes e criam ou reforçam a instabilidade na elite. (2009, p.184, grifo nosso).

In casu, a formação de ocupações na Fazenda Santa Rosa é exemplo dessa “ocorrência simultânea” ou “coalescência”, tendo em vista que era intenção dos antigos proprietários essa destinação, segundo os relatos, mesmo tendo sido realizada venda posterior à empresa BRDU e outras ligadas ao mesmo grupo. Nesse sentido, sobre a compreensão de agência em Gamson (1992), na realidade da Vila, ela é movida não apenas pelos ocupantes, mas também por essas oportunidades arranjadas diante de convergências de interesses.

Nesse contexto, os cadastrados da lista de 2014 resolveram ocupar a área prometida, inclusive chamando um agrimensor para dividir os lotes e fazer um mapeamento dos terrenos, segundo informações de *Macotas* – infelizmente, esse primeiro mapa se perdeu e, apesar da busca empreendida pela pesquisadora, o geógrafo já havia falecido. A divisão dos lotes era feita com estacas e fios de nylon e havia casas de lona, taipa e madeira que já estavam construídas, como é possível

⁶⁶ Google Street View, 2011

observar na segunda foto do quadro⁶⁷. Essa primeira ocupação durou pouco tempo, havendo divergências sobre a primeira derrubada: Mota de Tal afirma duração de 1 ano e meio, Macotas relata apenas 10 dias (no entanto, apenas Mota estava presente na ocupação nesse primeiro momento).

Interessante observar que mesmo após a primeira liminar judicial que determinava a reintegração de posse à BRDU e demais empresas, ou mesmo após a primeira derrubada (ou seja, mesmo com um confronto no “mundo físico” e não apenas jurídico), os ocupantes não recuaram, retornando à área e ocupando um espaço ainda maior. Como argumenta Tarrow, a apontada coalescência é favorecida “pelas reações do Estado ao rejeitar as reivindicações dos primeiros insurgentes, encorajando assim a sua assimilação a outros possíveis reivindicadores” (2009, p. 184). No caso em tela, quando o Estado, em sua face judiciária, amplia a situação vista como injusta pelos atores da reivindicação, mais famílias se reúnem em torno do propósito da moradia.

Também interessa deixar explícito o contexto de oportunidades para essa movimentação, pois, além do apoio de uma rede de militantes ligados a políticos influentes, têm-se, de acordo com os relatos dos atores, apoio do Poder Executivo Estadual. *Mota de Tal* em diálogo sublinha que:

Mota de Tal: Veio a ordem de despejo...

Glenda: O senhor foi despejado?

Mota de tal: Saímos todo mundo! Só que nós ficamos do outro lado da pista esperando o resultado do Governo do Estado, por que ***ele disse que enquanto ele fosse governo, governador nós não saía daqui!***

Ocorre que para uma liminar judicial de reintegração de posse ser cumprida, é necessário que o poder executivo disponibilize um número suficiente de policiais militares para realizar o despejo forçado. Durante o Governo Flávio Dino (2015-2022), foi criada na Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) a Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV), que tem por objetivo monitorar os conflitos por terras rurais e

⁶⁷ Foto Marcos Lô, *Imperatriz Online*, ANEXO IX.

urbanas no Maranhão. Na situação das ocupações da Fazenda Santa Rosa, verificamos que os estudos sobre a área que vêm sendo realizados pela COECV, desde 2016, inclusive relatórios apontando o local como “ocupação consolidada”, trouxeram um contexto de oportunidades favorável aos moradores. Apesar do relato de *Mota de Tal*, não há uma versão oficial do governo apoiando qualquer ocupação. Porém, seguindo as palavras de *Mota*, para o cumprimento da liminar, realizando a segunda derrubada, os policiais militares não foram autorizados pelo secretário de Segurança Pública do Estado a agir, “nós entramos alegre e os policiais foram embora alegre também”. De todo modo, não houve segunda derrubada.

Esse contexto propício é singular, tendo em vista que a COECV é um órgão inédito e os governos anteriores, marcados por gestões da família Sarney ou de seus aliados, não mantinham o mesmo diálogo nos conflitos do campo e da cidade. Vejamos como exemplo matéria do site oficial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a respeito das eleições de 2010 e do receio que havia com o “retorno dos Sarneys”, pois “possivelmente as famílias enfrentarão o terceiro despejo de suas vidas. O atual Secretário de Segurança, Raimundo Soares Cutrim, nomeado por Roseana Sarney, é velho inimigo dos movimentos sociais” (MST, 2009). Ou seja, a nova gestão e a criação da COECV modificam a situação de oportunidades e restrições para os movimentos sociais por terra e moradia no campo e na cidade. É relevante frisar que Ildon Marques (cuja família era antiga proprietária da Fazenda Santa Rosa), quando candidato a deputado federal em 2014, estava em aliança política com o então governador Flávio Dino.

Sobre modificações nas oportunidades e restrições políticas Gamson e David S. Meyer (1999), tratam sobre as chamadas “janelas de oportunidades”, ou seja, um momento com maior abertura para a ação dos movimentos sociais:

Existen otros aspectos que son relativamente volátiles, y cambian de acuerdo con los eventos, las políticas y los actores políticos. Estos aspectos de la oportunidad política son temas controvertidos sobre los que también opinan sobre los movimientos, aunque, en ocasiones, guarden poca o ninguna relación con los cambios que puedan tener lugar. Los elementos volátiles conforman el núcleo de aquellos análisis sobre movilización y desmovilización que hacen hincapié en la

interacción entre estrategias de los movimientos y la apertura y cierre de las tan citadas ventanas de oportunidad⁶⁸. (1999, p.393).

Compreendemos, a partir desses patamares, que a modificação do governo, alinhado com os valores e interesses dos movimentos sociais⁶⁹, criou, a partir da implantação da COECV, a abertura nas oportunidades políticas para os movimentos por terra do campo e da cidade, reduzindo as restrições impostas pelos critérios legais do direito à propriedade. Sobre oportunidades, Tarrow (2009, 108-110), ao estudar as concepções de Gamson e Meyer (1999), delimita quatro dimensões para a abertura – mudança nos alinhamentos, elites divididas, aliados influentes e repressão e facilitação, esses elementos são observáveis quando olhamos o caso da Vila Esperança, desde a mudança do alinhamento político com um governo estadual mais próximo aos movimentos sociais, passando pelos choques de interesses entre os proprietários e ex-proprietários da Fazenda Santa Rosa, contendo também a aproximação com atores com variadas redes dentro da administração pública e em outros campos sociais, culturais e econômicos, além da repressão sofrida pelas decisões negativas realizadas pelo poder judiciário.

Porém, um movimento social não ocorre apenas pela abertura das oportunidades políticas, muito menos, apesar da profunda influência dos sistemas políticos, apenas a partir das regulares “estruturas de mobilização” (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 1999, p. 24). Isto é, não é possível tratar das mobilizações sem as tensões decorrentes das interações que geram conflitos e consensos, como se os atores sociais fossem na verdade uma grande massa unitária⁷⁰. Em outras palavras, Doug McAdam, John D. McCarthy e Mayer N. Zald reforçam essa perspectiva, tratando dos “processos demarcadores”:

⁶⁸ “Há outros aspectos que são relativamente voláteis, mudando de acordo com eventos, políticas e atores políticos. Esses aspectos da oportunidade política são questões controversas sobre as quais também opinam os movimentos, embora, às vezes, os movimentos sociais tenham pouca ou nenhuma relação com as mudanças que podem ocorrer. Elementos voláteis formam o núcleo dessas análises de mobilização e desmobilização que enfatizam a interação entre estratégias de movimentos e a abertura e fechamento das tão citadas *janelas de oportunidade*.” (GAMSON; MEYER, 1999, P. 393, tradução livre)

⁶⁹ Reiteramos que se trata de um governo do PCdoB – Partido Comunista do Brasil, que, além da sigla, buscou alinhamento com os movimentos sociais.

⁷⁰ “Um movimento social é constituído por toda uma série de atores (organizações e redes de apoiadores) que mantêm um desafio contínuo contra as autoridades ou certos códigos culturais e que, por vezes, recorrem a influências extra institucionais. Alguns aspectos desta definição são de grande importância para o nosso fio argumentativo. Um movimento constitui um campo no qual os atores se movem; não é uma entidade unitária.” (GAMSON; MEYER, 1999, p. 401, tradução livre)

La combinación de oportunidades políticas y estructuras de movilización dota a los grupos de un cierto potencial para la acción. Sin embargo, **la unión de estos dos elementos resulta insuficiente para explicar el fenómeno de la acción colectiva.** Existe un **elemento mediador** entre oportunidad, organización y acción, a saber, los **significados compartidos y conceptos** por medio de los cuales la gente tiende a definir su situación. Resulta imprescindible que **as personas, como mínimo, se sientan agraviadas por una situación determinada y crean que la acción colectiva puede contribuir a solucionar esa situación.** Faltando alguna de estas dos percepciones resulta altamente improbable que la gente se movilice, aunque cuente con la oportunidad de hacerlo.⁷¹ (1999, p. 26, grifo nosso)

Isto é, é necessário que os agentes, além de se sentirem injustiçados por determinado contexto, acreditem que possam modificar esse cenário, em conjunto. A partir desses dois elementos, segundo os autores, para entender suas situações como injustas e acreditar na mudança, é preciso uma dinâmica de interações sociais chamada “processos demarcadores”, fazendo referência aos autores David A. Snow e Robert Benford, cujas compreensões sobre a ação dos movimentos sociais dedicam-se também a observar as emoções e sentimentos, numa dimensão ideal-valorativa, envolvidos na mobilização. (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 1999, p. 26)

Em vista disso, voltando-nos para a Vila Esperança, em alusão aos “processos demarcadores” supracitados, podemos observar a acepção ideal-valorativa da injustiça quanto a ausência da moradia, enquanto direito a ser realizado, e também ao elemento da agência, que move os atores em conjunto para a modificação da situação adversa. Desse modo, apesar das restrições apresentadas com a liminar para o despejo forçado, os moradores não apenas retornam e ocupam mais áreas como passam a se reunir de forma mais organizada e sistemática, empreendendo a resistência por meio de uma associação institucionalizada.

Desse modo, ainda seguindo o relato de *Mota de Tal*, as reuniões da AMAVE ocorriam todo domingo até o ano de 2017 (como é possível observar na

⁷¹ “A combinação de oportunidades políticas e estruturas de mobilização confere aos grupos um certo potencial de ação. No entanto, a união desses dois elementos é insuficiente para explicar o fenômeno da ação coletiva. Existe um elemento mediador entre oportunidade, organização e ação, ou seja, os significados e conceitos compartilhados pelos quais as pessoas tendem a definir sua situação. É fundamental que as pessoas, no mínimo, se sintam ofendidas por determinada situação e acreditem que a ação coletiva pode contribuir para a resolução dessa situação. Na falta de qualquer uma dessas duas percepções, é altamente improvável que as pessoas se mobilizem, mesmo que tenham a oportunidade de fazê-lo.” (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 1999, p. 26, tradução livre)

quarta foto da linha do tempo – ANEXO XI) e serviam para delimitar os problemas que a Vila estava enfrentando, a fim de buscar soluções, sustentando a agência do movimento. As chamadas para as reuniões eram gravadas e reproduzidas via alto-falantes⁷², com uma moto, como é possível observar na ata do dia 11 de março de 2018 (“moto para comercial: 30,00”) e de acordo com os diálogos dos moradores:

Glenda: *Quem lhe chamou para fazer parte das reuniões? Eles andavam de casa em casa?*

Moradora 5: *Geralmente era o no grupo e tinha uma mulher que andava anunciando na motinha. Como a Macotas morava pra cá, ela passava e avisava, e também o barracão é aqui perto, quando tinha barulho a gente já sabia que tinha alguma coisa.*

Quando a *Moradora 5* – irmã da igreja Assembleia de Deus, fala em “grupo” refere-se ao *WhatsApp da Vila Esperança*, que permanece ativo até hoje. A pesquisadora está presente como observadora – tendo cientificado seus membros, mas as movimentações que ocorrem são da vida cotidiana: anúncios de compra e venda, rifas, campeonato de futebol, notícias em geral ou conflitos entre vizinhos. Durante a pré-campanha de 2022, diversos moradores também postaram suas diversas preferências políticas. No entanto, como é possível depreender a partir dos relatos em campo, essa era uma via utilizada também para a mobilização.

Além disso, a mesma moradora nos contou que era comum a realizações de vigílias, campanhas de oração e “marcha” na rua, realizadas pela Igreja na qual o marido dela é pastor. Essa movimentação interna, especialmente as reuniões que haviam no barracão, ensejaram os dois protestos realizados pela Vila Esperança: um deles em frente ao Comando da Polícia Militar e outro em frente ao Fórum de Imperatriz.

⁷² “[...] várias associações lançam mão de recrutamento (quase todas as igrejas protestantes fazem proselitismo aberto, as Associações de Moradores fazem campanha pelo alto-falante).” (VALLADARES, 1977, p. 1396).



Figura 10 – Protesto em frente ao Fórum de Imperatriz
Fonte: MA10, 2017

Durante o protesto, pessoas levantavam cartazes⁷³ para reivindicar moradia diante das decisões liminares concedidas à BRDU – e outras empresas envolvidas na lide, com o intuito de impedir que ocorresse o despejo forçado das famílias. Nos diálogos entre *Manuel Quadrado* e *Macotas* é possível observar a indignação moral formadora dos quadros de injustiça:

Manuel Quadrado: *Aí ficamos lá, viemos todo mundo triste, depois de ver os que os homens disseram, só falavam querendo humilhar o povo, viu, e aí não tivemos decisão nenhuma, rodamos e aí só o juiz, como é o nome dele? Serra, o nome daquele maldito, o caba dizia, ah, mas o Serra não diz coisa para não cumprir não, só Deus, não tem Serra, não tem presidente, não tem esse povo que é além de deus não, Deus é quem governa todo mundo.*

Macotas: *No dia lá da audiência, a gente mandou foi dois ônibus cheio de gente para o Fórum, e eles não deixaram o pessoal entrar, foi só eu e umas outras pessoas.*

Glenda: *E esses ônibus foram conseguidos como?*

Macotas: *Foi a gente que conseguiu.*

⁷³ Nas atas da AMAVE constam também gastos com papelaria.

Manuel Quadrado: *Rapaz quando o caba é bem visto, um da um pouquinho, outra da outro, os próprios donos dos ônibus, olha, tem, aí eles vão, porque querem ajudar também.*

Macotas: *Nesse época tiveram vereadores que ajudaram, e aí os próprios donos de ônibus tinha terreno também, e todo mundo ajudando, você sabe que todo mundo junto é problema, é mais difícil, e aí batalhamos e hoje estamos do jeito que estamos falando rosado, e aí tem a energia também que eles falaram que até o dia 20 vão dar pronto, aí do 20 já vão passar para fazer o asfalto, para inaugurar tudo junto..*

A escolha do protesto em frente ao Fórum acerta quando aponta aquele agente que provoca mais restrições ao movimento naquele contexto momentâneo. Gamson trata sobre a necessidade de existir um agente causador da injustiça para que o *frame* seja delimitado:

More specifically, an injustice frame requires that motivated human actors carry some of the onus for bringing about harm and suffering. These actors may be corporations, government agencies, or specifiable groups rather than individuals. They may be presented as malicious, but selfishness, greed, and indifference may be sufficient to produce indignation.⁷⁴ (1992, p. 32).

Ou seja, é necessário que exista aquele que provoca a injustiça, em contraposição àqueles que a sofrem. Gamson ainda enfatiza que aqueles que tem interesses em desencorajar as ações coletivas devem apoiar a injustiça em causas abstratas, impossíveis de alcançar com a agência, a fim de produzir uma sensação de imutabilidade para o contexto, trazendo uma abstração: o “sistema”, a “natureza humana”, entre outros. O antídoto contra esse afastamento dos alvos é materializar os problemas, pensando em suas causas e soluções (GAMSON, 1992, p.32). No entanto, o autor considera necessários cuidados:

The antidote to excessive abstraction has its own problems. In concretizing the targets of an injustice frame, there is a danger that people will miss the underlying structural conditions that produce hardship and inequality. They may exaggerate the role of human actors, failing to understand broader structural constraints, and

⁷⁴ “Mais especificamente, um quadro de injustiça exige que atores humanos motivados carreguem parte do ônus de causar danos e sofrimento. Esses atores podem ser corporações, agências governamentais ou grupos específicos, em vez de indivíduos. Eles podem ser apresentados como maliciosos, mas o egoísmo, a ganância e a indiferença podem ser suficientes para produzir indignação.” (GAMSON, 1992, p. 32, tradução livre).

misdirect their anger at easy and inappropriate targets.⁷⁵ (GAMSON, 1992, p.33).

Portanto, afigurar o quadro de injustiça que se delineia no caso da Vila Esperança em torno de uma única pessoa (“Juiz Serra”) é seguir pelo extremo oposto da abstração, mas que também poderia afastar a agência e o “sucesso” da ação coletiva. Vejamos que a questão da moradia se faz presente como pauta também no momento do protesto, ligando os presentes no mesmo ensejo. Em entrevista concedida a um jornal, *João Abade*, chama o Juiz Serra de “implacável”, reforçando a luta dos ocupantes pela permanência *versus* um juiz que deseja “desmanchar as casas dos moradores”.

No diálogo supracitado de *Macotas* e *Manuel Quadrado*, também podemos entrever os arranjos que existiam para que essas ações acontecessem. Havia participação de vários agentes externos (políticos, administrativos, jurídicos, etc.) ligados às lideranças da Vila, como já explicitamos em capítulo anterior. Não por acaso, a última foto⁷⁶ da linha do tempo mostra os moradores em comemoração, graças à reversão judicial empreendida pela Defensoria Pública em segunda instância (portanto, suprimindo a decisão liminar do Juiz Serra), e, nesta foto, estão diversos vereadores da cidade, filiados a partidos políticos de variadas legendas e ideologias.

Assim, a identidade da Vila Esperança é fundamentada na luta pela moradia como uma questão de direitos, tendo em vista o contexto anterior de insegurança na manutenção da habitação, repetindo a frase de *Antonio Mendes Maciel*: “invasão é pra quem realmente tem necessidade”. A análise desse quadro fica mais explícita quando se somam os elementos da injustiça, com a indignação moral causada pelo choque de interesses e valores entre os moradores e os proprietários (apoiados nas decisões judiciais em seu favor), e também a agência, quando o confronto da injustiça, do “nós” contra “eles” se materializa nas ações coletivas.

⁷⁵ “O antídoto para a abstração excessiva tem seus próprios problemas. Ao concretizar os alvos de um quadro de injustiça, existe o perigo de que as pessoas percam as condições estruturais subjacentes que produzem dificuldades e desigualdade. Eles podem exagerar o papel dos atores humanos, deixando de entender as restrições estruturais mais amplas, e direcionar sua raiva para alvos fáceis e inadequados.” (GAMSON, 1992, p. 32, tradução livre).

⁷⁶ MORADORES de área ocupada em Imperatriz continuarão no local. *O Imparcial*, São Luís, 23 de ago. de 2017. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/noticias/2017/08/moradores-de-area-ocupada-em-imperatriz-continuarao-no-local/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada surge da tentativa de compreender os motivos que levam à formação, resistência e permanência de uma comunidade, sendo que não são incomuns os despejos forçados que ocorrem no campo e na cidade, demonstrando um processo inverso com a dispersão dos agentes desafiantes, como já apresentamos no decorrer do texto. Mais especificadamente, empreendemos uma busca pelos motivos que ensejaram o “sucesso” da Vila Esperança como bairro, mesmo diante de restrições legais, administrativas e muitos outros interesses e valores contrários à ocupação, posse e moradia dos seus agentes.

Nessa intenção, as primeiras respostas para a Vila, apontadas pela mídia como um arranjo melindroso de agentes maliciosos que violavam a lei em conjunto com a negligência do Estado e de seus representantes, na chamada “indústria da invasão”, pareceu-nos miragem no deserto: cheia de facilidades e perigos. Por isso, nesse ofício de afastar o naturalizado e recusar os conceitos formados como que espontaneamente, essa primeira resposta é percebida como fonte para observar mais de perto – mas ainda de longe, os interesses que se conectavam ao contexto do bairro.

A resposta apresentada pelas mídias também não era apenas uma e, portanto, a explicação para essas diferenciações entre o “bairro”, a “comunidade” e a “invasão” não poderiam ser também espontâneas. Nesses questionamentos, havia a mídia que se alinhava à existência e às ações coletivas do bairro e havia a mídia que se contrapunha aos ideais e valores dos moradores. Apesar de existirem respostas para essas parcialidades fincadas nas relações das mídias com grupos políticos e econômicos, a contraposição ao conjunto ideal-valorativo não era explicada apenas por essas estruturas, pois faltavam nessa nossa observação um elemento fundamental: os seres humanos.

Paralelamente, porém, servindo como bússola, os estudos a respeito dos estigmas, alinhamentos, oportunidades e restrições políticas, processos demarcatórios, compreendendo os elementos de injustiça, agência e identidade, para a delimitação dos problemas e a busca por soluções, permeou a busca pela interação com os agentes da Vila Esperança. Também foram norteadoras essa relação e troca com os moradores do bairro durante mais de dois anos de pesquisa, entremeados por

uma pandemia histórica que revirou nossas formas de convívio sem aviso-prévio.

Portanto, para encontrar as respostas, os principais interlocutores, participantes desse desenho de quadro que propomos analisar, precisaram ser descritos em suas trajetórias, pois também não é espontânea sua chegada e participação na luta por moradia, ao contrário do que se apresenta nas primeiras informações. A agência, que muitas vezes se dispõe “apesar de” haver restrições com altos custos aos agentes, não é explicada pelo mero acaso. Por isso, analisando as trajetórias de Maria de Vasconcelos, Joana Evangelista, Mota de Tal, João Abade, Antonio Mendes Maciel e Velha Benta (pseudônimos em alusão ao Arraial de Canudos, símbolo da resistência pela terra), pudemos notar que os caminhos que cada um dos atores percorreu fundamentavam sua identidade, seus valores e seus interesses.

A agência, enquanto elemento formador do quadro de injustiça, não é sobre ações individuais, mas sim, coletivas. Portanto, propusemos, a partir da observação dos documentos advindos da Associação de Moradores do Assentamento Vila Esperança – AMAVE, dos diálogos empreendidos com os moradores e presenciados entre os moradores, além das declarações públicas das lideranças em entrevistas e outras mídias, um elemento de coalizão e alinhamento: a questão da moradia. Por mais diferenças nas trajetórias, havia uma formação de consenso em torno da moradia enquanto direito que deveria ser reivindicado. Ou seja, havia uma identificação entre os variados atores, um fio comum que os liga enquanto “nós”.

De modo relacional, seguindo as acepções dos quadros de injustiça, se há uma coligação para enfrentamento do conflito em torno de um “direito”, há opositor, existem desafiados. Porém, reforçamos, as restrições não se dão apenas nos campos das estruturas e das oportunidades políticas, mas também em um campo de disputa ideal-valorativo. Por isso, para o “sucesso” da ação coletiva, é necessário que existam processos demarcatórios, afirmando simbolicamente os interesses e valores defendidos pelos empreendedores de movimentos sociais.

Assim, em objeção ao direito à moradia demarcado pela Vila Esperança, temos a injustiça da propriedade sem uso e da ameaça constante de despejos forçados. No entanto, é preciso, como antídoto à abstração, objetificar o desafiado,

compreendendo aqueles que empreendem esforços para fechar as janelas de oportunidade, impondo maiores restrições. Na Vila, essa oposição é feita pelos proprietários da terra, a empresa BRDU e demais construtoras, apoiadas pelas decisões do poder judiciário.

Nesse percurso, as respostas que se apresentaram saltaram aos olhos como é a realidade: complexa e permanente em novas dúvidas. A cada resposta encontrada, uma nova questão se apresenta. No entanto, a análise dos quadros de injustiça apontara a ausência de “gerações espontâneas” nas ações coletivas. Ou seja, os contextos históricos e estruturais, as oportunidades que se apresentam a partir de aliados influentes, os conflitos surgidos a partir das restrições dos oponentes, as habilidades adquiridas durante as trajetórias e as formações construídas no entrelaçar das interações humanas – como as associações, são partes de um todo e assim constroem a luta por moradia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* [online]. 2009, n. 76, pp. 49-86. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

ARAÚJO, José Alencar Viana de. *A região de influência de Imperatriz-MA: estudo da polarização de uma capital regional, destacando a regionalização dos serviços públicos de saúde*. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

AZEVEDO, G. K. R.; SOUSA, E. L. de. A PANDEMIA DE COVID-19 E AS ALTERAÇÕES NO CONSUMO DE PANELADA EM IMPERATRIZ-MA. *Vivência: Revista de Antropologia*, [S. l.], v. 1, n. 57, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/27412>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing processes and social movements: An overview and assessment. *Annual review of sociology*, p. 611-639, 2000.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude. *O Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia*. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Edições 70, 2011.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves Fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 47, p. 155-176, 1997. Disponível em: <https://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/Enclaves-fortificados_segregacao-urbana.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2022.

DE CARVALHO, Gilmar. O sertão errante de Antonio Conselheiro. *Revista Trajetos*, v. 4, n. 8, 2006. Disponível em:

<<http://www.revistatrajetos.ufc.br/index.php/Trajetos/article/view/126>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

CEFAÏ, Daniel. PÚBLICOS, PROBLEMAS PÚBLICOS, ARENAS PÚBLICAS...: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). *Novos estudos CEBRAP*. 2017, v. 36, n. 1, pp. 187-213. Disponível em: <<https://doi.org/10.25091/S0101-3300201700010009>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. "*Sossega, moleque, agora você mora em condomínio*": segregação, gestão e resistências nas novas políticas de moradia popular no Rio de Janeiro. Curitiba: Editora Appris, 2018.

CORDEIRO, Tarcísio Fernandes. *Histórias de um trauma: memórias, testemunhos e ficção sobre a guerra de Canudos*. 2020. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

DIAS, Natal Marques; PEREIRA, Jesus Marmanillo. QUADROS E MOVIMENTOS SOCIAIS: Ação coletiva na defesa de direitos em Imperatriz, Maranhão. *Mosaico*, v. 12, n. 18, p. 70-92, 2020. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/81452>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

DE OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso. A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas. In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (orgs). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Letras Livres/Editora UnB, 2010. pp. 25-38.

FARIA, Louise Scoz Pasteur de. Etnografia na pandemia: algumas experiências de trabalho de campo. *IFCH UFRGS*, Rio Grande do Sul, 06 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/etnografia-na-pandemia-algumas-experiencias-de-trabalho-de-campo-1>>. Acesso em: 30 out. 2020.

FERNANDES, Floriza Maria Sena. Memória, Fé e Movimentos Sociais em Canudos. *Revista Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação*, v. 1, n. 2, p. 124-139,

2013. Disponível em:
<<https://revistas.uneb.br/index.php/opara/article/view/ART0015>>. Acesso em: 2 jul.
2022.

FREIRE, Ana Maria Araújo. Paulo Freire: O Pedagogo da Esperança. *Revista Cocar*,
v. 2, n. 3, p. 75-82, 2008. Disponível em:
<<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/122>>. Acesso em: 27 jul.
2022.

FREIRE, Leticia de Luna. Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana
se torna uma política de significados. *Revista Dilemas - Revista de Estudos de Conflito
e Controle Social*, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 1, n. 2, p. 95-114, nov. 2008. Disponível
em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7156/5735>> Acesso em: 14
de ago. de 2022.

FURTADO, Tanara Forte. *Porto Alegre: vila, favela, bairro? O que dizem as crianças*.
2014. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, Porto Alegre, 2014.

GAMSON, William A. *Talking politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

_____; MEYER, David S. Marcos interpretativos de la oportunidad
política. In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. *Movimientos
sociales, perspectivas comparadas: oportunidades políticas, estructuras de
movilización y marcos interpretativos culturales*. Madrid: Ediciones Istmo, 1999. P.
389-412.

GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Tradução de Maria
Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de
Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, Erving. *Os Quadros da Experiência Social*. Tradução de Gentil A. Tilton. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos sociais e lutas pela moradia*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

LÉFÈBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Tradução de Rubens Frias. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LEMIEUX, Cyril. Problematizar. In: PAUGAM, Serge (coord). *A Pesquisa Sociológica*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2015. p. 33-52.

KOWARICK, Lúcio. Cortiços: a humilhação e a subalternidade. *Tempo Social* [online]. 2013, v. 25, n. 2, pp. 49-77. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702013000200004>>. Acesso em: 14 de set. de 2022.

MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Oportunidades, estructuras de movilización y procesos enmarcadores: hacia una perspectiva sintética y comparada de los movimientos sociales. In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. *Movimientos sociales, perspectivas comparadas: oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales*. Madrid: Ediciones Istmo, 1999. P. 21-45.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Sem-terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno. Lições da rua: O que um racionalista pode aprender no Catumbi. *Arquitetura revista*, v. 1, n. 1, p. 67-79, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2014, v. 19, n. 04, pp. 1103-1112. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232014194.18912013>>. Acesso em: 14 de set. de 2022.

MOUTA, Limária Araújo. *Conjunto Esperança: Estética, Consumo e Ascensão Social em Fortaleza (1980-2010)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

OLIVEIRA, Allison Bezerra; NASCIMENTO, Amanda Araújo. Atores e impactos na reestruturação do espaço urbano de Imperatriz-MA: observações a partir da implantação da Suzano Papel e Celulose (2008-2015). *Espaço e Economia*, 2018a. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/4281#quotation>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

OLIVEIRA, Allison Bezerra; PEREIRA, Jesus Marmanillo; NASCIMENTO, Amanda Araújo. Cadeia produtiva de papel e celulose e transformações recentes no sudoeste maranhense. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, p. 135-154, 2018b. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/7064>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

PANTOJA, Vanda Maria Leite; PEREIRA, Jesus Marmanillo. Discursos do desenvolvimento:(in) visibilidade do social, modernidade e progresso em Imperatriz, MA. *Interações (Campo Grande)*, v. 20, p. 79-93, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/5wG43YzndvZR8yMkNwW5Vps/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

PAUGAM, Serge. Afastar-se das prenoções. In: PAUGAM, Serge (coord). *A Pesquisa Sociológica*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2015. p. 17-32.

PEREIRA, J. M. Cenários de medo e as sociabilidades pandêmicas no Maranhão. Suplemento Especial – Pensando a Pandemia à luz da Antropologia e da Sociologia

das Emoções. *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 19, n. 55, p. 67-86, 2020.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. *Engajamento militante e a "luta pela moradia em São Luís" entre as décadas de 1970 e 1980*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. *Luta por direitos: movimentos sociais de direitos humanos em São Luís durante a década de 1980*, 2015. 209 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

PEREIRA, Jesus Marmanillo; MEDEIROS, Rogério de Souza. O papel da produção e circulação de panfletos na construção do "movimento por moradia" no Maranhão. *Revista de Estudos e Investigações Antropológicas – REIA*, p. 77-92, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/reia/article/view/230040/24218>>. Acesso em: 30 mai. 2021.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Comunidades eclesiais de base e a luta por moradia: educação e participação política em contexto de precarização. *Revista TOMO*, n. 18, p. 101-120, 2011. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/481>>. Acesso em: 30 mai. 2022.

PIMENTA, Denise Aparecida O. et al. Programa Vila Viva: Contradições e resistências no processo de urbanização de uma favela em Belo Horizonte. *ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL*, v. 15, p. 1-9, 2009. Disponível em: <http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO>. Acesso em: 30 mai. 2022.

SANCHIS, Isabelle de Paiva. Simmel e Goffman: uma comparação possível. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v.11, n.3, p. 856-872, dez. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812011000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 set. 2020.

SCKELL, Soraya Nour. Os juristas e o direito em Bourdieu: a conflituosa construção histórica da racionalidade jurídica. *Tempo Social*. 2016, v. 28, n. 1, pp. 157-178. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2016.107933>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SCHEFF, Thomas. As partes e o todo: o trabalho profético de Goffman. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 16, n. 46, p. 60-72, abril de 2017 ISSN 1676-8965. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/ScheffKouryArtTrad.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SILVA, Hélio R. S. A situação etnográfica: andar e ver. *Horizontes antropológicos*, v. 15, p. 171-188, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/qg3G8GrBsYz7H56nCzJWymx/abstract/?lang=pt&format=html>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

SILVA, Marcelo Kunrath; COTANDA, Fernando Coutinho; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. *Revista de sociologia e política*, v. 25, n. 61, p. 143-164, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/hVvv5JGFRbMgw9wLt6GF6cM/?lang=pt>>. Acesso em: 30 mai. 2021.

TARROW, Sidney. *O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SIMMEL, Georg. *Sociología: estudios sobre las formas de socialización*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2014.

VALLADARES, Lícia do Prado. Associações Voluntárias na Favela. *Ciência e Cultura* (SBPC), São Paulo, v. 29, n.12, p. 1390-1403, 1977.

WEBER, Max. *A “Objetividade” do Conhecimento nas Ciências Sociais*. Tradução Gabriel Cohn. 1 ed. São Paulo: Ática, 2006.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

ZALD, Mayer N. Cultura, Ideología y creación de marcos estratégicos. *In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Movimientos sociales, perspectivas comparadas: oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales*. Madrid: Ediciones Istmo, 1999. P. 369-388.

MATÉRIAS JORNALÍSTICAS E OUTRAS MÍDIAS

1 MILHÃO de mortos por covid-19: gráficos mostram onde o coronavírus se espalha e mata mais. *BBC News Brasil*, São Paulo, 29 set. 2020a. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54339632>>. Acesso em: 06 nov. 2020.

BOMBA social. *O Progresso*, Editorial, Imperatriz, 19 de ago. de 2017. Disponível em: <<http://www.oprogreso-ma.com.br/editorial/bomba-social/82588.html>>. Acesso em: 20 de ago. de 2020.

BRASIL registra queda de 40% em casos e óbitos por Covid-19, em um mês. *Casa Civil – Presidência da República*, Brasília, 29 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/brasil-registra-queda-de-40-em-casos-e-obitos-por-covid-19-em-um-mes>>. Acesso em 17 dez. de 2021.

BUENO, Thaísa. Luxo: conheça alguns dos condomínios mais caros de Imperatriz. *Imperatriz Notícias*, Imperatriz, 03 de dez. de 2018a. Disponível em: <<https://imperatriznoticias.ufma.br/luxo-conheca-alguns-dos-condominios-mais-caros-de-imperatriz/>>. Acesso em: 20 de mai. 2022.

BUENO, Thaísa. Pesquisa social aponta que moradores do bairro Bom Jesus são marginalizados na cidade. *Ciência UFMA*, Imperatriz, 2018b. Disponível em: <<http://www.ciencia.ufma.br/pesquisa-social-aponta-que-moradores-do-bairro-bom-jesus-sao-marginalizados-na-cidade/>>. Acesso em: 20 de mai. 2022.

CARDOSO, Rafael. Maranhão atinge o 2º menor índice de isolamento social desde o início da pandemia no estado. *G1 MA*, São Luís, 08 set. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/09/08/maranhao-atinge-o-2o-menor-indice-de-isolamento-social-desde-o-inicio-da-pandemia-no-estado.ghtml>>. Acesso em 19 out. 2020.

CARNEIRO, Giovanna. Condenada pela Prefeitura do Recife, Vila Esperança recusa-se a desaparecer. *Marco Zero*, Recife, 15 de jun. de 2022. Disponível em: <<https://marcozero.org/condenada-pela-prefeitura-do-recife-vila-esperanca-recusa-se-a-desaparecer/>>. Acesso em: 20 de jun. 2022.

COM recorde de casos em junho, Brasil chega a 60 mil mortes por covid-19. *Exame*, São Paulo, 01 jul. 2020. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/com-recorde-de-casos-em-junho-brasil-chega-a-60-mil-mortes-por-covid-19/>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

CORONAVÍRUS: o que a Europa está fazendo para tentar conter a segunda onda. *BBC News Brasil*, São Paulo, 28 out. 2020b. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54727218>>. Acesso em: 02 nov. 2020.

DIFERENÇA entre vila e favela. *In: Dicionário InFormal de Português*. 2022. Disponível em: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/diferenca-entre/vila/favela/>>. Acesso em: 27 de jun. 2022.

ESPERANÇA. *In: DICIO, Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/esperanca/>>. Acesso em: 27 de jun. de 2022.

FLÁVIO Dino determina suspensão de aulas nas instituições públicas e privadas. *O Imparcial*, São Luís, 16 mar. 2020. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/cidades/2020/03/flavio-dino-suspende-aulas-da-rede-publica-estadual/>>. Acesso em: 18 out. 2020.

GOVERNADORA Roseana inaugura Avenida Pedro Neiva de Santana e visita obra da Suzano em Imperatriz. *O Progresso*, Imperatriz, 18 de dez. de 2012. Disponível em: <<http://www.oprogreso-ma.com.br/politica/governadora-roseana-inaugura-avenida-pedro-neiva-de-santana-e-visita-obra-da-suzano-em-imperatriz/12399.html>>. Acesso em: 22 de jun. de 2022.

IMPERATRIZ: Cadáver é encontrado no Bom Jesus. *Folha do Bico*, 14 de jul. de 2018. Disponível em: <<https://www.folhadobico.com.br/imperatriz-cadaver-e-encontrado-no-bom-jesus/>>. Acesso em: 25 de fev. de 2021.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária. *Assentamentos*. Brasília: INCRA, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>>. Acesso em: 25 de set. de 2022.

JUSTIÇA determina reintegração de posse de área invadida em Imperatriz. *G1 MA*, Imperatriz, 24 de jul. de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2018/07/24/justica-determina-reintegracao-de-posse-de-area-invadida-em-imperatriz.ghtml>>. Acesso em: 25 de fev. de 2021.

MA: Mais de 2 mil famílias de Imperatriz são beneficiadas por ação da Defensoria. *ANADEP*, Brasília, 17 de out. de 2019. Disponível em: <<https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=42381>>. Acesso em: 20 de ago. de 2020.

MORADORES de área ocupada em Imperatriz continuarão no local. *O Imparcial*, São Luís, 23 de ago. de 2017. Disponível em: <<https://oimparcial.com.br/noticias/2017/08/moradores-de-area-ocupada-em-imperatriz-continuarao-no-local/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

MORADORES de comunidades carentes de Salvador sofrem com a falta de banheiros em casa: 'faço no saco para poder descartar'. *G1*, Salvador, 11 de jun. de 2022.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/06/11/moradores-de-comunidades-carentes-de-salvador-sofrem-com-a-falta-de-banheiros-em-casa.ghtml>>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

MORADORES do Planalto da Boa Esperança sofrem com esgoto estourado há 3 meses. JPB1. *Globo.com*. 25 ago. de 2021. 04min. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/9800373/>>. Acesso em: 27 de jun. de 2022.

MORADORES protestam na BR-135 no Maranhão. *G1*, São Luís, 22 de mar. de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/moradores-protestam-na-br-135-no-maranhao.ghtml>>. Acesso em: 22 de jun. de 2022.

PINTO, Hemerson. Moradores da Vila Esperança fazem manifestação contra reintegração. *Correio*, Imperatriz, 30 de out. de 2018. Disponível em: <<https://www.correioma.com.br/noticia/1550/moradores-da-vila-esperanca-fazem-manifestacao-contr-reintegracao>>. Acesso em: 20 de mai. 2021.

PLENÁRIO aprova incorporação do PPL ao PCdoB. *Tribunal Superior Eleitoral – TSE*, Brasília, 28 e mai. de 2019. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Maio/plenario-aprova-incorporacao-do-ppl-ao-pcdob>>. Acesso em: 20 de ago. 2022.

POLÍCIA cumpre ordem de despejo na periferia de Imperatriz. Bom dia Mirante. *Globo.com*. 01 out. de 2013. 02min19s. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/bom-dia-mirante/videos/t/edicoes/v/policia-cumpre-ordem-de-despejo-na-periferia-de-imperatriz/2858733/>>. Acesso em: 27 de ago. de 2020.

RETORNO dos Sarney traz ameaças de despejos a acampados do MA. *MST*. 20 mai. de 2009. Disponível em: <<https://mst.org.br/2009/05/20/retorno-dos-sarney-traz-ameacas-de-despejos-a-acampados-do-ma/>>. Acesso em: 27 de ago. de 2022

ROCHA, Ariel. Assis Ramos solicita ligação de energia elétrica no bairro Bom Jesus. *Chefia de Gabinete* – Prefeitura de Imperatriz, Imperatriz, 04 de fev. de 2021. Disponível em: <<http://www.imperatriz.ma.gov.br/noticias/prefeito/assis-ramos-solicita-ligacao-de-energia-eletrica-no-bairro-bom-jesus.html>>. Acesso em: 20 de maio. 2021.

RODRIGUES, Sérgio. De Canudos para o Brasil: a história da palavra favela. *Veja*, São Paulo: Editora Abril, 31 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/sobre-palavras/de-canudos-para-o-brasil-a-historia-da-palavra-favela-2/>>. Acesso em: 20 de jun. 2022.

SARAYVA, Mayara. Moradores da Vila Jackson Lago realizam protesto em frente ao fórum da cidade. *MA10*, Imperatriz, 21 de ago. de 2017. Disponível em: <<https://www.ma10.com.br/2017/08/21/moradores-da-vila-jackson-lago-realizam-protesto-em-frente-ao-forum-da-cidade/>>. Acesso em: 20 de maio. 2021.

SPRITZER, Jean. Partido Pátria Livre (PPL). In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-patria-livre-ppl>>. Acesso em: 20 de jun. 2022.

VASCONCELOS, Caê. Boa Esperança, a comunidade ribeirinha em Teresina (PI) que, há 10 anos, luta para continuar existindo. *Ponte Jornalismo*, São Paulo, 24 de mai. de 2019. Disponível em: <<https://ponte.org/boa-esperanca-a-comunidade-ribeirinha-em-teresina-pi-que-ha-10-anos-luta-para-continuar-existindo/>>. Acesso em: 27 de jun. 2022.

VIANA, Tátyna. Moradores protestam contra reintegração de posse em área invadida. *Imirante*, Imperatriz, 30 de out. de 2018. Disponível em: <<https://imirante.com/imperatriz/noticias/2018/10/30/moradores-protestam-contr-reintegracao-de-posse-em-area-invadida.shtml>>. Acesso em: 20 de maio. 2021.

VILAS e favelas. *Prefeitura de Belo Horizonte*, 2021. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/vilas-e-favelas>>. Acesso em: 28 de jun. 2022.

Vila Esperança. *Faça uma Criança Feliz! Festa das Crianças da Vila Esperança*. Maceió, AL, 10 de out. de 2018. Facebook: @vila.esperanca.2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/vila.esperanca.2018/photos/a.638607039512884/2419217341451836/>>. Acesso em: 21 de jun. de 2022.

ZONA Norte tem cinco dos seis bairros mais violentos de Natal; veja ranking. *AGORA RN*, Natal, 09 de ago. de 2016. Disponível em: <<https://agorarn.com.br/geral/zona-norte-tem-cinco-dos-seis-bairros-mais-violentos-de-natal-aponta-levantamento/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.

DOCUMENTOS

Ata de Assembleia. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA ESPERANÇA. *Termo de Abertura – dia 02 de agosto de 2015*. Imperatriz, 2015.

Ata de Assembleia. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA ESPERANÇA. *Assembleia do dia 15 de agosto de 2017*. Imperatriz, 2017.

Ata de Assembleia. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA ESPERANÇA. *Assembleia do dia 09 de setembro de 2017*. Imperatriz, 2017.

Ata de Assembleia. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA ESPERANÇA. *Assembleia do dia 04 de fevereiro de 2018*. Imperatriz, 2018.

Ata de Assembleia. ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA ESPERANÇA. *Assembleia do dia 11 de março de 2018*. Imperatriz, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Extração Vegetal e Silvicultura: Silvicultura/Madeira em tora*. Rio de Janeiro: IBGE 2010a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/pesquisa/16/12705?tipo=grafico&indicador=12879>>. Acesso em: 30 de jun. de 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produto Interno Bruto dos Municípios: PIB a preços correntes/Série Revisada*. Rio de Janeiro: IBGE 2010b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/pesquisa/38/46996?tipo=grafico&indicador=46997>>. Acesso em: 30 de jun. de 2022.

Relatório técnico. CENTRO DE DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS – CDES. *Campanha Despejo Zero – Sistematização de 1.MAR.2020 até 6.JUN.2021*. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <<https://polis.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Despejo-Zero-6-jun2021-1-1.pdf>>. Acesso em: 22 de dez. 2021.

Relatório técnico. COMISSÃO ESTADUAL DE PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA NO CAMPO E NA CIDADE – COECV/SEDIHPOP. *Relatório - Proc. 5477-06.2015.8.10.0040*. São Luís, 2017.

Relatório técnico. COMISSÃO ESTADUAL DE PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA NO CAMPO E NA CIDADE – COECV/SEDIHPOP. *Levantamento Ocupação Boa Esperança - ITZ*. São Luís, 2016.

Relatório técnico. COMISSÃO ESTADUAL DE PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA NO CAMPO E NA CIDADE – COECV/SEDIHPOP. *2018-10-10 - Resumo de Caso - 5477-06.2015.8.10.0040*. São Luís, 2018.

Relatório técnico. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR – SEDIHPOP. *Relatório de Triagem - Proc. 5477-06.2015.8.10.0040*. São Luís, 2016.

VÍDEOS

SANTANA, Valdson. *Conheça a História do Conjunto Jardim Esperança em Aracaju – SE*. Aracaju, 07 de out. de 2016. 1 vídeo (35 min). Publicado pelo Canal Valdson

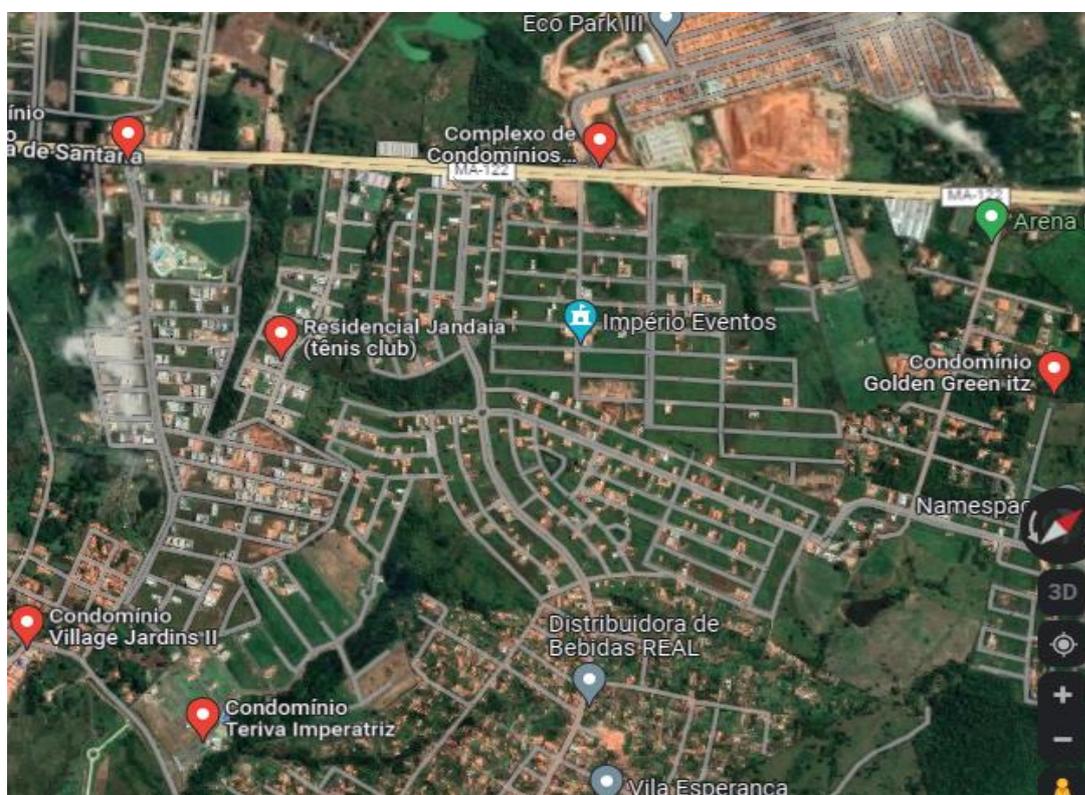
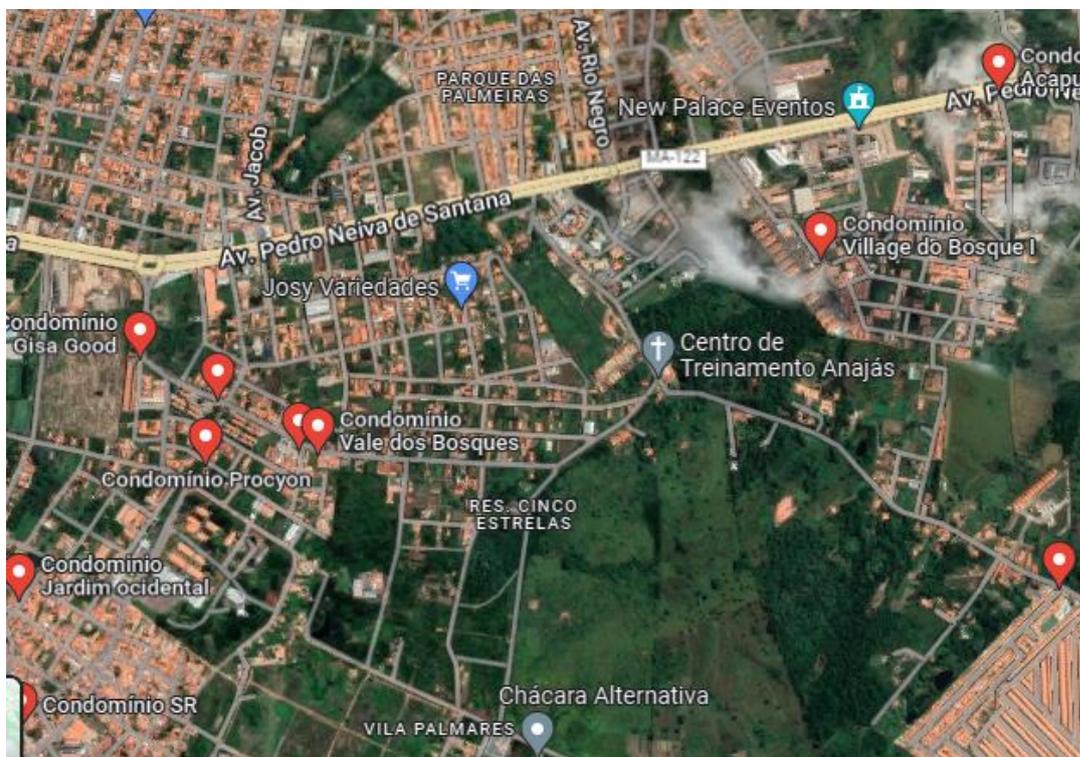
Santana. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=O1ZKbJoYQt0>>. Acesso em: 20 de jun. 2022.

POLÍCIA cumpre ordem de despejo na periferia de Imperatriz. Bom dia Mirante. *Globo.com*. 01 out. de 2013. 02min19s. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/bom-dia-mirante/videos/t/edicoes/v/policia-cumpre-ordem-de-despejo-na-periferia-de-imperatriz/2858733/>>. Acesso em: 27 de ago. de 2020.

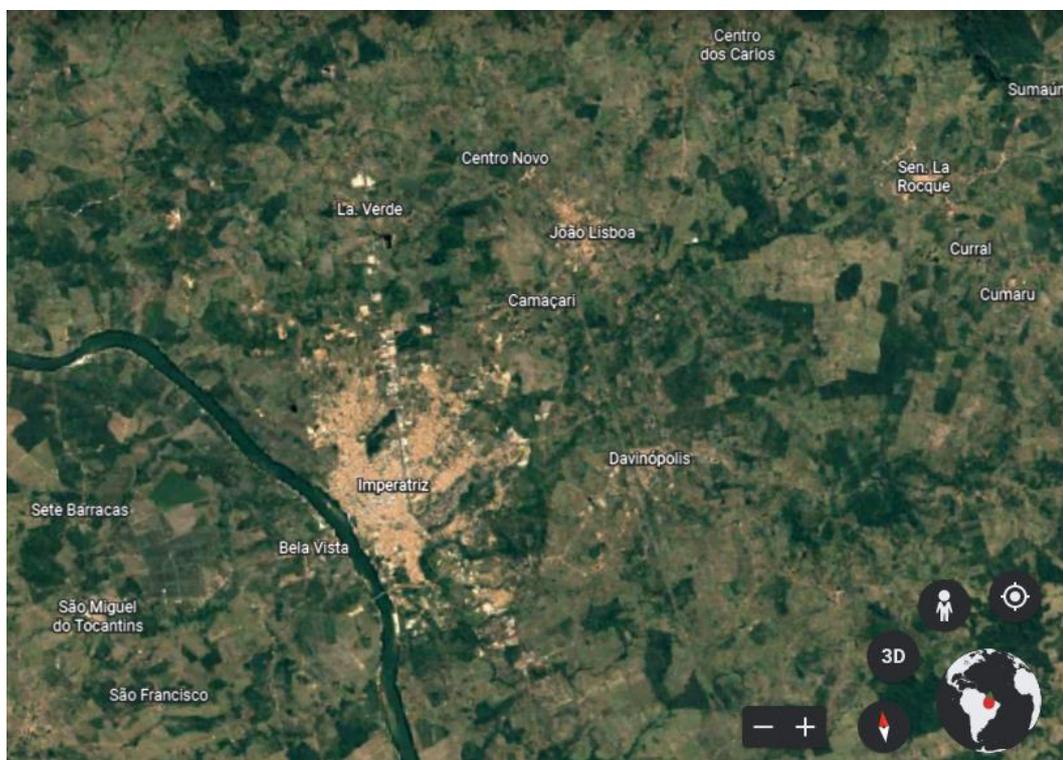
TV NATIVA. *BALANÇO GERAL 1 BLOCO 1 11 2018*. Imperatriz: TV Nativa, 2018a.1 vídeo (20:54 min). Publicado pelo canal TV NATIVA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bMfAjBYjM_g>. Acesso em: 20 de maio. 2021.

TV NATIVA. *BALANÇO GERAL 1 BLOCO 31 10 2018*. Imperatriz: TV Nativa, 2018b.1 vídeo (22:30 min). Publicado pelo canal TV NATIVA. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6rrQCTQh3NI>>. Acesso em: 20 de maio. 2021.

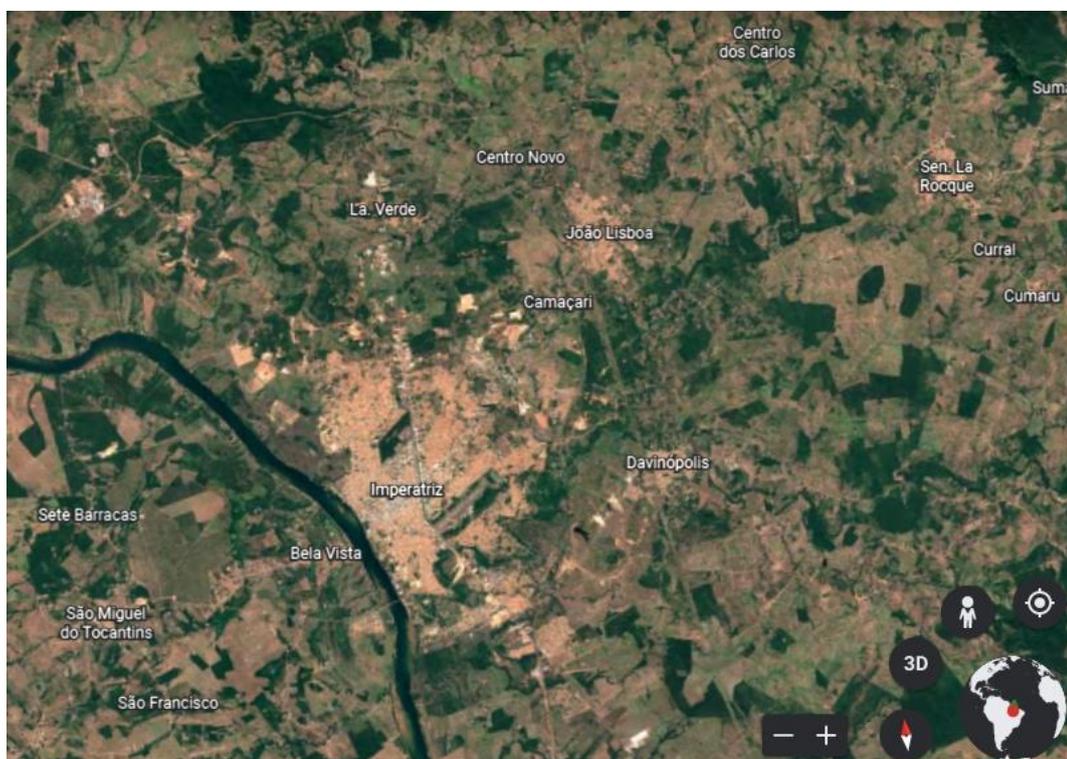
TV NATIVA. *NATIVA NEWS 1 BLOCO 19 11 2018*. Imperatriz: TV Nativa, 2018c.1 vídeo (21:46 min). Publicado pelo canal TV NATIVA. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ambnV7kmlC4>>. Acesso em: 20 de maio. 2021.

ANEXO I – Condomínios Avenida Pedro Neiva de Santana (Google Maps)

ANEXO II – *Timelapse*: modificação da paisagem de Imperatriz e regiões vizinhas entre 2010 e 2020 (Google Earth)



2010



2020

ANEXO III – Propaganda com mapa figurativo do Residencial Verona (Facebook)



Residencial Verona

21 de setembro de 2015 · 🌐



Venha conferir o empreendimento que é sucesso em vendas!!!

Pertinho de você.

+ informações: <http://goo.gl/EYp8Ds> ✓

(99) 3523-8844

#ResidencialVerona #ViverBem #ImperatrizMA

Para ajudar, segue a localização dos seus sonhos:



ANEXO IV – Comentários na página do Residencial Verona sobre a “invasão” Vila Esperança (Facebook)

E sobre a invasão que está acontecendo por detrás do residencial, que por sinal já "emendou" com os loteamentos, que providências estão sendo feitas? Acredito que este problema é o que está dificultando muitas pessoas de adquirirem seus terrenos

Curtir · Responder · 5 a



Autor

Residencial Verona

O que esta a nosso alcance, corremos atrás para melhor atende-los! Sobre a invasão já entramos na justiça e estamos esperando a liminar para retirar os invasores

Curtir · Responder · 5 a



[Redacted]

Verona quero saber a previsão de quando aquele povo vão sair dali. ouvi dizer que praticamente eles ganharam

Curtir · Responder · 5 a



Autor

Residencial Verona

Olá **[Redacted]**, tudo bem? Não, eles não ganharam o terreno. Foi dada um liminar reintegrando a posse do terreno para nós, estamos esperando a ação ser efetivada! O que estava a nossa alcance fizemos, agora estamos esperando a justiça fazer sua parte!

Moço só sei que a coisa tá feia comprei um lote aí pagando caro pra negin chegar e evadir pertinho desvalorizando o meu investimento. Se essa invasão vingar mesmo. Eu tô e ferrado. Porque o povo tá falando que tem uma parte lá que pertence ao ildon marques e que ele irá dar o terreno pro povo e que o verona nada pode fazer pra tira o povo de lá vc confirma essa história. Se é verdade.

Curtir · Responder · 5 a · Editado



Autor

Residencial Verona

Olá **[Redacted]**, tudo bem? Entendemos sua preocupação, pois também é a nossa. A liminar para retirada dos invasores já saiu há 20 dias, e estamos aguardando a retirada assim como você! Como já esta aprovada a retirada deles, cabe agora a secretária e ao governo colocar em prática essa liminar!

Curtir · Responder · 5 a

Se vocês querem valorizar o empreendimento e continuar vendendo seus lotes, precisam resolver a questão da invasão urgentemente!

Curtir · Responder · 5 a



Ocultar 11 respostas



Corretor [Redacted]
ALI É SÓ UMA QUESTÃO DE DIAS PRA RESOLVER, E ALI NÃO AFETA O EMPREENDIMENTO POIS O Q FOI INVADIDO FOI A PARTE DO FUTURO EMPREENDIMENTO, NADA Q AFETE A QUALIDADE DOS EMPREENDIMENTO JÁ CONCLUÍDOS E OS Q ESTÃO EM ANDAMENTO.

Curtir · Responder · 5 a



Autor

Residencial Verona
Com certeza [Redacted]! Estamos aguardando a retirada dos invasores, já fizemos tudo que esta ao nosso alcance, agora cabe a justiça cumprir com seu papel e retira-los!

Curtir · Responder · 5 a



[Redacted]
Sim só que eu compro um terreno caro . E vem outros invade os terreno e fica de graça

Curtir · Responder · 5 a

Estou muito preocupado com aquela invasão, comprei dois lotes no Verôna e não quero ver meu investimento decair. Aquilo lá vai virar uma favela é ruim para mim e para o Verôna também.

Curtir · Responder · 5 a



Autor

Residencial Verona
Ola [Redacted], tudo bem? Sei que há preocupações, mas já tomamos as devidas providências, logo esse problema será sanado, pode ficar tranquilo!

Curtir · Responder · 5 a



[Redacted]
Espero, acreditamos no projeto do Verôna e seria um desastre a permanência daquela invasão ao lado deste grande empreendimento. Vamos aguardar.

Curtir · Responder · 5 a



Autor

Residencial Verona

██████████ compartilhamos da sua indignação, pois prezamos pelo investimento de nossos clientes. Mas como disse acima, eles vão ter que se retirar do terreno, pois o terreno não é deles!

Curtir · Responder · 5 a



██████████

Só se for pra usar a força. Polícia e etc..... porque pra eles sair por livre e espontânea vontade isso nunca vai acontecer. Pois lá na invasão já estão até construindo.

Curtir · Responder · 5 a



██████████

Corretor ██████████ se vc é corretor, sabe muito bem que desvaloriza e muito. Essa conversa de q é questão de dias já tem meses que eu ouvi.

Curtir · Responder · 5 a



Gente tenho um lote no verona e na verdade não me importo com invasão e não entendo a preocupação de quem tem um lote no residencial até porque não invadiram o verona e sim outras terras. E só uma coisa me preocupa o dinheiro pra fazer a minha casa o resto não me importa.

Curtir · Responder · 5 a



A opção "Mais relevantes" está selecionada, portanto, algumas respostas podem não ser exibidas devido ao filtro.



Autor

Residencial Verona

Olá Angela, a invasão logo será retirada e o dinheiro trabalhado e correndo atrás conseguimos! Tudo dá-se um jeito. 😊

Curtir · Responder · 5 a



ANEXO V – *Local Guides* na página do Residencial Verona: relação entre “invasão” Vila Esperança e Insegurança (*Google Maps*)

Residencial Verona

Av. Pedro Neiva de Santana, 3388-3414, Imperatriz - MA

Comentar

3,9

51 comentários

Classificar por: Mais relevantes

Todas

segurança 3



8 comentários

4 meses atrás

Não tem segurança, é ao lado de uma favela, falta água e energia elétrica em alguns dias. Polícia Militar não aparece quando chama, mato alto todo tempo. Perigoso!



3



Local Guide · 120 comentários · 272 fotos

um ano atrás

Segurança zero



2

Residencial Verona

Av. Pedro Neiva de Santana, 3388-3414, Imperatriz - MA

Comentar

3,9

51 comentários

Classificar por: Mais relevantes

Todas

segurança 3

um ano atrás

Segurança zero



2



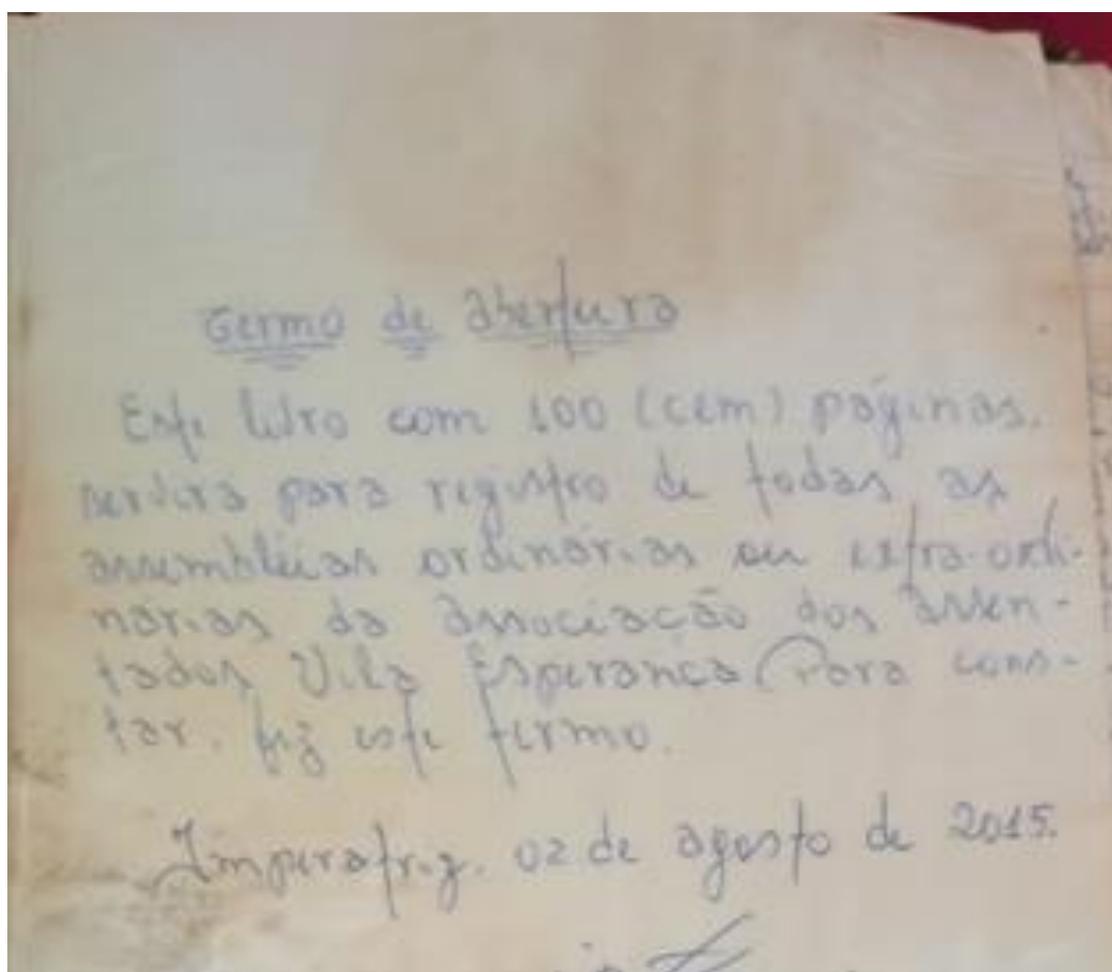
Local Guide · 152 comentários · 239 fotos

3 anos atrás

Tem bastante espaço, falta segurança na minha opinião.



1

ANEXO VI – Termo de Abertura do Livro de Atas da AMAVE

ANEXO VII – Declaração de Compromisso

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO ASSENTAMENTO
VILA ESPERANÇA
CNPJ:25.975.627/0001-99

Declaro para os devidos fins, e para quem possa interessar que eu _____ brasileiro, não tenho casa própria e nem lugar para morar, por este motivo estou de acordo com o que ficar combinado neste documento que tem como critério principal, estar morando no local desta invasão no prazo de 15(quinze dias) a partir do dia ____/____/____

Fica também acordado, que se eu não cumprir o prazo de estar morando no local embora tenha construído algum benefício, será considerado como desistência, e outra pessoa ou família poderá ocupar o meu lugar e não poderei cobrar nada pelo benefício feito por mim no local.

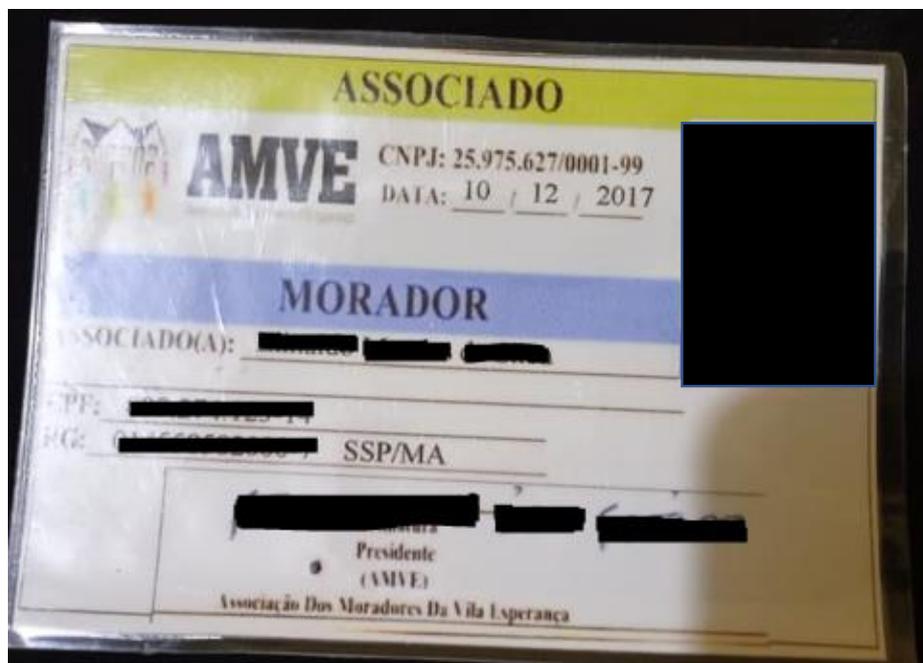
IMPERATRIZ 13/04/2019

Assinatura: _____

RG _____ SSP _____ CPF _____

ANEXO VIII – Ficha de Filiação e Carteira de Associado

DADOS PESSOAIS		FICHA DE FILIAÇÃO		
Nome: [REDACTED]				
End: Rua Castro Alves	Nº	Qd:	Nasc.: [REDACTED] / 1987	
Nacionalidade: Brasileira	Naturalidade: [REDACTED]	Estado Civil: solteira		
DOCUMENTOS PESSOAIS				
Carteira de Trabalho:	Série:	Estado Emissor:	Cédula Identidade Nº:	Orgão Emissor: SSP/MA
CPF nº: [REDACTED]	Profissão: lavadeira	Titulo de Eleitor:	Zona:	Seção:
DADOS FAMILIARES				
Nome da Mãe: [REDACTED]				
Nome do Pai: [REDACTED]				
Nome do Esposo(a): [REDACTED]				
Número de Filhos: 02 Maiores Menores: 02				
Menores de 14 (2) Estudando (2) Trabalhando () Imperatriz-MA:				
Declaro que as informações são verdadeiras, que desejo fazer parte do quadro de associados da Associação de Moradores da Vila Esperança.				
[REDACTED] Filiado		[REDACTED] Presidente		[REDACTED] Secretário



ANEXO IX – “Guerra Civil Imperatrizense”



Imperatriz Online

24 de agosto de 2015 - 🌐

...

Guerra Civil Imperatrizense ~ A invasão do Bom Jesus

Em abril a Defesa Civil e a Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente de Imperatriz, realizaram uma ação de desocupação no bairro Bom Jesus, na ocasião foram utilizadas máquinas pesadas para destruir os barracos, e devolver o terreno ao poder público.

A manifestação popular pelas terras ressurgiu, e dessa vez conta com um número bem maior de pessoas que realizam a demarcação, limpeza e alguns já estão com suas construções bem avançadas nos terrenos supostamente abandonados.

O terreno irregular, já corresponde a uma área capaz de povoar um bairro. A energia elétrica está instalada por meio de gambiarras, o desenvolvimento do local cresce a passos largos. As ameaças de perder os terrenos, seja entre integrantes do movimento ou principalmente para o retomada de posse do município, cultivam as expectativas para uma verdadeira Guerra Civil Imperatrizense.

Texto: Josué Lima

Fotos: Marcos Lô



ANEXO X – “Queremos nossa moradia”

 26 de outubro de 2018 · 

Vamos compartilhar essa triste realidade... s ao sentenas famílias sem ter pra onde ir.. crianças especiais... idosos... pessoas em tratamento de câncer... e nenhuma resposta pra essas famílias.... Ministério Público.. . Judiciário... de resposta pra esse povo.....

O QUE ESTÁ POR TRÁS DA ORDEM DE DESAPRORIAÇÃO DA INVASÃO DO BOM JESUS “VILA ESPERANÇA “?

CADÊ O DOCUMENTO BRDU SERÁ QUE TEM?

O POVO SOFRE CLAMA ISSO ME TOCA.

Direitos constitucional

“SÃO DIREITOS SOCIAIS A EDUCACAO, A ALIMENTACAO, O TRABALHO, A MORADIA, O LAZER, A SEGURANÇA, A PREVIDENCIA SOCIAL, A PROTEÇÃO Á MATERNIDADE E Á INFANCIA, A ASSISTENCIA AOS DESAMPARADOS”.
QUEREMOS NOSSA MORADIA



 30 de julho de 2018 · 

Crianças.. idosos... pais de família sem saber o que fazer...sem saber pra onde ir.... estamos esperando resposta...



ANEXO XI – “O pobre mais uma vez vai pagar a conta”



16 de agosto de 2017 · 🌐

Prefeito Assis Ramos....de resposta a sociedade. ..Imperatriz tá preste acontecer uma tragédia. ..dia 22 de agosto 2017...vai virar repercussão nacional. ..a qual 1500 famílias iram ser despejadas. ..sem rumo e sem direção. ..com muitas contradições no processo. ..o pobre mas uma vez vai pagar a conta. ..pra onde vão?. ..o que vão fazer?...responda o povo prefeito de imperatriz. ...🙄🙄🙄

